



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

Jéssica Rosa

**A identidade individual e coletiva em *Quarenta Dias* de Maria Valéria Rezende**

Florianópolis  
2021

Jéssica Rosa

**A identidade individual e coletiva em *Quarenta Dias* de Maria Valéria Rezende**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do título de Mestre em Literatura.  
Orientador: Profª. Dra. Rosana Cássia dos Santos.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rosa, Jéssica

A identidade individual e coletiva em Quarenta Dias de  
Maria Valéria Rezende / Jéssica Rosa ; orientadora, Rosana  
Cássia dos Santos, 2021.

104 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós  
Graduação em Literatura, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Literatura. 2. Literatura.. 3. Feminismo.. 4. Social  
e Individual. 5. Quarenta Dias, de Maria Valéria Rezende.  
I. Cássia dos Santos, Rosana. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Literatura.  
III. Título.

Jéssica Rosa

**A identidade individual e coletiva em *Quarenta Dias* de Maria Valéria Rezende**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Risolete Maria Hellmann  
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Profa. Dra. Claudia Junqueira de Lima Costa  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Rosana Cássia dos Santos  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Literatura.

---

Direção do Centro de Comunicação e Expressão

---

Profa. Dra. Rosana Cássia dos Santos  
Orientadora

Florianópolis, 2021

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo estabelecer a relação entre o Individual e o Social na obra literária e contemporânea de *Quarenta Dias* (2014) escrita por Maria Valéria Rezende. Para tanto, primeiramente foram utilizadas as perspectivas da Crítica Literária Feminista que vem a somar a percepção entre as questões da dualidade Ocidental, que permitem aos homens privilégios maiores através das fronteiras estabelecidas pelo patriarcado de forma secular entre o Público e o Privado, o Racional e o Irracional e o Homem e a Mulher respectivamente. Bem como a proposta de considerar o histórico de conquistas Feministas a partir da Revolução Industrial e sua influência coletiva e íntima na esfera mulheres do século XXI. Apresentado pelo viés da trama de Rezende, com a narradora-personagem Alice, nas suas apreensões ao longo de suas experiências, identidade, memórias e descobertas em uma cidade desconhecida que possui temáticas comuns ao meio social brasileiro, mesmo que denote diferentes assuntos culturais referentes a cada localidade.

**Palavras-chave:** Literatura. Feminismo. Social. Individual.

## ABSTRACT

The research aims to establish the relationship between the Individual and the Social in the literary and contemporary work of *Quarenta Dias* (2014) written by Maria Valéria Rezende. To this end, we first used the perspectives of Feminist Literary Criticism, which adds to the perception between the questions of Western duality, which allow men greater privileges across the boundaries established by the patriarchy in a secular manner between Public and Private, Rational and the Irrational and the Man and the Woman respectively. As well as the proposal to consider the history of Feminist conquests from the Industrial Revolution and its collective and intimate influence in the sphere of 21st century women. Presented by the bias of Rezende's plot, with the narrator-character Alice, in her apprehensions throughout her experiences, identity, recollections and discoveries in an unknown city that has themes common to the Brazilian social environment, even though it denotes different cultural issues regarding each location.

**Keywords:** Literature. Feminism. Social. Individual.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA.....</b>	<b>12</b>
2.1	MULHERES, ALÉM DA DICOTOMIA.....	12
2.2	LITERATURA E POLÍTICA.....	15
2.3	MULHERES E LITERATURAS .....	16
2.4	OPRESSÕES NO PÓS-COLONIAL .....	25
2.5	VIDA E FORTUNA CRÍTICA DE MARIA VALÉRIA REZENDE .....	28
<b>2.5.1</b>	<b>A vida marcada pelo encontro.....</b>	<b>28</b>
<b>2.5.2</b>	<b>Caixinha de amuletos .....</b>	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>ALICE ATRAVÉS DO ESPELHO.....</b>	<b>35</b>
3.1	A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA .....	35
3.2	IDENTIDADE INDIVIDUAL NA DIÁSPORA .....	38
3.3	DIÁSPORAS URBANAS .....	40
3.4	A ALTERIDADE .....	44
3.5	A ALTERIDADE DAS ERRÂNCIAS .....	45
3.6	NO DIÁRIO DAS PRIMEIRAS VIAJANTES.....	47
3.7	MEMÓRIA E PERCEPÇÃO .....	50
3.8	A MEMÓRIA NA DIÁSPORA .....	52
3.9	MEMÓRIA E VELHICE .....	53
3.10	A IDENTIDADE INDIVIDUAL PELO ESPELHO.....	55
<b>4</b>	<b>ALICE EM ROMARIA .....</b>	<b>60</b>
4.1	DIÁSPORA: IDENTIDADE COLETIVA.....	60
4.2	CAPITALISMO: IDENTIDADE DE CONSUMO.....	63
4.3	PERIFERIA, A PEDIR MILAGRES ( REZENDE, 2014, 120.) .....	67
4.4	SITUAÇÃO DE RUA .....	69
4.5	MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA.....	72

4.6	MENINA OLHE PRA FRENTE, MENINA TOME CUIDADO .....	74
4.7	ESCRITA: RESISTÊNCIA LITERÁRIA NA DITADURA .....	77
4.8	TODA CIDADE É ROMARIA .....	79
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No primeiro momento, a *Crítica Literária Feminista* será estruturada conforme o contexto social das mulheres e seu ingresso no âmbito público. Nas teorias de Mary Wollstonecraft em *Reivindicação dos direitos das mulheres* (2016), Frederick Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1984), Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel em *Feminismo e política: Uma introdução* (2014) e Carole Pateman em *O contrato sexual* (1993) serão analisadas as condições históricas e literárias das mulheres. No paralelo entre a condição histórica e a literatura serão pensadas as identidades femininas, ponderando a disparidade canônica e observando como e quais questões se assemelham no século XXI. As pesquisas utilizadas serão de Adrienne Rich em “Quando da morte acordamos: a escrita como re-visão” (2017), Elaine Showalter em “A crítica literária feminista no deserto” (2002), Sandra Gilbert e Susan Gubar em “Infecção na sentença: a escritora e a ansiedade de autoria” (2017) e Simone de Beauvoir em *Segundo Sexo: a experiência vivida* (1980) para introduzir o tema da Crítica Literária Feminista.

Na aproximação com Crítica Literatura Feminista brasileira, nomes como Constância Lima Duarte e Kelen Benfenatti Paiva em *A mulher de letras: nos rastros de uma história* (2009), Susana Bornéo Funck em *Crítica literária feminista: uma trajetória* (2016), Zahidé Lupinacci Muzart em *A questão do cânone* (2017), Norma Telles em *Paisagem de letras e palavras* (2013), Regina Dalcastagnè em *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea* (2010) e Tânia Regina Ramos de Oliveira em “Talentos e formosuras: novas vozes, novos espaços” (2010) estarão presentes. No mesmo sentido, teóricos sob perspectivas pós-coloniais embasarão opressões que permeiam o romance *Quarenta Dias* (2014) de Maria Valéria Rezende, destacando opressões de gênero, geração, localidade e classe. Nomes como Stuart Hall em *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (2006), Grada Kilomba em *Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019), Angela Davis em *Mulheres, Raça e Classe* (2016) e Sueli Carneiro em *Escritos de uma vida* (2019) acompanharão a pesquisa.

Como capítulo estrutural da dissertação, também será pesquisada a biografia da autora de *Quarenta Dias* (2014), as circunstâncias individuais e coletivas para a narrativa rezendeana e sua fortuna crítica. Desta forma serão utilizados artigos, capítulos, dissertações, teses e entrevistas para contextualizar as influências na narrativa. A fortuna crítica da autora contará com pesquisas recentes, tais como: *A representação da velhice em Quarenta dias, de Maria*

Valéria Rezende (2018) de Ana Lúcia de Souza Neves e Bruno Santos Melo, *Quarenta dias em território selvagem: a crítica feminista e a literatura de Maria Valéria Rezende* (2017), *Os Sem-lar: uma leitura do sujeito deslocado na obra Quarenta Dias, de Maria Valéria Rezende* (2016), *O sujeito migrante, A mulher e a rua: um estudo sobre a representação da relação entre identidade e espaço na literatura brasileira contemporânea* (2017), “*THANK YOU, BARBIE!*”: o não-lugar do corpo velho na sociedade contemporânea (2018) e *A mulher e a rua: identidade fora do lugar* (2019) de Renata Cristina Sant’ana. Bem como, *A cidade e a escrita do corpo em Quarenta Dias* (2016) de Beatriz Vieira de Resende e Nismária Alves David, ‘*Um lugar fora de lugar*’: mulher e o sertão em Maria Valéria Rezende (2018) de Juliana Santini, e a tese *O empoderamento feminino através do trabalho em Vasto mundo* (2001) e *Outros Cantos* (2016), de Maria Valéria Rezende (2019) de Gecielli Estefania Fritzen. E a dissertação *A mulher possível do sertão de Outros Cantos, de Maria Valéria Rezende* (2018) de Juliana Silveira Paiva.

No capítulo *Alice através do espelho* serão inseridas questões pertinentes às identidades da protagonista Alice, mulher idosa, nordestina e em situação de rua na urbe gaúcha. As opressões dicotômicas serão percebidas na identidade a partir de Stuart Hall (2006) em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Zygmunt Bauman em *Identidade: entrevista com Benedetto Vecchi* (2005) e *Confiança e Medo na cidade* (2009), destacando aspectos individuais da personagem objeto de estudo. Ela, como sujeito diaspórico, será analisada pela renegociação identitária em local desconhecido, sua deambulação e alteridade que, seguindo Octávio Ianni em *Uma longa viagem* (2001), Sandra Regina Goulart Almeida em *Cartografias contemporâneas: espaço, corpo, escrita* (2015), Paola Berenstein Jacques em *Elogio aos errantes* (2012) e Amanda Pérez Montañés em *Vozes do Exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba* (2006), vincularão opressões de gênero, classe e geração para a dissertação.

Na pesquisa, as memórias e as percepções da personagem serão embasadas pelos estudos de Ecléa Bosi em *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (1979), Ivan Izquierdo em *Memórias* (1989), Nara Araújo em *Verdad, poder y saber: escritura de viajes femenina* (2008), Carlos Augusto Magalhães em *As cicatrizes do gesto: exílio, vida nua e subjetividade na narrativa ‘After Hours’, de Cristina Peri Rossi* (2018), Constância Lima Duarte e Zahidé Muzart em *Pensar o outro ou quando as mulheres viajam* (2008) e Clarissa Pinkola Estés em *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem* (2014).

*Alice em Romaria* terá referencial semelhante a *Alice através do espelho*, pois a análise será vinculada as formações identitárias da protagonista. Nesse momento, a situação diaspórica de Alice será embasada no contexto das consequências exteriores e advindas da normatização coletiva e imposta pelas dicotomias estruturadas no primeiro e segundo capítulo. Nessa linha, a identidade coletiva a partir das opressões de gênero, classe, geração e localidade serão debatidas e vinculadas a narrativa rezendeana. Para Alice, as consequências do sistema socioeconômico capitalista tornam desigual a relação entre coletivos e, partindo disso, o capítulo observará identidades normatizadas na pós-modernidade. Zygmunt Bauman em *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi* (2005), Stuart Hall em *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (2003), Michel de Certeau em *A arte de fazer invenção do cotidiano* (1998) serão alguns nomes a beneficiar a pesquisa. Os tópicos referentes a periferias, sujeitos em situação de rua, repressão ditatorial e literatura de resistência serão associados à identidade de Alice e analisados com o auxílio de Zygmunt Bauman em *Confiança e medo na cidade* (2009), Homi K. Bhabha em *O local da cultura* (1998), Maik Diego Gomes da Glória Machado em *Mulheres no contexto da rua: a questão do gênero, uso de drogas e violência* (2016) e os relatórios da *Comissão Nacional da Verdade* (2014).

No decorrer da dissertação, o objetivo será compreender a construção das identidades de Alice e sua relação consigo e os demais sujeitos na pós-modernidade. O deslocamento da protagonista de João Pessoa na Paraíba para Porto Alegre no Rio Grande do Sul, desencadeados pela experiência de entre-lugar e comum aos sujeitos diaspóricos, serão os causadores de questionamentos identitários para a protagonista. Além disso, as opressões geracionais e de classe serão intensificadas com a experiência de gênero na urbe gaúcha. A pesquisa partirá dessas opressões para pensar a perspectiva identitária da personagem rezendeana, buscando notar características individuais e coletivas expressas no romance *Quarenta Dias* (2014).

## 2 A CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA

Neste primeiro capítulo, o romance *Quarenta Dias* (2014) de Maria Valéria Rezende é estruturado a partir das teorias da Crítica Literária Feminista. Dessa forma, se contextualiza a inserção das mulheres nos meios comuns aos homens no século XIX e XX, bem como empecilhos e silenciamentos impostos pela dominação masculina literária. Com base nisso, são observadas dificuldades ainda vigentes às escritoras do século XXI, a literatura feminista no pós-colonial e as opressões de gênero, classe, geração e localidade no romance rezendeano.

### 2.1 MULHERES, ALÉM DA DICOTOMIA

As mulheres possuem uma história particular, se em comparação aos homens, pois desde tempos remotos estão sujeitas a sociedade patriarcal<sup>1</sup> e aos ideais de dominação masculina<sup>2</sup> (MIGUEL; BIROLI, 2014). Dessa maneira, nesta seção, são debatidos alguns aspectos estruturais da dicotomia, o público e o privado, que por séculos dividem o sexo conforme espaços que homens e mulheres devem ocupar na sociedade.

Várias/os escritoras/es dialogam com a temática do público e privado. Para Friedrich Engels (1984), o público e o privado são difundidos nos tempos pré-históricos com o advento da criação de gado, produção de metais, tecidos, agricultura e inseridos na dinâmica familiar, até então poligâmica, matriarca e sindiástica<sup>3</sup>. Para ele, as conquistas pré-históricas e a passagem à monogamia<sup>4</sup> modelam a formação social, garantindo aos homens o poder sob a procriação e herança da prole. Ou seja, a dominação masculina controla a labuta feminina para assegurar a legitimidade dos filhos e a continuidade da propriedade privada.

Engels (1984), apesar da grande contribuição no século XIX, está concentrado apenas na classe para exprimir a desigualdade social, desconsiderando as demais opressões em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Nesta dissertação, a classe é considerada um dos eixos opressivos da sociedade e pertinente ao romance *Quarenta Dias* (2014). Assim, ao longo da dissertação e complementar a Engels, outras opressões recebem

---

<sup>1</sup> O termo ‘patriarcado’ é apenas uma das dimensões da dominação masculina.

<sup>2</sup> Para Luis Felipe Miguel e Flávia Birolli, cientistas políticos brasileiros, a dominação masculina é uma rede de opressões que limita, constrange e busca controlar às mulheres por meio de estruturas pessoais de violência.

<sup>3</sup> Quando os filhos pertencem às mães.

<sup>4</sup> Para Engels, a monogamia garante a herança à prole e controla a mulher.

destaque: a localidade, a geração e o gênero<sup>5</sup>, sendo o recorte das opressões experienciadas pela protagonista Alice.

As relações entre homens e mulheres se baseiam, para além da classe proposta por Engels, pela sexualidade. De acordo com Carole Pateman (1993), na convenção social formatada pela dominação masculina, o direito entre os sexos é estabelecido conforme o desejo dos homens e assegurado por um contrato, configurando a sociedade a partir das diferenças sexuais. A filósofa, em *O Contrato Sexual* (1993), analisa os processos dessa dominação e observa a histórica restrição das mulheres<sup>6</sup> a partir do Contrato Social e Original.

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendida sem a metade da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal - é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal - isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de 'lei do direito masculino'. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993, p. 16)

Para a autora, os contratos são desiguais e contraditórios, pois afirmam e negam as mulheres como indivíduos que, mesmo presentes, não participam de ambos como os homens (PATEMAN, 1993). Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014, p. 112) em *Feminismo e Política*, consonante a Pateman, destacam que nas teorias clássicas do contrato “o consentimento voluntário das mulheres foi considerado irrelevante. A dependência ‘natural’ em relação aos homens faria delas menos do que cidadãs, o ideal da autonomia não se aplicaria a ela ou se aplicaria apenas parcialmente”, como no caso do matrimônio<sup>7</sup>. No contrato social, somente o espaço público tem relevância política na sociedade, já no privado, os direitos são anulados conforme a sexualidade. Excluídas do espaço político e coagidas no privado, nenhuma política de proteção chega às mulheres, seus corpos pertencem ao pai, marido, filho ou irmão e, assim, o contrato social garante o direito dos homens sob o corpo feminino.

<sup>5</sup> Nesta dissertação, o gênero refere-se à formação cultural do sexo, ou seja, trata-se da construção do sujeito conforme suas experiências de feminilidade e masculinidade na sociedade.

<sup>6</sup> É colocado como parte das mulheres, pois se sabe que existiram diversas e, como abordaremos na sequência da dissertação, que sempre trabalharam.

<sup>7</sup> Alegações de irracionalidade e diferença anatômica fundamentavam a exclusão das mulheres nos contratos, exceto no caso do matrimônio.

Segundo Adrienne Rich (2012), o poder masculino expressa-se através de diversas opressões de gênero. No gênero, a construção discursiva e sociocultural do sexo é questionada, contestando a premissa biológica de identidades fixas e imutáveis. Os abusos da dominação masculina consistem em um “feixe difuso de forças que abarcam desde a brutalidade física até o controle da consciência” (RICH, 2012, p. 25), como negar ou forçar a sexualidade, a exploração do trabalho, o controle, o roubo, o confinamento, a privação, a objetificação, a exclusão, a restrição de educação e conhecimento.

O filósofo Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, justifica a supremacia masculina “como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos, sendo necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie” (MIGUEL e BIROLI, 2014, p. 17). A divisão social pelo sexo para Rousseau, percebida como essencial ao desenvolvimento coletivo, partilha as dicotomias como normais ou, segundo Rich (2012, p. 44), um “labirinto de dicotomias falsas que nos impede de aprender a instituição como um todo” não binário. *O Contrato Social* de Rousseau defende as dicotomias como regra, o filósofo argumenta que “feita para agradar e ser subjugada” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 107), a mulher deve obedecer “a seu mestre – sendo este o grande fim de sua existência” (p. 107). Para Mary Wollstonecraft, contrária a essa constatação e considerada a primeira feminista (MIGUEL; BIROLI, 2014), a opressão de classe e a falta de instrução educacional embasam a exclusão das mulheres no século XVIII.

A tarefa preponderante da vida feminina é agradar e, sendo as mulheres impedidas de envolver-se em assuntos mais importantes pela opressão política e civil, seus sentimentos tornam-se acontecimentos, e a reflexão aprofunda o que deveria e teria sido abolido caso ao intelecto tivesse sido permitido ampliar seu alcance. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 236)

Na Revolução Francesa, mesmo sob o lema *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*<sup>8</sup>, Wollstonecraft questiona a universalidade da nova democracia que, embora vanguardista, julga os homens cidadãos e nega direitos básicos de educação e labuta às mulheres. O contexto empregatício altera-se na Revolução Industrial e, com a expansão mercadológica, a economia liberal aumenta a demanda por mão-de-obra barata, inserindo as mulheres nas recém-criadas indústrias. Esses ambientes de condição insalubre e exploração econômica, somatizada a violência física e psicológica experienciada no lar, unem e solidificam reivindicações em relação as opressões de classe e gênero. Nesse momento, as teorias feministas são vinculadas a práxis (BEAUVOIR, 1980b) e, reiterando Pateman, as relações dicotômicas apresentam suas primeiras incoerências políticas.

---

<sup>8</sup> O slogan simboliza a democracia e a união universal entre cidadãos.

O feminismo, mostra assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática. Faz sentido, assim, abandonar a visão de que esfera privada e esfera pública correspondem a ‘lugares’ e ‘tempos’ distintos na vida dos indivíduos, passando a discuti-las como um complexo diferenciado de relações, de práticas e de direitos permanentemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos, das relações de poder e dos direitos garantidos em uma das esferas são sentidos na outra. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 33)

Nos poderes contratuais a dicotomia do público e privado está organizada como segregatória às mulheres, a exclusão e a desunião fortalecem o sistema de dominação masculina e, mesmo na Revolução Francesa, a reivindicação objetiva democratizar os direitos aos homens na política. A inserção parcial de mulheres no mercado de trabalho inicia as primeiras discussões sobre a igualdade de direitos e, embora primária, Engels e Wollstonecraft teorizam opressões de classe, fundamentando os primeiros debates contra a dicotomia contratual.

Nesta seção, a discussão concentra-se em pensar a dicotomia do público e privado como agentes de poder da dominação masculina. No romance *Quarenta Dias* (2014), a protagonista Alice sofre com opressões desse aspecto, a invalidação no espaço político e social denunciam e contextualizam a desigualdade de opressões que estão presentes na literatura do século XXI.

## 2.2 LITERATURA E POLÍTICA

A Crítica Literária Feminista emerge no final dos anos setenta<sup>9</sup> do século XX com o objetivo de reconfigurar a literatura das escritoras. As intelectuais e ativistas do período defendem a participação integral das mulheres na política, estabelecendo a esfera pública e privada como inseparáveis aos indivíduos, como visto na seção anterior.

Na literatura, a primeira fase dessa crítica se concentra na releitura e análise da escrita androcêntrica, bem como a reavaliação de paradigmas impostos por essa literatura. Em outra linha de pesquisa, se busca recuperar escritoras de séculos anteriores e reconhecer suas referências que, caladas e/ou esquecidas, formam a literatura feminista. Na fase seguinte, nos anos oitenta do mesmo século, a crítica aprofunda-se numa teoria literária das escritoras e para as escritoras, analisando fatores autorais, políticos e culturais de suas ficções.

Elaine Showalter (1981), escritora norte-americana que fundamenta o termo ginocrítica, uma crítica às escritoras na tentativa de se desvincular de padrões androcêntricos,

---

<sup>9</sup> Nos Estados Unidos.

debate a literatura pela perspectiva feminista. Os quatro modelos citados por ela são: o biológico, o linguístico, o psicanalítico e o cultural. O modelo biológico refere-se a anatomia da textualidade, ou seja, considera o corpo da escrita e não a escrita do corpo, mas requer cautela pela tradição biológica<sup>10</sup> de inferiorização das mulheres. O modelo linguístico, bastante debatido pelas críticas francesas, observa o poder da linguagem e as limitações impostas pelo sistema lexical masculino. Já no modelo psicanalítico, a dinâmica emocional e a ausência histórica de poder e linguagem próprias são debatidos.

Por fim, o modelo cultural destaca padrões masculinos de escrita como limitadores e, unindo os três modelos anteriores, projeta a visibilidade cultural e dispar de escritoras silenciadas, visto que “a classe, a raça, a nacionalidade e a história são determinantes literárias tão significantes como o gênero” (SHOWALTER, 1981, p. 63). A autora ressalta que a única forma de avanço literário se estrutura na análise das escritoras, ou ginocrítica, desconSIDERANDO a revisão literária de escritores dos séculos passados que, segundo ela, nada acrescentam com seus modelos androcêntricos (SHOWALTER, 2002). Para Adrienne Rich (2017), professora, escritora e poetisa estadunidense, a busca por antigas escritoras, invisibilizadas e silenciadas por séculos, torna-se essencial à concretização histórica das mulheres de letras e, como será visto a seguir, essa reivindicação forma as escritoras do século XXI.

### 2.3 MULHERES E LITERATURAS

Na dissertação, o passado literário das mulheres está estruturado partir do século XIX. Neles, a resistência masculina permite publicações “de acordo com o que eles consideram uma mulher especial” (RICH, 2017, p. 67) e que, sem ameaçar os privilégios masculinos, condiga com a estrutura artística ou sirva de inspiração para ela. No artigo *Quando da morte acordamos: a escrita como re-visão* (2017), a autora problematiza as identidades impostas na arte androcêntrica e as consequências do uso estereotipado da figura feminina, comumente denominada de musa. Adrienne Rich afirma que, para a época,

parecia ser algo natural que homens escrevessem poemas e que mulheres os habitassem. Essas mulheres eram quase sempre *lindas*, mas ameaçadas de perder sua *beleza*, perder sua *juventude* – destino pior que a morte. Ou eram lindas e morriam jovens, como Lucy ou Lenore. Ou então, a mulher era como Maud Gonne, *cruel* ou desastrosamente *errada*, e o poema a repreendia por ter se recusado a se tornar um luxo para o poeta. (RICH, 2017, p. 71)

---

<sup>10</sup> Como visto na seção anterior, a dominação masculina usa a biologia para subordinar às mulheres, o mesmo ocorre na literatura com as escritoras.

Nas artes, o corpo das mulheres é objetificado, a “diversidade de suas representações oferece um painel significativo dos papéis simbólicos” (FERREIRA, 2010, p. 151) e limitantes da arte androcentrista. Pois, como pode uma musa escrever, se “ao aprender a se tornar um objeto bonito, ela aprende a ser ansiosa em relação à – até a odiar – sua própria carne”? (GILBERT; GUBAR, 2017, p. 200). Nas artes, os temas de fragilidade e perversão das mulheres são intensamente explorados pelos homens que, embora equivocados, pintam como elas são e escrevem sobre, como e o que pensam. No século XIX, partindo desse contexto, a pintura *Twilight* (1894) de Angelo Morbelli exemplifica a adoração pela vulnerabilidade e debilitação da saúde feminina<sup>11</sup>. Já no século anterior, XVIII, Jean-Jacques Rousseau (2002) em *Do Contrato Social* destaca razões para que as mulheres não usufruam de privilégios comuns aos homens, por exemplo.

Figura 1 - *Twilight* (1894) de Angelo Morbelli.



Fonte: Acervo pessoal.

As narrativas estereotipadas de personagens femininas, muitas vezes degradantes, condizem com a proposta fálica e falha demonstrada pelos escritores. Na condição da escrita, a construção da beleza dicotomiza a jovem e a velha, a bela e a feia, e a imposição desse parâmetro destina a mulher a “ser, aos olhos do homem, um objeto erótico” (BEAUVOIR,

---

<sup>11</sup> Ver figura 1.

1980b, p. 152) que caso perca os atributos é anulado. O estereótipo da musa nega nas mulheres e escritoras a condição de sujeito que, ocupando “o *status* de objeto artístico ou criação passiva” (FUNCK, 2016, p. 21), se estende a escrita como um estilo literário dentro da literatura universal e genuína dos homens. Ou seja, o dom estético e a criação da cultura pertencem ao homem e às mulheres cabe o lugar de musa, de reprodutora da espécie (TELLES, 2013, p. 51) ou de porta-voz de uma narrativa determinada.

Norma Telles (2013) e Zandoná, Ramos e Muzart (2013), em *Paisagem de letras e palavras* e *Mulher e literatura, mulheres e literatura* respectivamente, conferem às escritoras do século XIX duas posições literárias: a transgressão e a subordinação. No lar, local imposto a elas, as subordinações estendem-se as convivências sociais, trocas de experiências e ao espaço político. Na sociedade falocêntrica, as mulheres correspondem a identidade do *Outro*, como considera Simone de Beauvoir (1980a), o oposto do homem, irracionais, indefesas e pecaminosas. Na literatura, opostas aos cânones, as escritoras são um misto de anjo e demônio para os homens, pois “quer seja um anjo passivo ou um monstro ativo, a escritora sente-se, literal ou figurativamente, mutilada pelas alternativas debilitantes que a cultura lhe oferece” (GILBERT; GUBAR, 2017, p. 204) como Outro. Se para os escritores, conforme Harold Bloom<sup>12</sup>, a ansiedade de produção literária ou ansiedade de influência ocorre pelo desejo de criação e superação de seus antecessores, para as escritoras o ambiente de criação é ainda mais complexo, suas antecessoras não estão à sua disposição e seus predecessores, que simbolizam a autoridade, não se assemelham a elas.

Assim a ansiedade de influência que o poeta experimenta é sentida pela poeta como uma ansiedade de autoria ainda mais primária – um temor radical de não poder criar, de que, porque ela nunca poderá vir a ser uma predecessora, o ato de escrever irá isolá-la ou destruí-la. Essa ansiedade é naturalmente exacerbada por seu medo de não apenas não poder lutar contra um predecessor homem em termos dele e vencer, mas de não poder gerar arte desde o corpo (feminino) de musa. (GILBERT e GUBAR, 2017, p. 193)

A ansiedade de influência causa atritos na individualidade das escritoras, e com isso, as estadunidenses Sandra Gilbert, poeta e crítica literária, e Susan Gubar, professora e crítica, publicam em *The Madwoman in the Attic – The Woman Writer and the Nineteenth-Century Literary Imagination* (2000), contestando a condição dicotômica das mulheres na literatura.

O que significa ser escritora em uma cultura cujas definições fundamentais de autoria literária são, como temos visto, tanto abertas quanto disfarçadamente patriarcais? Se

<sup>12</sup> Harold Bloom escreve em 1973 *A Angústia da Influência: Uma Teoria da Poesia*. Seu modelo, por Gilbert e Gubar, é considerado uma “teoria masculinista da ansiedade da influência” e “não pode se simplesmente revertida, ou invertida, para dar conta da situação da escrita” das mulheres. (GILBERT; GUBAR, 2017, p. 192)

as enfadonhas e vexatórias polaridades de anjo e demônio, doce e boba Branca de Neve e feroz Rainha louca são imagens constantemente ofertadas às mulheres pela tradição literária, de que modo essas imagens influenciam as maneiras como as mulheres tentam pegar a caneta? Se o espelho mágico da Rainha fala com a voz do Rei, como essas perpétuas admoestações reais afetam a voz da Rainha? Uma vez que a dele é a principal voz que ela ouve, será que a rainha tenta soar como o Rei, imitando o tom, a inflexão, o fraseado, o ponto de vista dele? Ou ela responde a ele em seu próprio vocabulário, seu próprio timbre, insistindo no seu ponto de vista? Acreditamos que essas são questões básicas que a crítica literária feminista – tanto teórica quanto prática – deve responder, e, conseqüentemente, são questões a que devemos voltar várias vezes, [...] em todas as nossas leituras da literatura do século dezanove escrita por mulheres. (GILBERT; GUBAR, 2000 apud STOLL, 2017, p. 22)

Paralelas as defesas de Elaine Showalter (1981) com a ginocrítica, Gubar e Gibert concentram-se no revisionismo e teorizam os obstáculos do século XIX, seus argumentos elucidam o poder e a linguagem masculina que, quase onipresentes, são refletidas na literatura dessas escritoras. Consonante a isso, Adrienne Rich (2017, p. 69) destaca a língua como fator de limitação criativa à escrita de autoria feminina, “problemas de contato com seu próprio eu, problemas de linguagem e estilo, problemas de energia e sobrevivência” são comuns e impactantes nas narrativas do período. Com a marginalização literária, as escritoras representam uma ficção menor, secundária e, até mesmo, um estilo dentro da universal literatura androcêntrica. Na mesma linha de Adrienne Rich, a pesquisadora Susana Bornéo Funck ressalta a condição discursiva da dominação masculina.

Xavière Gauthier, Mary Jacobus, Dale Spencer, Luce Irigaray, Susan Bassnet, entre outros, propõe, em diferentes modos e graus, que o problema das mulheres é que elas têm tido que articular sua experiência especificamente feminina por meio de um sistema linguístico que é inerentemente masculino. Conforme argumenta Spender em *Man Made Language* (1980) [A língua feita pelo homem / O homem fez a língua], os homens, como grupo dominante, moldaram a linguagem, o pensamento e a realidade, inscrevendo e consagrando sua própria subjetividade como verdade objetiva e promovendo o culto da memorabilidade e do rigor. (FUNCK, 2016, p. 22)

Nos espaços de poder, desde cedo as mulheres são posicionadas de modo negativo em relação a fala, ou de forma passiva, e os homens de modo positivo, ou ativo (WOODWARD, 2000, p. 65). No artigo *A mulher de letras: nos rastros de uma história*, as pesquisadoras Constância Lima Duarte e Kelen Benfenatti Paiva comentam a dominação masculina na literatura, analisam o conceito proposto por Voltaire<sup>13</sup> no século XVIII e retomado por Roger Chartier nos últimos anos do século XX, referente ao *homem de Letras*<sup>14</sup>.

Uma espécie de enciclopedista, um homem que tinha conhecimentos em todas as áreas do saber, um *belo espírito* dotado de imaginação brilhante nos prazeres da conversa,

<sup>13</sup> François-Marie Arouet Voltaire

<sup>14</sup> Voltaire discorre sobre o homem honesto, cheio de virtudes, com acesso a alta instrução e desenvolvimento social.

sustentados pelas leituras correntes, portanto, aqueles homens de estudo e de leitura que conviviam socialmente com seus pares [...] Seguindo a trilha proposta por Chartier, cabe ressaltar dois aspectos dessa definição que nos permitem pensar a questão do ingresso da mulher no universo das letras e seu tardio reconhecimento como escritora e intelectual. O primeiro deles é o acesso ao conhecimento, à educação. O segundo, o convívio social, sua mobilidade no espaço público, *os prazeres da conversa*. (DUARTE; BENFENATTI, 2009, p. 11)

As teóricas acima destacam os vínculos sociais e, semelhante a Wollstonecraft, a instrução educacional para formação das mulheres de letras. Entretanto, compelidas pela dominação masculina, a linguagem ativa e as relações coletivas não pertencem a elas e, sem validação, a condição privada de reclusão é fortalecida. Para Telles, a “literatura participa deste ambiente, pois a linguagem, como a descreve Barthes, entre outros, é o objeto em que se inscreve o poder. Repetir a mesma linguagem faz com que o que se diz pareça natural e inato,” (TELLES, 2010, p. 189) associando a fala e escrita aos homens.

Elaine Showalter, em contrapartida às questões de linguagem debatidas acima, critica a importância dada a esse elemento pelas críticas feministas (FUNCK, 2016; GUBAR; GILBERT, 2017; RICH, 2017; TELLES, 2013). Para ela, “o problema não reside no fato de a linguagem ser insuficiente para exprimir a consciência das mulheres, mas no fato de lhes terem sido forçadas ao silêncio, ao eufemismo ou à circunlocução” (SHOWALTER, 2002, p. 57). No meio literário do século XIX se exige, ao menos, que as mulheres se justifiquem enquanto escritoras, as “máscaras de humildade, desmerecimento, amesquinamento” (TELLES, 2013, p. 51) marcam sua escrita. E, mal-recebidas pela crítica, dedicam-se a temas amenos e líricos para agradar a literatura canônica.

Nos prefácios, em geral, os escritores exaltam a delicadeza e a doçura das narrativas femininas, mas aceitando tal representação, elas se limitam, não inovam e se submetem ao controle masculino, aguardando sem sucesso a aprovação canônica. Na mesma linha, Adrienne Rich (2017) analisa os desafios de escritoras<sup>15</sup> que, mesmo no início do século XX, mantém cuidados estéticos e esperam reconhecimento masculino. Segundo a autora, na interpretação androcêntrica, o corpo das escritoras sempre se sobrepõe a escolha estilística e, dedicadas a reverter essa condição, se afastam de suas semelhantes mulheres.

Os cânones literários, em maior ou menor grau, detêm privilégios de cor<sup>16</sup>, classe, localidade e gênero. A condição canônica atribui-se a escritores que se destacam nos temas, estilos e movimentos literários, sendo esse reconhecimento uma “decisão comunitária sobre

<sup>15</sup> O artigo de Rich cita Virginia Woolf, Sylvia Plath e Diane Wakoski.

<sup>16</sup> O uso do termo cor é mais assertivo em comparação ao termo ‘raça’, que possui conotação pejorativa. (GRADA, 2019; HOOKS, 2019; DAVIS, 2016; CARNEIRO, 2019)

aquilo que conta em literatura” (COMPAGNON, 2001, p. 254), conforme o momento histórico. Mas, se escritores com vínculos literários e prerrogativas sociais formam o cânone, como a academia de letras pode, de modo proporcional, discernir as produções literárias? Para isso, o escritor e crítico literário francês Antoine Compagnon (2001) se questiona sobre as decisões canônicas.

A alternativa a que nos leva o conflito entre a teoria e o senso comum não é, novamente, rígida demais? Ou há um cânone legítimo, com uma lista imutável e uma ordem rígida, ou, então, tudo é arbitrário. O cânone não é fixo, mas também não é aleatório e, sobretudo, não se move constantemente. É uma classificação relativamente estável, e, se os clássicos mudam, é à margem, através de um jogo, analisável, entre o centro e a periferia. Há entradas e saídas, mas elas não são tão numerosas assim, nem completamente imprevisíveis. (COMPAGNON, 2001, p. 254)

No cenário literário do século XXI, a maioria dos escritores canônicos continua em voga. No Brasil, por exemplo, Machado de Assis, Clarice Lispector, José de Alencar e Gonçalves Dias continuam em listas de vestibulares, debates e são lidos mesmo após décadas da primeira publicação. Na fortuna crítica de Zahidé Muzart, organizadora dos três volumes de *Escritoras Brasileiras do Século XIX*<sup>17</sup>, o cânone brasileiro costuma ser assunto recorrente. A crítica, em *A questão do cânone* (MUZART, 2017), expressa o descontentamento com a hierarquia androcêntrica e expande as problemáticas literárias, relatando a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1897 no Rio de Janeiro e a escolha dos membros.

Ao lado dos nomes de escritores mais renomado como Coelho Neto, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Rui Barbosa e Machado de Assis, vamos encontrar alguns epidérmicos como Afonso Celso, Garcia Redondo. Machado de Assis coloca na Acadêmica seus amigos, Urbano Duarte e Garcia Redondo, mas ignora os simbolistas, entre os quais, devo destacar, Cruz e Souza, que, morando no Rio de Janeiro há sete anos, já havia publicado *Missal e Broquéis*, em 1893. Como diz seu biógrafo, R. Magalhães Junior “até hoje parece inexplicável a ausência de Cruz e Souza na Academia”. Mas, se examinarmos a vida do poeta, a época, o país, isso não nos parecerá tão inexplicável. Em primeiro lugar, a questão da cor é importante, mas não é a razão primordial, pois Machado de Assis era mulato, mesmo disfarçando muito esse fato, e José do Patrocínio, negro. Mas é claro que não dá para esquecer que Cruz e Souza era um negro (nascido filho de escravizados) num país que abolira a escravidão havia apenas nove anos. A segunda razão que me parece importante é o fato de ser pobre. E isso Cruz e Souza o era. Extremamente pobre. Morreu miserável. Além de negro e pobre, era provinciano, vindo lá dos longes de Santa Catarina, província das mais provincianas, se assim posso dizer... E, além de tudo isso, outra razão, talvez a mais importante, Cruz e Souza era simbolista. Na Academia Brasileira de Letras entrou um mulato, entrou um negro, mas não entraram simbolistas. Grupo marginal e marginalizado, enfrentava o preconceito literário dos grupos dominantes, entre os quais os ainda parnasianos, unha-e-carne com o poder. Negro, pobre e orgulhoso, Cruz e Souza mantinha-se distante das rodas intelectuais. E um solitário é

<sup>17</sup> Publicados em 1999, 2004 e 2009 pela editora Mulheres da UFSC, com a participação de 35 pesquisadoras e organizada por Zahidé Muzart.

sempre um ser meio à margem, secreto, diferente, perigoso... Ficou fora da academia. (MUZART, 2017, p. 308-309)

Se Cruz e Souza (1861-1898) é marginalizado por seu estilo, cor, classe social e localidade, mesmo com todo seu talento, ressaltam-se a opressão de gênero na literatura de mulheres no século XX. Para isso, com a coletânea *Os Cem Melhores Contos Brasileiros do Século* (2000), selecionados pelo poeta, professor e escritor Italo Moriconi a convite da Editora Objetiva, a dissertação analisa a situação opressiva na literatura brasileira e constata a discrepante visibilidade entre identidades oprimidas pelo gênero. Na antologia, dentre as escritoras e os escritores, o poeta considera apenas dezoito mulheres contistas, como Júlia Lopes de Almeida em *A caolha*, Rachel de Queiroz em *Tangerine-Girl*, Dinah Silveira de Queiroz em *A moralista*, Hilda Hilst em *Gestalt*, Ana Cristina César em *Correspondência completa*, Adélia Prado em *Sem enfeite nenhum*, Tânia Jamardo Faillace em *A porca*, Edla Van Steen em *Intimidade*, Nélide Piñon em *I love my husband*, Sonia Coutinho em *Toda Lana Turner tem seu Johnny Stompanato*, Olga Savary em *King Kong X Mona Lisa*, Maria Amélia Mello em *Flor do cerrado*, Zulmira Ribeiro Tavares em *O japonês dos olhos redondos*, Myriam Campello em *Olho*, Marina Colassanti em *A nova dimensão do escritor Jeffrey Curtain*, Marcia Denser em *O vampiro da Alameda Casabranca e Hell's angels*, Lygia Fagundes Telles em *O moço do saxofone*, *A caçada*, *A estrutura da bolha de sabão* e, por fim, Clarisse Lispector em *Amor*, *Feliz aniversário*, *Uma galinha* e *Felicidade Clandestina*.

Na coletânea seguinte, *Os Cem Melhores Poemas Brasileiros do Século* (2001), Italo Moriconi visibiliza apenas doze poetisas do século XX. Sendo elas, Gilka Machado em *Lépida e leve*, Maria Angela Alvim em *Há uma rosa caída*, Zila Mamede em *Banho*, Henriqueta Lisboa em *Louvação de Daniel*, Olga Savary em *Ycatu*, Dora Ferreira da Silva em *Rude-suave amigos*, Lu Menezes em *Utensílios*, Claudia Roquette-Pinto em *(dias das mães)*, Hilda Hilst em *Alcoólicos* e *Do desejo*, Adélia Prado em *Com licença poética* e *Casamento*, Ana Cristina César em *olho muito tempo o corpo de uma poema* e *Carta de Paris* e, por fim, a mais citada, Cecília Meireles em *Motivo*, *Este é o lenço*, *2ª motivo da rosa*, *Nadador*, *Cenário*, *Romance XXI* e *Das ideias*.

Desta forma, seja por opressão de cor, classe ou localidade, às mulheres do século XX, tanto no conto quanto na poesia, ainda são discriminadas. Mesmo contistas e poetizas citadas diversas vezes, como as canônicas Clarice Lispector e Cecília Meireles, representam ínfima visibilidade de escritoras à acadêmica de letras.

Se, no século XIX, as mulheres pouco publicam em relação aos escritores, não significa que pouco escrevem (MUZART, 2017, p. 311), como Muzart assinala em suas antologias, elas apenas não experienciam a visibilidade e influência necessária com editoras e rodas literárias. No século XX, como observado nas duas coletâneas da editora Objetiva, a situação literária pouco se altera, pois entre os cânones Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Ferreira Gullar e etc, as escritoras não alcançam igual visibilidade. Então, por que no início do século XXI, apesar das válidas e significativas mudanças dos séculos anteriores, a igualdade literária apresenta o mínimo progresso?

Regina Dalcastagnè, pesquisadora, escritora, crítica literária e professora titular da Universidade de Brasília (UnB), mapeia em *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado* (2012) romances escritos entre os anos de 1990 e 2004. Para ela, no século XIX, as escritoras pensam a voz de escritores como universais e sem gênero, fragmentando “duas categorias, a literatura, sem adjetivos, e a literatura feminina, presa a seu gueto” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 193). A narrativa de escritoras no final do século XX e início do XXI sofre invisibilidades semelhantes às escritoras do século XIX. Se, para estas, o desdém dos escritores limitam as publicações e as relações literárias, hoje, no século XXI, as três maiores editoras do país: Record, Companhia das Letras e Rocco destinam a publicação de 72,7% para escritores e 27,3% para escritoras (DALCASTAGNÈ, 2012). Sendo “uma evolução pequena, quando se compara com o período de 1965-1979” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 158) que, alvo de pesquisa similar, apresenta 17,4% de publicações de mulheres ao período. Além disso, o local de morada da escritora também é decisivo para que possa ser reconhecida e apreciada na literatura nacional.

[A metrópole desempenha papel fundamental, pois concentra] o poder dos grupos e, sobretudo, o poder do eixo Rio/São Paulo/Minas, pois só é canonizado o escritor que, vivendo nessas regiões, pode frequentar determinados círculos de influência, professores dos cursos de pós-graduação, críticos literários, redatores de jornais, por exemplo, resenhistas como os dos grandes jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, para citar só os maiores. Um exemplo: a folha de S. Paulo, em geral, prefere analisar estrangeiros, traduzidos pela Companhia das Letras. Só os escritores mais conhecidos obtêm guarita em suas páginas. É raríssimo aparecer um escritor brasileiro desconhecido. De vez em quando, a Folha abre uma exceção, mas nunca para o escritor da província e lá publicado. (MUZART, 2017, p. 306)

Nesse sentido de prerrogativas, Regina Dalcastagnè (2012) considera jornalistas, professores universitários, escritores, tradutores e roteiristas como profissionais detentores de maior visibilidade e privilégio na literatura brasileira. Similar a isso, Tânia Regina Oliveira Ramos (2010), professora e pesquisadora da Universidade Federal de Santa Catarina, no

capítulo *Talentos e formosuras: novas vozes, novos espaços* afirma que em relação a localidade, a publicidade torna-se fator crucial de visibilidade ou segregação literária.

O instrumento de atualização das instâncias de divulgação da literatura é de certa forma a reprodução da vida social literária, ainda calcada em algumas imagens predominantemente canônicas e excludentes. É só observar que, de certo modo, em relação às textualidades contemporâneas, estamos sempre subordinadas à mídia; e ela comanda algumas deliberações. Assim, basta que um jornal ou uma revista de grande circulação insista em certos autores, em certos nomes, para que, muitas vezes de forma acrítica, tornemos obrigatória a leitura dos beneficiados pela publicidade. Nisso reside a dificuldade de se formar um cânone literário outro, derivado de um processo mais espontâneo, mais feminino, consequência de leituras dos textos poéticos e ficcionais e de um debate crítico mais sólido. Hoje temos que concordar com os que dizem, inteligentemente, que a senha para se ingressar na festa literária é mesmo *a globalização, em uma espécie de embriaguez pela simples contemplação do rótulo da garrafa*. (RAMOS, 2010, p. 35-36)

Nas contestações de Zahíde Muzart (2017), Regina Dalcastagnè (2012) e Tânia Ramos (2010), a localização, a mídia, a publicação e a visibilidade possuem poder de valorizar ou não escritores e escritoras. Torna-se pouco provável, portanto, um escritor ou escritora sem oportunidades educacionais, residente em regiões periféricas ou pequenas cidades gozar de privilégios iguais ao do escritor já conhecido que transita pelas capitais brasileiras, frequenta universidades e recebe reconhecimento editorial e midiático em suas produções (DALCASTAGNÈ, 2012). A visibilidade autoral depende de onde e quem fala, das prerrogativas de cada sujeito e onde se estabelecem os cenários da narrativa brasileira, valorizando ou não a realidade de cada escritora. O poder de fala e/ou escrita na literatura expõe a segregação social e literária das mulheres brasileiras, sua origem está associada às formações colonialistas do país que, ainda hoje, marginalizam identidades segundo os domínios dicotômico.

Nesta segunda seção são ressaltadas algumas das dificuldades das escritoras a partir do século XIX até início do XXI, propondo debates com a crítica literária feminista que constata opressões de gênero, classe e localidade para embasar a dissertação. No modelo androcêntrico, a fala e a escrita são prerrogativas do homem branco, heterossexual, de alta classe e residente nas grandes cidades. Por sua vez, a visibilidade literária relaciona autoria e ficção aos privilégios sociais padronizadores. A normatização de identidades na literatura é questionada pelas críticas feministas que, como analisado a seguir, fundamentam a desconstrução dicotômica e a valorização de coletivos oprimidos pela estrutura colonial.

## 2.4 OPRESSÕES NO PÓS-COLONIAL

A concepção pós-colonial é estabelecida na tentativa de descentralizar ideologias dicotômicas e, para Stuart Hall (2003), contribuí para enfraquecer significados fixos e desconstruir estereótipos identitários adquiridos com a dominação masculina. Para ele, em *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*,

o termo pós-colonial não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a colonização como parte de um processo global. Seu valor teórico, portanto, recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do "aqui" e "lá", de um "então" e "agora", de um "em casa" e "no estrangeiro". (HALL, 2003, p. 109)

Para a dissertação, a consideração relaciona fatores de opressão que podem ou não acompanhar um mesmo indivíduo, e, para além de dicotomias, os estudos pós-coloniais observam identidades transformadas pelas experiências estruturais do colonialismo. Os vetores de formação colonial que circunscrevem os indivíduos, sobretudo às mulheres para essa pesquisa, se referem as “múltiplas relações e eixos de subordinação” que “afetam e assumem diferentes níveis – por vezes contingentes – na construção da identidade dos indivíduos e no imaginário social a seu respeito” (MARCONDES, 2013, p. 111), bem como a protagonista do romance rezendeano.

A exclusão das mulheres e demais grupos oprimidos salientam a luta pós-colonial entre as décadas de sessenta e oitenta do século passado que, fortalecida pela Revolução Sexual<sup>18</sup> na década de sessenta do mesmo século, buscam a desconstrução de parâmetros impostos pela cultura colonial. Com os debates inerentes às identidades plurais, movimentos culturais e políticos também questionam o feminismo tradicional, argumentando as limitações de observar apenas o gênero como fator de desigualdade imposto ao sujeito. Grada Kilomba (2019, p. 103) argumenta que:

ao conceituar o gênero como o único ponto de partida da opressão, teorias feministas ignoram o fato de que mulheres negras não são somente oprimidas por homens – branco e negros – e por formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo racismo – tanto de mulheres brancas quanto de homens brancos - e por formas institucionalizadas de racismo. A luta antirracista não é parte das preocupações das feministas ocidentais, principalmente porque suas precursoras brancas não foram e não são confrontadas com a violência racista, mas ‘somente’ com opressão de gênero. O gênero tornou-se assim, o único foco de suas teorias.

---

<sup>18</sup> Movimento que lutou pelo direito das mulheres em escolher métodos contraceptivos, direito ao prazer e que questionava as tradições sociais patriarcais.

Para ela, antes dos anos setenta do século passado, as teorias do feminismo tradicional e demais movimentos são limitados por dicotomias e colonialidades. A definição colonial e restrita das dicotomias, tipo “ou”, essencializa a condição de que “todo indivíduo deve ser classificado ou como sendo oprimido ou como não oprimido”, tornando “conceitualmente impossível a posição ambos/e” (COLLINS, 2015, p. 17) nas teorias progressistas dos movimentos por igualdade. O vínculo entre feminismos e outras pautas, aqui especificamente com a questão da cor, fundamentam-se na impossibilidade de distanciar uma opressão de outras, sendo que permeiam a narrativa metropolitana e periférica de *Quarenta Dias* (2014).

O pós-colonial visa desconstruir as limitações dicotômicas, apresentando dominações e opressões que um mesmo indivíduo desempenha na sociedade e as múltiplas faces que pode adquirir. A filósofa e feminista estadunidense Angela Davis (2016, p. 104), em concordância a Grada Kilomba, considera as categorias de gênero, cor e classe para denunciar a “relutância histórica” de feministas brancas em “reconhecer as lutas das trabalhadoras domésticas” (p. 104). No Brasil, mulheres pretas e de baixo poder aquisitivo também enfrentam essa tripla opressão e experenciam a disparidade salarial, ganhando “em média metade do que ganham as mulheres brancas e quatro vezes menos do que ganham os homens brancos” (CARNEIRO, 2019, p. 112). A opressão da classe atrela-se a outras opressões, como afirmado acima, pois:

o mundo do trabalho está fortemente conectado com a dimensão educacional, representando, portanto, duas faces de um mesmo momento: a posição inicial de ingresso no mercado de trabalho é influenciada pelas características educacionais e gera um forte efeito sobre a trajetória subsequente dos indivíduos. Mas há um fator fundamental neste processo, que são os efeitos discriminatórios produzidos pelo mercado de trabalho. As desigualdades de acesso a determinados ramos de atividade, assim como o ingresso em ocupações menos formais, estão fortemente mediadas por fatores que se relacionam com a discriminação de gênero e raça. (MARCONDES, 2013, p. 55)

No Brasil, nos anos oitenta do século passado, 90% das mulheres pretas completam até quatro “anos de instrução, comparando-se com 69,8% de mulheres brancas e 51% de amarelas” (CARNEIRO, 2019, p. 22), em média. No ano de 2018, os indivíduos sem alfabetização e com idade de 15 anos ou mais representavam 3,9% para brancos e 9,1% para pretos ou pardos. Nos grupos etários de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo alcançava 10,3% para brancos e 27,5% para pretos ou pardos.” (IBGE, 2019, p. 2). E, embora o último senso não sinalize a categoria mulheres pretas, os dados após trinta e oito anos vinculam opressões de cor que relacionam o analfabetismo à classe e geração.

A geração torna-se, portanto, fator preponderante no pós-colonial, “a velhice é uma categoria social” (PEREIRA, 2019, p. 2) e como tal gera opressões. A construção coletiva da

idade, por séculos, fomenta a produtividade como parâmetro essencial na sociedade que, intensificada no início da Revolução Industrial<sup>19</sup>, deixa “como legado a preocupação unicamente com a rentabilidade que as pessoas podem gerar” (PEREIRA, 2019, p. 2). Nas últimas décadas, seguindo um fenômeno mundial, a população brasileira ultrapassa a marca de trinta milhões de idosos no país (IBGE, 2020, p. 3). Com este crescimento da longevidade,

à medida que os índices de esperança de vida crescem, há uma tendência de aumento da incapacidade funcional da população idosa. O gênero também tem grande influência nessa questão, uma vez que a esperança de vida feminina é superior à masculina, sendo 77 anos e 69 anos, respectivamente, o que torna as mulheres mais vulneráveis. A renda per capita domiciliar é de igual importância, decrescendo a declaração de incapacidade à medida que aumenta a renda. Uma possível explicação para essa diferenciação reside no fato de que maiores níveis de renda permitem a aquisição de melhores serviços de acompanhamento, equipamentos de apoio e uma inserção social mais ativa. É também importante para compreender o idoso não apenas como um consumidor em potencial, mas como um indivíduo ativo, que possui necessidades próprias não só à sua idade, mas às suas características pessoais, familiares, sociais, econômicas e culturais. (MELO; FERREIRA; TEIXEIRA, 2014, p. 6)

A partir do trecho citado e das discussões anteriores, as opressões de gênero, cor e classe são associadas a violência geracional que, conforme condições identitárias, podem causar uma ou mais opressões em determinado indivíduo. As opressões são observadas em localidades de quem acessa determinados locais na metrópole e quem sofre a resistência social neles. Para Regina Dalcastgnè (2003, p. 44), no artigo *Sombras da cidade: o espaço na narrativa brasileira contemporânea*, a acessibilidade perpassa opressões já mencionadas e o acesso aos locais da metrópole são “mais que espaços de aglutinação, são territórios de segregação”.

Esses espaços de segregação estão fortemente vinculados com as condições opressivas. Os coletivos que, sem poder aquisitivo, residem em locais periféricos pelo acessível custo financeiro experienciam situações precárias na saúde, bem-estar, educação e seguridade pública. Ou seja, com baixas possibilidades de subsistência são excluídos para as regiões fronteiriças das cidades. Segundo dados do IBGE de 2020, 39,7% dos municípios brasileiros não dispõem de saneamento básico, 83,8% no Norte, 57% no Centro-Oeste, 55,4% no Sul, 47,3% no Nordeste e 3,5% no Sudeste (IBGE, 2020). Além disso, 17% das pessoas que vivem em áreas de risco no Brasil são idosos, crianças e grupos étnicos. Consonante com as desigualdades em localidades periféricas, a taxa de analfabetismo destaca as regiões Nordeste e Norte do país, com 8,0% e 13% (IBGE, 2020, p. 2) respectivamente, local de origem da maioria dos personagens rezendeanos. As desigualdades percebidas, até o momento, estruturam o diálogo

---

<sup>19</sup> Período debatido na seção anterior que divide tarefas e expande dicotomias.

entre as opressões e a necessidade da perspectiva pós-colonial que baseiam as experiências multifacetadas dos sujeitos e alicerçam o romance nos próximos capítulos.

## 2.5 VIDA E FORTUNA CRÍTICA DE MARIA VALÉRIA REZENDE

Nesta seção do capítulo *A Crítica Literária Feminista* se contextualiza a vida e ficção da autora Maria Valéria Rezende. Inicialmente, a vida da escritora recebe destaque, dando ênfase para a influência de suas experiências e formações como mulher branca, idosa, freira e com engajamento político, social, educacional e que escreve literatura. Por último, as pesquisas recentes sobre a autora são consideradas, visto que seu primeiro livro publicado foi *Vasto Mundo* em 2001.

### 2.5.1 A vida marcada pelo encontro

Na infância, Maria Valéria Rezende inicia sua experiência literária e declama poesia antes mesmo de aprender a ler e escrever, vivendo em ambientes de oportunidade e que possibilitam acesso a arte, cultura e literatura. Seu tio, poeta e contista brasileiro, Vicente Augusto de Carvalho influencia a vivência familiar da escritora, bem como afirma em entrevista concedida a Chico Lopes: “eu cresci achando que ler e escrever, principalmente poesia, eram coisas normais da vida cotidiana como tomar café, almoçar e jantar” (informação verbal)<sup>20</sup>. Assim, o hábito da leitura é intensificado, aos dez anos lê a maioria dos livros infanto-juvenis disponíveis e com a permissão dos pais passa a ler outras categorias literárias. Maria Valéria Rezende, como ela mesma afirma, é extremamente privilegiada pelo fomento cultural que recebeu de sua família, sua classe social e nascimento em Santos (SP), região rica da maior metrópole da América Latina.

Na juventude opta pela vida eclesiástica. A escolha dicotômica oferecida às jovens do período entre matrimônio e religiosidade culmina na fuga da subordinação como esposa, mãe e dona de casa. Sua vontade de estudar, ler, escrever e, sobretudo, conhecer o mundo é percebida em suas entrevistas. A escritora (2017a, 2017d, 2018), ao lembrar sua escolha para obter a liberdade possível a uma jovem de meados do século XX, evoca o argumento utilizado por

---

<sup>20</sup> LIVE de Cabeceira com Maria Valéria Rezende. [S.L.]: PUCRS, 2020. (71 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GJCX7PNTvww>. Acesso em: 2 jan. 2021.

Virginia Woolf (1985) no ensaio *Um teto todo seu*, fundamentando a necessidade de morada própria e autonomia financeira para escrever.

A docência, a ditadura e a vivência com as desigualdades em diversas regiões do mundo são marcas fortes da vida e escrita rezendeana. A docência entra em sua vida nos anos de 1960 com a educação popular e, cinco anos mais tarde na Congregação de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho, forma-se em Língua e Literatura Francesa, Pedagogia e pós-graduação em Sociologia. Atua nos continentes da Ásia, Europa, África e América, sai do Brasil na época da Ditadura Militar por motivos de segurança e, a partir disso, tem contato com outras culturas, línguas, paisagens e diversas pessoas que formam sua identidade individual e coletiva.

A responsabilidade social adquirida por Maria Valéria Rezende revela um poder humanizador e que transparece em sua ficção, conforme declara em entrevistas (REZENDE, 2017a, 2017d, 2018, 2019; LIVE, 2020). As personagens são misturas de pessoas que conhece, a vivência no Sertão, os vinte anos de Golpe Militar, as línguas, as culturas por onde passa, suas leituras e a docência são suas inspirações, para ela, logo: “o mundo interessante é o que me entra pelos cinco sentidos” (REZENDE, 2017d, online). Desse acúmulo de vivências e sensibilidades, a autora publica seu primeiro livro de contos, *Vasto Mundo* (2001) origina-se de escritos guardados e presenteados aos amigos, sendo desse modo descoberta pela editora Becca. Apesar de começar a publicar tardiamente, ela recebeu prêmios Jabutis na categoria infantil com *No risco do caracol* (2008), na juvenil com *Ouro dentro da cabeça* (2012), no romance com *Quarenta Dias* (2014) e pela casa de las Americas e São Paulo de Literatura com o romance *Outros Cantos* (2016).

Ela afirma categoricamente em entrevistas e comentários em artigos que sua literatura não é autobiográfica, mas que seus cenários e personagens são somatórias das gentes que conhece ao longo de seus setenta e oito anos (REZENDE, 2016b, 2017d; SANT’ANA, 2017a, 2017b, 2017c, 2019). Esse posicionamento lembra a escritora brasileira Conceição Evaristo, que defende ser impossível escrever sobre aquilo que não se conhece ou é real a existência da escritora preta, utilizando o termo *escrevivência* para isso. Mesmo que o termo cunhado por Conceição seja direcionado às escritoras pretas, como exemplo as autoras Carolina Maria de Jesus e Jarid Arraes, Maria Valéria empresta o pensamento em sua literatura. Seu objetivo é dar voz aos oprimidos e descentralizar a tradição canônica e androcêntrica.

Ao contrário dos escritores canônicos no entorno do eixo Rio-São Paulo, como citado na terceira seção deste capítulo, a autora de *Quarenta Dias* (2014) reside desde 1988 em João Pessoa e em 2017 idealiza e reúne quinhentas mulheres em sua cidade, formando o coletivo

literário feminista *Mulheiro de Letras*. A ideia parte da insatisfação em perceber que os prêmios literários contam com uma ou duas mulheres, bem como a falta de visibilidade editorial e periférica delas, motivo pelo qual escreve sobre mulheres (REZENDE, 2017c). A escritora defende a descentralização dos personagens, escritores, publicações e regiões do Brasil, dando voz àqueles que comumente são esquecidos e sofrem com a invisibilidade social e literária, como será visto a seguir.

### 2.5.2 Caixinha de amuletos<sup>21</sup>

Nesta seção, a fortuna crítica de *Quarenta Dias* (2014) dialoga com outras literaturas de Maria Valéria Rezende e discute consonâncias entre a vivência e escrita da autora, considerando pesquisas realizadas nos últimos cinco anos através de artigos, periódicos, dissertações e teses disponíveis em bancos de dados.

Como se discute na seção anterior, a escritora defende ser impossível a escrita sem a vivência, admitindo que seus personagens são construídos a partir da junção de pessoas que conheceu ao redor do mundo e, tal qual, seus cenários. De forma usual, a literatura da autora comporta protagonistas mulheres e visibiliza a sociedade sertaneja e a marginalização da metrópole.

No romance *Quarenta Dias* (2014), Alice é forçada por sua filha Nora a se mudar de João Pessoa/PB para Porto Alegre/RS convencida que um futuro neto chegaria e, que pela vida atarefada da filha, precisaria de auxílio na educação. Entretanto, após alguns dias, Nora embarca para Europa com o marido Umberto e deixa a mãe sozinha na cidade desconhecida. Com a forte decepção e a ligação de uma amiga que pede para localizar um conterrâneo desaparecido, Alice sai pelas ruas da capital gaúcha a procura de Cícero e de si mesma.

No romance, a crítica a dominação masculina ocorre em primeiro momento quando a filha manipula familiares e amigos para incentivar a mudança de Alice. Segundo Sant’Ana (2016, 2017a, 2017c), Nora representa simbolicamente a autoridade patriarcal que atribui “às mulheres as funções de um trabalho subserviente, a serviço das necessidades e dos desejos alheios” (SANT’ANA, 2016, p. 389). Quando Alice resiste aos “enquadramentos que lhe são impostos” (SANT’ANA, 2016, p. 389) pela filha e dorme por quarenta dias nas ruas, empodera-se e reinventa-se através do contato com diferentes pessoas e a nova cidade que oferece o espetáculo urbano do consumismo e da pobreza.

---

<sup>21</sup> O título desta seção faz menção a um trecho do livro *Outros Cantos* de, Maria Valéria Rezende (2016a, p. 99)

No artigo *A representação da velhice em Quarenta dias, de Maria Valéria Rezende* (2018), Ana Lúcia Maria de Souza Neves e Bruno Santos Melo argumentam que o romance contemporâneo revela a heterogeneidade social da metrópole e a fragmentação do sujeito, como discutido na terceira seção desta dissertação. No mesmo sentido, o artigo *A cidade e a escrita do corpo em Quarenta dias* (2016) de Beatriz Vieira de Resende e Nismária Alves David, expressa

A cidade – como lugar da dor, do individualismo, da violência e da morte – faz emergir uma prosa em que o ambiente urbano corresponde a um cenário onde não prevalece a euforia, mas, sim, revelam-se as contradições surgidas da aglomeração urbana e, sobretudo, enfoca aquilo que a sociedade capitalista expulsa e marginaliza. (RESENDE; DAVID, 2016, p. 12)

Os romances de Maria Valéria Rezende possuem a forte característica em narrar a dura realidade brasileira, relacionando migração e opressões sociais. A autora toca a questão do mundo do trabalho e a necessidade de deslocamento de trabalhadores, em sua maioria, para a construção civil e que fixam moradia em periferias pelo baixo poder aquisitivo. Além do exemplo de *Quarenta Dias* (2014) com os conterrâneos nordestinos que Alice encontra na capital gaúcha, no romance *Outros Cantos* (2016) Maria vivencia o êxodo do sertão nos anos da ditadura militar brasileira, em *O voo da guará vermelha* (2014) Rosálio experencia a metrópole e o trabalho escravo e, em *Vasto Mundo* (2001), no conto *O mundo visto do alto Tatuzinho* e o vilarejo formam uma visão fantasiosa da metrópole.

A migração torna-se comum no mundo globalizado e, como será discutido nos próximos capítulos, a protagonista nordestina vincula-se a Porto Alegre como forma de se relacionar com coletivos que experenciam opressões semelhantes e díspares. Nos primeiros dias como sujeito em situação de rua, Alice contempla os pássaros na primavera comparando-os a migração dos nordestinos para região Sul e suas instável moradas. No artigo *A resignificação do conceito de lar em Quarenta Dias, de Maria Valéria Rezende*, a doutoranda Daniela Schrickte Stoll (2019, p. 24) argumenta que no “decorrer dos dias, Alice aceita sua condição de sem casa e torna-se habitante provisória de todos os lugares e de lugar nenhum. Ela se acostuma com a vida nas calçadas e se junta a outros/as habitantes das ruas”, sujeitos invisibilizados e oprimidos pelos valores sociais e capitalistas. A identidade é uma das grandes discussões que Maria Valéria Rezende realiza em sua ficção. No romance *Quarenta Dias* (2014), a crítica é feita ao descrever as periferias e pessoas em situação de rua como Arturo e Lola, indivíduos ignorados e opostos a homogeneização social.

Com características similares referente a invisibilidade e abandono social, o romance *O voo da guará vermelha* (2014) apresenta Irene, prostituta e aidética, que toda segunda-feira leva o dinheiro ganho durante a semana para a senhora que cria seu filho; doente e pobre, a personagem conhece Rosálio e encanta-se com as histórias de vida contadas pelo sertanejo. Uma delas se refere ao tempo de menino de Rosálio no vilarejo de Grota, conhecido por Nem-Ninguém ou Curumim, sem certidão de nascimento ou alfabetização, ele busca construir sua identidade juntamente com Irene na metrópole. Os dois oferecem ao outro algo de que carecem, ela ensina Rosálio a ler e escrever, ele retribui com aconchegos e histórias. Para o personagem, desde pequeno a literatura oral está presente em sua vida, e segundo Fernanda Aquino Sylvestre (2014, p. 140) “a solidariedade entre Rosálio e Irene, mediada pela literatura, sugere que Rezende acredita que a pobreza no país é acarretada principalmente pela falta de educação, de leitura e de um ensino decente”, bem como as referências que faz a docência com as professoras Maria de *Outros Cantos* (2016) e Alice de *Quarenta Dias* (2014).

No romance *Outros Cantos* (2018), Maria apresenta em suas lembranças a personagem Fátima, que como Alice de *Quarenta Dias* (2014) cria a prole sozinha e trabalha fora, aquela sendo triplamente oprimida em:

primeiro lugar, simplesmente pelo fato de ser mulher numa sociedade patriarcal. Depois, pela condição de sertaneja, que arrasta consigo toda a conotação negativa implícita nas representações sobre o sertão e seu povo – entre outros estereótipos, associadas a subdesenvolvimento, pobreza, isolamento, natureza inóspita e —raça mestiça inferior. Por fim, por sua condição miserável – “Mais pobre que todos, Fátima” -. Pode-se considerar, ainda, a condição marginal agravada pelo contexto histórico em que se ambienta a narrativa, em que povo brasileiro era subjugado por um regime militar ditatorial, —exacerbador dos códigos patriarcais. (PAIVA, 2018, p. 40)

A crítica a dominação masculina também é feita no romance pelas lembranças da personagem Maria com a violência doméstica, no episódio, a protagonista vai em direção aos gritos de uma mulher e ouve de Fátima que lá é natural e aceitável a violência. No conto *O tempo em que dona Eulália foi feliz*, em *Vasto Mundo* (2001), após o marido viajar para buscar tratamento de saúde, Eulália passa a administrar a fazenda e ajudar os sertanejos de Farinhada em suas necessidades, diferente do ríspido marido que maltrata a ela e a todos. Nesse período que fica sozinha e sem passar pelas violências físicas e psicológicas do companheiro, como Gecielli Estefania Fritzen (2019, p. 113) afirma, a personagem empodera-se e através desse espaço passa a fluir de “novas formas de pensamento, de reflexão e de análises sobre si própria”, oportunizando a experiência de sentir-se livre e conhecer o prazer na vida em si e com os outros. Pode-se estabelecer vínculos simbólicos entre algumas das ficções de Maria Valéria Rezende,

como o alimento farinha em *Outros cantos* (2016) ser o principal elemento na alimentação, no conto de *Vasto Mundo* (2001) o vilarejo chamar-se Farinhada, ou nos ideais de dominação masculina entre o marido de Eulália e Nora com os abusos psicológicos. Outro elemento é a construção do tempo pela memória nas ficções da escritora, a autora em *Quarenta Dias* (2014), *Outros Cantos* (2016) e *O voo da guará vermelha* (2016) estabelece em meio aos capítulos a volta ao passado e, geralmente, a linha do tempo apresenta uma quebra, especificamente em *Outros Cantos* (2016) Juliana Silveira Paiva e Andrea Cristina Martins Pereira argumentam que

as memórias surgem de maneira fragmentada, representando as interações sociais que ela mantém, e prezando o tempo psicológico da narradora; há assim um movimento de idas e vindas proporcionado pelas lembranças de Maria-Nova. E mesmo o leitor encontrando uma sequência cronológica, ele depara-se com essas voltas, o que proporciona ao romance um trançado de vivências e experiências. (PAIVA; PEREIRA, p. 235)

No romance *Quarenta Dias* (2014), Alice rememora a perda de Aldenor na Ditadura Militar brasileira, a criação de Norinha como mãe solo, a saudade de João Pessoa e seus alunos, a pobreza e a marginalidade de sua quarenta nas ruas gaúchas e a procura de Cícero e de si mesma. A protagonista escreve no diário da Barbie sobre seu tempo passado que a faz repensar e reconstruir perspectiva em um curto espaço de tempo. A constante intertextualidade feita pela autora nos diálogos entre as várias disciplinas apresenta o conhecimento não fragmentado, mas imbricado que enfatiza temas como a desigualdade social, docência, opressão às minorias e ditadura, apresentando vivências sociais e a revisitação de temas bastante necessários na atualidade.

Nas quatro ficções de Maria Valéria Rezende que são relacionadas a *Quarenta Dias* (2014), as narrativas estabelecem relação com o período entre 1964 e 1985 que configuram a ditadura militar Brasileira, sendo citada também a ditadura militar Argentina. As pessoas em situação de rua, os sertanejos sem documentação e analfabetos exibem a exclusão social vivida por esses corpos. Os nomes dos personagens da autora possuem grande tradição religiosa e se mesclam entre as ficções, como Cícero que está presente em *Quarenta Dias* (2014) e *Outros Cantos* (2016). Nas ficções da escritora, a religiosidade entre “Cíceros, Severinos, Zés, Pedros, Tobias, Nicodemos, Josués, Arquimedes” (REZENDE, 2016, p. 43), Marias e Rosális são associadas a vida eclesiástica da autora. Outra menção feita, segundo Beatriz Vieira de Resende e Nismária Alves David (2016, p. 14) é o

tempo de duração – quarenta dias – que dá título ao romance sugere o tempo de purgação da personagem. O número 40 simboliza a reclusão, a provação ou a preparação. Na Bíblia, esse número (associado a dias, meses ou anos) aparece nas

intervenções divinas na vida de várias personagens como Noé, Moisés e Jesus. Na simbologia, a quarentena sempre aparece com o significado de passagem, que leva à mudança do sujeito envolvido.

Alice passa quarenta dias entre a periferia e o centro de Porto Alegre, em *Outros Cantos* (2016) Maria retorna ao Sertão de Olho d'Água quarenta anos após sua primeira viagem. Como tema comum, as personagens de Maria Valéria Rezende costumam explorar o espaço público. A personagem Maria viaja a lugares como Argélia, México e o Sertão nordestino, Alice conhece outros países e viaja de ônibus entre os extremos da cidade, Irene se expõe a prostituição para sustentar o filho, Rosálio foge do trabalho escravo para chegar à metrópole e conseguir algum serviço para aprender a ler e escrever. As personagens da autora são fortes e, sobretudo, desafiam os “padrões de comportamento determinados pelo controle social” (SANT’ANA, 2017c, p. 396-397), como será visto nos próximos capítulos.

### 3 ALICE ATRAVÉS DO ESPELHO

Este capítulo busca discutir a identidade individual no romance *Quarenta Dias* (2014) de Maria Valéria Rezende. Para isso, as experiências relatadas pela protagonista Alice, professora aposentada e amante de literatura, são observadas em seu diário da Barbie. A escrita testemunhal de Alice relembra seu tempo de criança em Boi Velho, sua vida profissional e de mãe solo em João Pessoa e, sobretudo, sua deambulação pelas ruas da capital gaúcha. Como sujeito diaspórico e em situação de rua, ela redescobre a si mesma ao andar pela urbe, reflete sobre seus sentimentos e frustrações, relaciona-se com outras perspectivas, saberes, sabores, absorve pelos cinco sentidos as experiências da quarentena e reconstrói sua identidade abalada no momento que deixa a Paraíba.

#### 3.1 A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA

Esta primeira seção discute as identidades a partir da perspectiva da diferença proposta por Stuart Hall (2003, 2006) e Zygmunt Bauman (2005, 2009).

A noção de identidade, no século XXI, é formada através de diferentes fatores pessoais e sociais, mas cada período histórico as pondera de modo distinto. No livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2006) distingue três concepções de identidade, sendo elas o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo corresponde a uma identidade individual e pautada na razão, o sujeito está no centro e é sempre homem, essa concepção ignora a influência do social para identidade. No período de transformações da primeira modernidade<sup>22</sup>, o sujeito sociológico acrescenta a identidade coletiva que, ainda limitada, dicotomiza o individual e o social na concepção identitária. Na última concepção, o sujeito pós-moderno está no período de globalização e em constante deslocamento, adquire identidades distintas, fragmenta-se e torna-se múltiplo.

No sentido similar, Zygmunt Bauman (2005) analisa em *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*, a construção das identidades a partir de múltiplas experiências vividas pelos indivíduos. Para ele,

os experimentos jamais terminam. Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você as escolha. Muitas outras identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobiçadas

---

<sup>22</sup> Fim da idade média, período de transformações como a Revolução Industrial, mencionada no primeiro capítulo.

durante a sua vida. Você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação. (BAUMAN, 2005, p. 90-91)

As mudanças e fragmentações das identidades, como ocorre na globalização, passam por processos de descentramento do sujeito na pós-modernidade (HALL, 2006) ou modernidade líquida (BAUMAN, 2001). A discussão das concepções de sujeito são substanciais quando Hall (2006) aponta seus cinco processos de descentramento com o fim do sujeito cartesiano<sup>23</sup>.

O primeiro processo de descentramento ocorre nos anos sessenta do século XX, quando teorias escritas por Karl Marx no século XIX são reexaminadas e o autor defende ser impossível o sujeito tomar decisões de forma livre. Para Marx, o indivíduo após o nascimento não possui agência<sup>24</sup>, mas se desenvolve em determinado local sob determinadas regras sociais e culturais que influem no modo de pensar, agir e, sobretudo, viver o ambiente exterior no seu íntimo (HALL, 2006).

O segundo descentramento ocorre com a pesquisa de Sigmund Freud sobre o inconsciente, o autor estabelece a formação da sexualidade e a estrutura de desejos baseadas no processo psíquico e simbólico do inconsciente (HALL, 2006). A identidade, para ele, associa-se ao tempo que o indivíduo vive sua interação e imaginário, nunca completo, em constante formulação e reformulação pessoal a partir de memórias, fantasias, traumas e experiências sociais.

No terceiro descentramento do sujeito, Hall (2006) considera a contribuição de Ferdinand de Saussure na relação identidade e linguagem. A linguagem expressa-se de forma simbólica e ativa por uma “imensa gama de significados que já estão embutidos” (HALL, 2006, p. 40) na língua e nos sistemas culturais da sociedade. Para Saussure, o significado formado pela diferença está alinhado com a identidade pela diferença. E, no sistema coletivo de identificação, “o significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com as outras palavras no interior do código da língua” (HALL, 2006, p. 40).

No quarto descentramento do sujeito, Michel Foucault (1987) contribui em *Vigiar e punir* com a análise do poder disciplinar. O autor francês afirma que o indivíduo apenas é útil ao Estado caso seja “ao mesmo tempo corpo produto e corpo submisso” (FOUCAULT, 1987, p. 29), ou seja, um corpo servil.

<sup>23</sup> O sujeito cartesiano é aquele apontado por Hall como o sujeito do Iluminismo e o Sociológico, pois não associa o individual e social como interdependentes.

<sup>24</sup> Na agência, o sujeito descontrói o discurso hegemônico, transformando a si e aos outros. (BHABHA, 1998, 255)

Por fim, no quinto descentramento do sujeito, o movimento teórico e social feminista adquire representatividade e, como visto no primeiro capítulo, questiona padrões dicotômicos em defesa da igualdade. A notoriedade das causas sociais contribui ao debate da identidade, reivindica políticas afirmativas às minorias, contesta a imposição do padrão de beleza e sob o lema “o pessoal é político” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 28) minimiza, em parcela, a identidade unificada.

Dessa forma, Hall (2006) delinea um pequeno histórico da identidade, verifica as transformações identitárias dos sujeitos conforme transformações sociais e políticas, vinculando aspectos interdependentes entre elas na pós-modernidade. Para Bauman (2005) e Hall (2003), a identidade forma-se por múltiplos fatores e é díspar a cada identidade, sustentando a dissertação pela perspectiva pós-colonial que, mencionada no primeiro capítulo, agrega a análise do romance rezendeano e utiliza diferentes disciplinas para embasar a pesquisa.

Nessa estrutura, a identidade passa por diversas transformações e é analisada a partir da diferença<sup>25</sup> (HALL, 2003; WOODWARD, 2014). Hall em *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais* (2003) utiliza argumentos de Ernesto Laclau, teórico e filósofo argentino, Chantal Mouff, teórica política estadunidense, Michel Foucault, teórico social francês, e Judith Butler, teórica estadunidense feminista e *queer* para debater a disparidade de identidades individuais e sua pluralidade.

Filosoficamente, a lógica da *differance* significa que o significado/identidade de cada conceito e constituído(a) em relação a todos os demais conceitos do sistema em cujos termos ele significa. Uma identidade cultural particular não pode ser definida apenas por sua presença positiva e conteúdo. Todos os termos da identidade dependem do estabelecimento de limites — definindo o que são em relação ao que não são. Como argumenta Laclau: *Não se pode afirmar uma identidade diferencial sem distingui-la de um contexto, e no processo de fazer a distinção, afirma-se o contexto simultaneamente.* (Laclau, 1996). As identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder (Foucault, 1986). Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, e *um efeito do poder*. Deve haver algo *exterior* a uma identidade (Laclau e Mouffe, 1985; Butler, 1993). Esse *exterior* é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja *ausência* ou falta é constitutiva de sua *presença* (Hall, 1996b). *Sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta.* Cada identidade, portanto, é radicalmente insuficiente em termos de seus *outros*. *Isso significa que o universal é parte de minha identidade tanto quanto sou perpassado por uma falta constitutiva* (Laclau, 1996). (HALL, 2003, p. 85)

Para os teóricos citados por Hall (2003), a identidade individual do ponto de vista político, filosófico, social e feminista, pensado a partir dos anos sessenta do século XX,

---

<sup>25</sup> O termo discutido na dissertação refere-se à pluralidade de possibilidades, não sendo pautada em dicotomias como ocorre no sujeito sociológico.

fundamenta o exterior para perceber as peculiaridades dos sujeitos. A identidade passa pela interdisciplina<sup>26</sup> e é usada na dissertação para análise interseccional de fatores geográficos, políticos, históricos, sociais e econômicos para representar Alice (AGUILAR; GONÇALVES, 2017). O descentramento do sujeito desenvolve-se e modifica-se a partir do século XIX por questões sociais e novas descobertas, o sujeito absorve os acontecimentos e busca sanar necessidades pessoais de acordo com os períodos mencionados anteriormente.

Nesta primeira seção, a cronologia da ideia de identidade permite observar o desenvolvimento inseparável entre social e individual na constituição do sujeito, conforme Hall (2006) e Bauman (2005). A proposta de diferenças identitárias a partir de experiências de gênero, classe, geração e localidade permite a cada sujeito experiências plurais, sendo a diferença identitária a base para analisar a personagem de *Quarenta Dias* (2014). A identidade da protagonista, assim como defendem os teóricos, é metamorfoseada no modo como experiências individuais e coletivas são vividas e absorvidas. Na próxima seção será discutida a identidade individual em relação a localidade e a condição do sujeito diaspórico na metrópole.

### 3.2 IDENTIDADE INDIVIDUAL NA DIÁSPORA

Nesta seção, a identidade diaspórica de Alice é pensada a partir do contexto individual de localidade que, permeada pelo social, propõe discussões sobre as vivências do sujeito migrante e oprimido na metrópole.

Na diáspora analisa-se o deslocamento do sujeito de seu local de nascença para áreas desconhecidas e, seja por escolha ou não, seus efeitos culturais. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (HALL, 2006) pondera os efeitos da nova globalização ocorrida pós-1970 e o impacto da diferença que torna os sujeitos híbridos. O hibridismo corresponde a reformulação da identidade, o sujeito absorve a cultura do novo local e partilha a cultura de origem que, como visto no primeiro capítulo, mesclam culturas diaspórica e transformam a dinâmica dicotômica, pluralizando a identidade individual em várias. O híbrido rompe com a divisão entre o *eu* e o *outro* e transforma o sujeito em múltiplo e multicultural<sup>27</sup>. O romancista Salman Rushdie,

<sup>26</sup> Trata de um conjunto de abordagens, problematizações e reflexões que convergem em vários campos já estabelecidos, em diferentes teorias que somam seus conhecimentos para falarem daquele determinado objeto.

<sup>27</sup> O Multicultural é entendido por Hall como: “termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades multiculturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retem algo de sua identidade *original*”. (2003, p. 52). O crítico indiano Homi K. Bhabha utiliza a variação diversidade cultural para tratar do tema e “o reconhecimento de conteúdos e costumes culturais predados; mantida em um enquadramento temporal relativista [...] A diversidade cultural e também a representação de uma retórica radical da separação de culturas

britânico de origem muçulmana indiana, citado por Stuart Hall, pensa o hibridismo como local da “impureza, a mistura, a transformação que vem de novas e inusitadas combinações dos seres humanos, culturas, ideias, políticas, filmes, canções” e a maneira que se propagam no mundo (RUSHDIE, 1990, p. 394 apud HALL, 2003, p. 34).

Como Zygmunt Bauman (2001, 2005, 2009) e Salman Rushdie (1990), Stuart Hall (2003, 2006) baseia-se na sua experiência diaspórica e fundamenta a tese sobre rupturas identitárias causadas com o deslocamento. De significado semelhante a Hall (2006) com a pós-modernidade, Bauman (2001) conceitua o termo Modernidade Líquida na nova era da globalização e seus efeitos nas identidades.

Uma vez que as crenças, valores e estilos foram “privatizados” — descontextualizados ou “desacomodados”, com lugares de acomodação que mais lembram quartos de motel que um lar próprio e permanente —, as identidades não podem deixar de parecer frágeis e temporárias, e despidas de todas as defesas exceto a habilidade e determinação dos agentes que se aparam a elas e as protegem da erosão. A volatilidade das identidades, por assim dizer, encara os habitantes da modernidade líquida. E assim também faz a escolha que se segue logicamente: aprender a difícil arte de viver com a diferença ou produzir condições tais que façam desnecessário esse aprendizado. Como disse recentemente Alain Touraine, o presente estado da sociedade assinala “o fim da definição do ser humano como um ser social, definido por seu lugar na sociedade, que determina seu comportamento ou ação”, e assim a defesa, pelos atores sociais, de sua “especificidade cultural e psicológica” só pode ser conduzida com “consciência de que o princípio de sua combinação pode ser encontrado dentro do indivíduo, e não mais em instituições sociais ou princípios universais”. (BAUMAN, 2001, p. 206)

O autor discute a Modernidade Líquida a partir da Modernidade sólida. Esta funciona como estrutura sólida, consistente e rígida. A dureza proposta pelo autor sinaliza as estruturas inflexíveis de instituições sociais criadas no século XIV e com auge entre o século XIX, sob a crença no sujeito centrado e detentor de todas as certezas, também considerada por Hall (2006) na seção anterior. A Modernidade Líquida surge no final do século XX e faz referência aos espaços sem pertencimento (HALL, 2003) e de identidade fluída (BAUMAN, 2001). Assim como “as identidades se tornam múltiplas” (HALL, 2005, p. 27), o sujeito torna-se mutável pela instabilidade, passando a negociar e a renegociar a forma como age em cada situação cotidiana.

Para o autor de *Modernidade Líquida* (2001), *Identidade: Entrevista com Benedetto Vecchi* (2005) e *Confiança e Medo na Cidade* (2009), a negociação ou renegociação consiste

---

totalizadas que existem intocadas pela intertextualidade de seus locais históricos, protegidas na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única. A diversidade cultural pode inclusive emergir como um sistema de articulação e intercâmbio de signos culturais em certos relatos antropológicos do início do estruturalismo.” (1998, p. 59)

em observar a experiência do sujeito a partir do deslocamento, pois “a ideia de ter uma identidade não” ocorre “às pessoas enquanto o pertencimento continua sendo o seu destino” (BAUMAN, 2005, p. 17). Ou seja, questionar a identidade só acontece àqueles que se deslocam do território e cultura de origem para outros destinos. A crise de identidade diaspórica encontra-se, em parcela, nas contradições entre a cultura e tradição de origem e a do novo local (BAUMAN, 2005), o sujeito necessita adaptar-se e, interagindo com demais nativos, familiariza-se com o novo espaço. Nessa constante negociação, a pertença social e a interação com outros indivíduos se tornam fundamentais ao sujeito diaspórico, porém se integrar a outra localidade acompanha possíveis opressões que, novas ou não, sobrecarregam pessoas em condição de desterro.

Para a professora e pesquisadora Sandra Regina Goulart Almeida (2015) em *Cartografias Contemporâneas: espaço, corpo e escrita*, o contexto da identidade diaspórica relaciona-se as opressões de classe, gênero e cor, ou corpos gendrados, que experenciam a exclusão na modernidade líquida e nas ficções literárias.

As construções identitárias dos sujeitos da diáspora, além de passar inevitavelmente pelos vários fatores constitutivos da subjetividade, determinam seu caráter plural, processual, provisório e também contraditório. A renegociação de identidades se apresenta frequentemente nos textos de escritoras contemporâneas por meio da teorização sobre mulheres advindas de contextos culturais e sociais distintos, bem como de afiliações a grupos étnicos diversos. Identidade e espaço, portanto, tornam-se categorias analíticas que se unem na concepção das experiências ambivalentes do sujeito diaspórico. A necessidade de uma renegociação de conceitos identitários aparece com frequência em textos que abordam a diáspora, na medida em que o movimento de deslocamento espacial torna-se também um ato de autoconhecimento, vivenciado através de um corpo gendrado, racializado e etnicizado, e que leva ao questionamento de noções de identidades fixas e preestabelecidas. (ALMEIDA, 2015, p. 65)

O aumento de indivíduos diaspóricos e a renegociação identitária dialogam com a narrativa de *Quarenta Dias* (2014). A opressão de localidade soma-se a condição de mulher nordestina e em situação de rua de Alice, que semelhante as afirmações de Bauman (2005) e Hall (2003, 2005), sente a necessidade de explorar e interagir no local de destino, Porto Alegre.

### 3.3 DIÁSPORAS URBANAS

A proposta desta seção se baseia nos estudos de Octavio Ianni (2004), Stuart Hall (2003, 2005), Amanda Pérez Montañés (2006), Zygmunt Bauman (2009), Silviano Santiago (2000) e Marcos Aurélio dos Santos Souza (2007). A discussão feita com autores de formação sociológica e literária são pautadas na perspectiva de interdisciplinaridade no pós-colonial.

A urbe transforma-se com a mescla da cultura e do deslocamento. As cidades metropolitanas brasileiras são destino de muitos migrantes e refugiados, a urbe de São Paulo<sup>28</sup>, por exemplo, concentra a maior parte deste contingente no país. No texto *Uma Longa Viagem*, o sociólogo brasileiro Octavio Ianni (2004) justifica a razão das megalópoles serem locais de maior procura para moradia.

Muitos saem do campo e de pequenas localidades, desde longínquos países, e dirigem-se para as cidades que parecem prósperas, promissoras. Aí encontram dificuldades e perspectivas, emprego e desemprego, pauperismo e limpenização, êxito e emancipação. Alguns conseguem ascender socialmente, realizam-se, chegam a sentir-se vitoriosos. Outros, muitos, a grande maioria, dissolve-se no meio da multidão solitária. (IANNI, 2004, p. 161)

A exclusão do estrangeiro<sup>29</sup> pela falta de poder aquisitivo, vista também no próximo capítulo, gera outras marcas de opressão na identidade do sujeito que deixa a terra natal. O estrangeiro desloca-se para metrópole, lugar visto como próspero e oportuno, em busca de condições que seu local de origem não pode proporcionar, e seja por motivo de fome, segurança ou educação, o indivíduo procura asilo e é considerado um estrangeiro pelos nativos. O forasteiro torna-se o *Outro*<sup>30</sup>, aquele que difere em origem e cultura, e embora este movimento nômade não seja novo<sup>31</sup>, o sentimento de eterno itinerante acompanha o sujeito diaspórico. Para Zygmunt Bauman (2009), em *Confiança e Medo na Cidade*, a urbe contemporânea torna-se campo de batalha entre estrangeiros e nativos, independente da história, cultura e dos séculos, a cidade possui resistência na recepção de exilados e o ato de separação entre a Outridade permanece dicotômico e prejudica o contato entre ambos. No mesmo sentido, na tese *Vozes do*

<sup>28</sup> Segundo o censo, 35,4% da população não reside no município de origem e 14,5% dela mora em outro Estado da Federação. O Estado de São Paulo, o maior polo econômico da América Latina, abriga cerca de 8 milhões de migrantes brasileiros, seguido pelo Rio de Janeiro com 2,1 milhões, Paraná com 1,7 milhões e Goiás com 1,6 milhões de migrantes. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

<sup>29</sup> O estrangeiro, para dissertação, é considerado a partir de um ponto de vista simbólico do *Outro*.

<sup>30</sup> O *Outro* teve discussão no primeiro capítulo e continua em uso neste capítulo.

<sup>31</sup> O deslocamento dos indivíduos teve início na pré-história e com o tempo foi adaptado. Conforme citação literal: “O costume de brindar asilo ao forasteiro - que ainda se pratica em algumas sociedades - pode ser visto como uma permanência do asilo legada da pré-história. Na Grécia, os asilos mais conhecidos como o Templo de Apolo em Delfos ou Zeus Likaeus em Arcádia, eram lugares sagrados consagrados aos deuses, e também foram sítios de refúgio para perseguidos. Em Roma, além dos templos, as águias das legiões romanas e as estátuas do imperador protegiam os indefesos dos abusos. O costume estende-se à Idade Média onde as igrejas e mosteiros cumprem essa função, mas a partir do Papado de Beneditino XIII, o direito de asilo foi abolido ao decretar que os criminosos, ladrões, e falsificadores, assim como os profanadores de igrejas e hereges perseguidos pela Inquisição, ficaram fora desse privilégio. Com a Reforma, nos países protestantes as igrejas rapidamente perderam o direito de asilo. Segundo Kurnitzky (1994, p. 20-21), só volta aparecer a fins do século XIX em países como Suíça, Inglaterra, Estados Unidos e outros, onde é concedido o direito de asilo aos refugiados políticos. A experiência referente à perseguição política, étnica e religiosa no século XX tem permitido o direito de asilo nas convenções da Organização das Nações Unidas (ONU), o que significa que todos os estados membros sempre concedem asilo.” (MONTAÑÉS, 2006, p. 18)

*Exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*, Amanda Pérez Montañés (2006, p. 25) destaca a condição do sujeito exilado<sup>32</sup>.

Uma vez banido, o exilado leva uma vida anômala e infeliz, vivendo, ao mesmo tempo, a dupla e ambígua condição de ser forasteiro (estrangeiro) e de ser fugitivo (bandido). A extrariedade (externo) daquele que está sob bando soberano é mais íntima e inicial do que a estraneidade (estranho) do estrangeiro. Essa oposição extra-temporal e extra-espacial, refere-se a uma ambiguidade que também é semântica, na qual o paradoxo da condição de exílio já se encontra registrado.

No exílio, como associa a autora, o sujeito banido/estrangeiro/estranho procura o sentimento de pertença na nova urbe, negociando e renegociando a identidade diaspórica para “localizar-se, estabelecer pontos de referência, criar as condições mínimas de sobrevivência, descortinar dias melhores” (IANNI, 2004, 154) e, por fim, adaptar a vivência e realidade atual às memórias e experiências pregressas. O conflito desenvolvido no sujeito entre os locais de origem e de destino estabelecem a sensação de incompatibilidade, o estrangeiro vive um novo espaço identitário e discursivo. Para Octavio Ianni (2004, p. 153),

todo aquele que migra sabe de onde parte mas não sabe onde chega; sabe o caminho que deixa mas não sabe qual encontra. Lança-se em uma travessia sem fim, acreditando-se sempre o mesmo, mas poucas vezes dando-se conta de que se preserva e se transforma, reafirma e transfigura, afina e desafina. Lá longe, em outro lugar, país ou continente, continua a rememorar a partida e o caminho percorrido, recriando situações, pessoas, vivências, imagens, diálogos, sentimentos, memórias, fragmentos, esquecimentos. É assim, com recordações e esquecimentos, que o migrante nutre a nova situação, seja ela de êxito, seja de frustração. Está impregnado de um passado que nunca se apaga, mesmo quando é esquecimento. Ressoa sempre contínua e episodicamente, nas coisas, gentes, situações, sentimentos, imaginários, sonhos e alucinações. É um passado que povoa o presente, seja qual for a geração. No contraponto de presente e passado, passado e presente, aos poucos se dá a metamorfose das adversidades em façanhas, da biografia em gesta, da história em mito.

Nesse espaço incompatível, o sujeito diaspórico carrega a esperança do retorno redentor, mas que se torna impossível (BAUMAN, 2005; HALL, 2006; MUZI; COQUEIRO; ZOLIN, 2014) por seu deslocamento, vivendo o presente a partir das experiências do passado e, ao mesmo tempo, o futuro a partir da espera do retorno. No capítulo *En Cualquier lugar*, a escritora diaspórica Paloma Vidal (2004, p. 45) trata do exílio como um “lugar qualquer, onde realidade e irreabilidade se tocam, e onde a existência das pessoas fica suspensa como num sonho”. Para Edward Said, crítico literário e ativista político em *Reflexões sobre o exílio e*

---

<sup>32</sup> Conforme citação literal: “A perseguição política inerente a todo exílio, é um fator diferencial em relação aos exílios voluntários. É por isso que o verdadeiro exílio – a ‘viagem política’ – se inicia quando uma pessoa é expulsa pela força de seu próprio país (desterro), ou quando, por força das circunstâncias, é obrigada a fugir para não morrer, ou quando há a expulsão através de manobras ‘burocráticas’ sutis ou grosseiras.” (MONTAÑÉS, 2006, p. 60)

*outros ensaios*, o estrangeiro passa por “uma fratura incurável entre um ser humano e o lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar” (SAID, 2003, p. 46). Ou seja, entre o local (HALL, 2006) de origem e o local de destino o exilado passa pela abstinência de referências culturais e emocionais, resta a negociação e a metamorfose da identidade na diáspora. Nesse paralelo, Hall (2006) considera a negociação do sujeito como movimento de *tradução*.

Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias casas (e não a uma "casa" particular). (HALL, 2006, p. 88-89)

No texto *O Entre-lugar do Discurso Latino-americano*, Silviano Santiago (2000) analisa a dicotomia nas literaturas portuguesas do período colonial brasileiro e contextualiza o discurso do sujeito no entre-lugar. O conceito proposto pelo autor representa o movimento de resistência discursiva do colonizado aos valores e determinações do colonizador. O livro publicado pela primeira vez em 1978 faz parte da visão pós-colonial que, como discutido no primeiro capítulo, pretende dissolver o conceito de unidade e pureza imposta pela dicotomia. Na opinião de Silviano Santiago (2000), o sujeito deve ingerir, digerir, afrontar, negar e romper com o texto colonial, o entre-lugar usado pelo autor refere-se ao descentramento do indivíduo na América Latina e que contesta os referenciais normativos.

Segundo Marcos Aurélio dos Santos Souza (2007), professor titular de letras na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), diferentes termos são propostos no mesmo sentido de entre-lugar e são destacados por Nubia Jacques Hanciau (2005) no artigo *Entre-lugar*, tais como: o lugar intervalar do escritor francês Édouard Glissant, o terceiro espaço do crítico e teórico literário espanhol Alberto Moreiras, *espaço intersticial* do filósofo indiano Homi K. Bhabha, *in-between* do semiólogo argentino Walter Mignolo e o historiador francês Serge Gruzinski, *terceiro espaço* da revista canadense *Chora, o caminho do meio* da escritora brasileira Zilá Bernd, *zona de contato* da crítica literária e linguista estadunidense Mary Louise Pratt, e a *fronteira* da historiadora brasileira Sandra Jatahy Pesavento. Os termos citados e representados por autores de diversos países e áreas do conhecimento celebram a pesquisa

confluente dos Estudos Culturais, testemunhando a relevância das heterogeneidades na discussão do sujeito com a pós-modernidade (HALL, 2003).

Desse modo, a tradução é observada em *Quarenta Dias* (2014). Nela, Alice vivência o sentimento do sujeito estrangeiro na urbe pós-moderna, o conflito da relação mantida entre o local de origem, João Pessoa, e o de destino, Porto Alegre associa o eterno sentimento de deslocamento identitário na diaspórica. A personagem ameniza a sensação de não pertencer quando interage na capital gaúcha, ou seja, negocia sua identidade a partir do encontro com seus semelhantes. Na próxima seção, essa relação de alteridade experienciada pela protagonista teoriza o processo constitutivo da identidade, contextualizando o fundamento social na individualidade do romance rezendeano.

### 3.4 A ALTERIDADE

Nesta seção, as individualidades são consideradas a partir do contato com o outro e a contribuição dessa relação para a formação da identidade pós-moderna.

Na alteridade (ALMEIDA, 2013), o indivíduo traduz-se e torna-se perceptivo às múltiplas culturas e pessoas, reconhece o modo de agir e pensar de cada sujeito e, sobretudo, busca a formação de uma sociedade mais tolerante e democrática (BAUMAN, 2009; HALL, 2003). Na diáspora, as negociações feitas pelos desterrados geram nas identidades o reconhecimento necessário para se reterritorializar ao novo ambiente. Esta troca, como elo vital, é necessária a todas as pessoas, principalmente ao sujeito migrante que vive as dificuldades do exílio. O deslocamento de pessoas e povos, considerada comum há milênios, permite ao migrante e nativo, caso permitido em desejo mútuo, o vínculo de reflexão e experiência a partir da perspectiva das diferenças.

Para Carlos Augusto Magalhães<sup>33</sup> (2018, p. 102) no artigo *As cicatrizes do gesto: exílio, vida nua e subjetividade*, a alteridade e identidade “constituem um binômio desafiador e fundamental à vida social”. Na sociedade pós-moderna, aceitar as dissemelhanças através da alteridade permite o abandono da cultura dicotômica, bem como ideias pré-concebidas e propostas desde a colonização da América Latina.

A alteridade não é apegar-se a modelos fechados, unitários e homogêneos de pertencimento cultural, mas abarcar os processos mais amplos - o jogo da semelhança e da diferença - que estão transformando a cultura no mundo inteiro. Esse caminho da

---

<sup>33</sup> Professor pós-doutor na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) pesquisa, entre outros temas, a cidade moderna, migrações contemporâneas e subjetividade.

'diáspora', que é a trajetória de um povo moderno e de uma cultura moderna. Isso pode parecer a princípio igual - mas, na verdade, é muito diferente - do velho 'internacionalismo' do modernismo europeu. (HALL, 2003, p. 47)

A alteridade, pela perspectiva pós-colonial, incorpora diferenças, semelhanças, contradições e fomenta articulações entre as identidades. Nesse movimento encontra outras vivências e redescobre um pouco de si à medida que aceita os aspectos díspares e mutáveis dos indivíduos. Na próxima seção, a alteridade é relacionada a deambulação de Alice pelas ruas da urbe, teorizando suas experiências a partir dos outros.

### 3.5 A ALTERIDADE DAS ERRÂNCIAS

Nesta seção, a flanância, a deambulação e a deriva são salientadas como formas de errância. Para isso, os estudos de Lúcia Osana Zolin (2004), Paola Berenstein Jacques (2012), Zigmunt Bauman (2005) e Leonardo Pinto de Almeida (2008) são considerados para propor a discussão do errante.

Na errância, a caminhada pela cidade ocorre sem considerar o tempo (HALL, 2006). Esse modo espontâneo, conseqüente a alteridade, possibilita ao indivíduo transitar e assimilar experiências, corpos e lugares antes negligenciados pela pressa (JACQUES, 2012). A errância ou errantologia, frequente em literaturas contemporâneas, permite ao sujeito o uso da urbe para formação de enredos e críticas sociais. Errar<sup>34</sup> entre regiões periféricas e centrais, como faz Alice, fornece extensiva compreensão da identidade ao errante (JACQUES, 2012).

O errante não vê a cidade somente de cima, a partir da visão de um mapa, mas a experimenta de dentro; ele inventa sua própria cartografia a partir de sua experiência itinerante. Essa postura crítica e propositiva com relação à apreensão e compreensão da cidade, por si só, já constitui uma forma de resistência tanto aos métodos mais difundidos da disciplina urbanística – como o tradicional “diagnóstico”, baseado majoritariamente em bases de dados estatísticos, objetivos e genéricos – quanto ao próprio processo de esterilização da experiência, de espetacularização das cidades contemporâneas e de pacificação de seus espaços públicos. (JACQUES, 2012, p. 23-24)

A errância, combatida pelas instituições de poder, ganha visibilidade com o início da modernização no século XIX. No embate das antigas e novas experiências físicas e psicológicas causadas pela Revolução Industrial, o cenário urbano altera-se, provocando a homogeneização e o processo de esterilização social na cidade inglesa. A resistência à explosão midiática, ao

---

<sup>34</sup> Palavra de origem latina, errar significa andar sem destino, aquele que vaga, transgride, comete erros e não acerta.

consumo, a produção e a hegemonia direcionam o sujeito a prática da flanância, ato anônimo, lento e de incorporação do espaço (JACQUES, 2012). O objetivo do errante flanante consiste no anonimato e alteridade pela cidade, buscando no olhar imagens de espaços para eternizar antes das demolições comuns ao período. No Brasil, o ato de flunar começa no início do século XX com as primeiras indústrias cafeeiras na região Sudeste do país, a transformação da cidade, como na Europa, gera a demolição de cortiços<sup>35</sup> para construção de condomínios e viadutos.

O movimento antropofágico brasileiro, primeira fase do modernismo, liderado pelos escritores Mário e Oswald de Andrade<sup>36</sup> e a pintora Tarsila do Amaral<sup>37</sup> adaptam o ato antropófago a tese de ‘devorar’ as informações vindas do exterior e transmutá-las a realidade de um país tropical e latino. A crítica ao eurocentrismo no Brasil recebem demandas de áreas como educação, sociologia, arte, economia, moda, literatura e reivindica uma representatividade guiada pelas necessidades nacionais. O urbanismo modernista de Flávio de Carvalho<sup>38</sup>, por exemplo, reivindica a adaptação dos trajes vindos da Europa e usados no país sem qualquer adaptação às diferenças climáticas. Neste cenário surge a deambulação que, fomentada pelos modernistas, concentra a experiência e relação urbana psicoetnográfica<sup>39</sup>. Dissonante ao movimento de flanância feito nos primeiros anos do século XX no Brasil, a deambulação une a errância e a interação para absorver as diferenças e a cidade. O uso da alteridade situa-se no movimento de experiência e rejeição de valores homogêneos e dicotômicos da sociedade europeia, ampliando o processo crítico de transformação social e cultural dos indivíduos.

No processo de errância, a deriva surge no Brasil com a tropicália<sup>40</sup> e soma características da flanância e deambulação. O movimento observa, interage, provoca e relata experiências urbanas calcadas no processo de alteridade, onde o praticante se destaca pelos

---

<sup>35</sup> Com a industrialização e inspirado nos países Europeus, o presidente Rodrigues Alves comanda a destruição de cortiços entre 1902-1906 com a justificativa de modernização e combate a peste bubônica no país.

<sup>36</sup> Principais obras: *Manifesto Antropófago* (1928), romance *Serafim Ponte Grande* (1933) e a peça teatral *O Rei da Vela* (1937).

<sup>37</sup> Principais obras: *Morro da Favela* (1924), *Abaporu* (1928), *Antropofagia* (1929), *Operários* (1933) e *Segunda Classe* (1933)

<sup>38</sup> Um dos representantes da geração modernista, arquiteto, engenheiro, cenógrafo, teatrólogo, pintor, desenhista, escritor, filósofo, músico, entre outros, Flávio de Carvalho trata a paisagem, o corpo e a roupa dos passantes. Na coluna *Casa, homem e paisagem* no Diário de São Paulo, “para atender melhor aos Direitos do Homem é necessário maior respeito aos cinco sentidos do habitante. Afinal, o habitante não pode transitar pela cidade com os olhos vendados, os ouvidos desligados e as narinas tampadas [...] Precisamos ter cuidado com a psique do habitante, ter cuidado com a repetição. [...] Precisamos proteger o homem comovido. Precisamos proteger a paisagem sorridente.” (CARVALHO, 1956 a *apud* JACQUES, 2012, p. 132).

<sup>39</sup> Método proposto por Flávio de Carvalho nas deambulações, inspira-se na antropologia, etnografia e psicanálise para relações de alteridade.

<sup>40</sup> A tropicália constitui-se das experiências dos artistas, a vivência mescla-se a inseparável relação entre vida e arte.

relatos psicogeográficos<sup>41</sup> situacionistas<sup>42</sup>. A pesquisa situacionista voltada a área multidisciplinar de geografia, cartografia, psicologia e psicanálise busca errar, interagir e construir situações urbanas para investigar a relação cidade e indivíduo. Dentre as três errâncias apresentadas, a deambulação dialoga melhor e se encontra em maior consonância com a proposta da dissertação para Alice.

A protagonista de Maria Valéria Rezende deambula pelas ruas após alguns dias de sua chegada a Porto Alegre. Ela registra em sua mente o cheiro, o sabor, as imagens, os sons, as conversas e a partilha de alteridades na urbe, analisando o espaço e pessoas ao seu redor. De modo similar aos errantes do antropocentrismo, Alice observa, interage e compartilha sua identidade na cidade e, como será observada na sequência, difere dos demais passantes pela condição de gênero.

### 3.6 NO DIÁRIO DAS PRIMEIRAS VIAJANTES

Nesta seção, a vivência das viajantes mulheres e a importância de seus relatos são analisados enquanto sujeitos diaspóricos em território desconhecido.

Os primeiros relatos de viajantes mulheres acontecem no século XVIII (GAZZOLA, 2008), viagens antes motivadas pelo dever familiar ou problemas de saúde, adquirem caráter literário e científico com manuscritos e pinturas, sobretudo, do novo mundo<sup>43</sup> e publicados no regresso à Europa. A saída para o público, destinado às mulheres da nobreza, rompe com as ordens normativas entre o lar e a rua. A mudança das relações possibilita a conquista do sentimento de liberdade, pois abandonam parte de si e o próprio passado, realizando a viagem para o desconhecido. (DUARTE; MUZART, 2008). No mesmo sentido, para Octávio Ianni,

quem viaja larga muita coisa na estrada. Além do que larga na partida, larga na travessia. À medida que caminha, despoja-se. Quanto mais descortina o novo, desconhecido, exótico ou surpreendente, mais liberta-se de si, do seu passado, do seu modo de ser, hábitos, vícios, convicções, certeza. Pode abrir-se cada vez mais para o desconhecido, à medida que mergulha no desconhecido. No limite, o viajante despoja-se, liberta-se e abre-se, como no alvorecer: caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar. (IANNI, 2000, p. 32 apud DUARTE; MUZART, 2008, p. 1006)

<sup>41</sup> Estudo de como a cidade afeta o psicológico dos passantes.

<sup>42</sup> O movimento situacionista intitula-se como 'vanguarda artística e política', surge na Europa em 1957 com críticas voltadas a cultura, sociedade, política e reúne artistas, arquitetos e outros.

<sup>43</sup> Nesse período a América-Latina começa a atrair pela exotividade dos nativos e descoberta de novas espécies de plantas e animais.

Comum aos homens, a experiência da viagem proporciona descobertas, transforma as identidades individuais, oferece aos viajantes o entre-lugar e constrói a alteridade. No século XIX, entretanto, o discurso unificado e universal do homem europeu menospreza a diferença dos demais grupos. Salvo algumas ressalvas<sup>44</sup> (LEITE, 2001), a viajante pintora e/ou escritora, produtora da literatura de viagem relata suas observações a partir da perspectiva de origem (ARAUJO, 2008; GAZZOLA, 2008; DUARTE, MUZART, 2008), algumas vezes sem a necessária contextualização à interpretação do leitor europeu em relação às diferenças identitárias.

Neste período pode-se citar nomes como da pintora Mariane North, a fotógrafa Baronesa de Langsdorff, a escritora Eduarda Mansilla, a exploradora Ida Reyer Pfeiffer, a poetisa Mme. Van Langendonck e as escritoras brasileiras Adalzira Bittencourt e Nísia Floresta. Nos artigos de Nara Araújo (2008), Constância Lima Duarte e Zahidé Lupinacci Muzart (2008), o relato feito pela escritora viajante pode ser observado como registro biográfico da individualidade. Para elas, a escrita da viajante possui marcas textuais e expressam a relação de submissão e poder em relação ao cânone masculino, como discutido no primeiro capítulo. A viagem e publicação de mulheres, mesmo que transgressora para a época, possibilita notar a situação limítrofe entre a liberdade e a dominação masculina na identidade da viajante.

As intensas viagens introspectivas, as apaixonadas excursões mundanas ficam gravadas nos textos e nas obras de ficção dos escritores viajantes. O século passado, e em especial o presente, estão marcados por peregrinações registradas em abundantes páginas: viagens sonhadas e outras reais, espirituais e falidas, inventadas ou descritas, todas estão aí e não existem duas idênticas. Assim, surgem os diários de viagem, as correspondências, os ‘cadernos bitácula’, as autobiografias, as crônicas, prosas ao vôo, onde ficam registradas as experiências e os extravios da diáspora (MONTAÑÉS, 2016, p. 48)

No século XX, o diário torna-se aliado do errante que registra seus passos e experiências nas ruas da urbe em transformação, o movimento das flanâncias, deambulações e derivas têm em comum, além do olhar atento e crítico, a escrita e relato das vivências pela urbe. No final do século passado, a valorização da escrita testemunhal entre mulheres, a chamada *escrita de si* (OLIVEIRA, 2003; OLIVEIRA; RAMOS, 2018) impulsionada pelo movimento feminista recebe destaque e conceito de literatura libertária. Para Margareth Rago (2013, p. 55 *apud* RAMOS, 2018, p. 217), essa literatura “constitui uma chave analítica pertinente para pensar as práticas de resistência nas narrativas” das escritoras e, seguindo o primeiro capítulo,

---

<sup>44</sup> No texto *O olhar do Outro*, a professora aposentada Miriam Lifchitz Moreira Leite (2001) observa tanto o relato contextualizado (Ina von Binzer) quanto de menosprezo a cultura indígena (Ida Reyer Pfeiffer).

o movimento feminista do final do século passado representa significativa mudança nas literaturas de mulheres.

Para alguns escritores viajar é narrar. A viagem é a vida, a descoberta do outro, a experiência da alteridade. É por meio da viagem que o escritor experimenta o mundo e sua própria capacidade ou incapacidade de encontrar os outros. A partir de outro ponto de vista, porém, a viagem simboliza também a perda da identidade pois o ato de viajar torna-se numa forma de escapar das amarras do dia-a-dia, dos compromissos consigo mesmo e com os outros. Nesse sentido, a viagem é uma fuga do eu: o desterrado busca libertar-se das ataduras do sujeito, quer viver anônimo, quase à deriva numa paisagem deserta onde possa apagar as marcas de sua identidade. Mas, a viagem pelos labirintos de sua solidão expressa a falta de sentido dessa exploração do eu, seu vazio interior e a impossibilidade de reencontrar-se. A literatura se nutre, alimenta-se, das trocas simbólicas, dos empréstimos feitos de um lugar a outro, das viagens, dos pensamentos reinventados, ingredientes esses que convergem de diferentes fontes do imaginário e da criatividade. (MONTAÑÉS, 2016, p. 48)

No século passado e neste, a escritora viajante e diaspórica representa a complexa experiência contemporânea de desterro na vida e na narrativa literária. Paloma Vidal (2004) nascida na Argentina e exilada no Brasil junto de seus pais pelo Regime Ditatorial Argentino transparece, tanto em seus textos acadêmicos quanto literários, questões de exílio, viagem e deslocamento expressas pela experiência diaspórica de duas culturas. No mesmo sentido de narrativas diaspóricas, Cristina Peri Rossi (2017) nascida em Montevideu e exilada na Espanha desde 1972 produz em suas narrativas temas de exílio e solidão no desterro. Como sujeitos diaspórico suas produções literárias são voltadas ao sujeito em trânsito no contexto das opressões ainda vigente na modernidade líquida.

Na passagem dos séculos, as novas vivências se misturam a outras tão similares como as anteriores. No século XVIII, os primeiros deslocamentos de mulheres acontecem sem a companhia de pais, irmãos ou maridos, o século XIX avança em relação a publicação e empoderamento da viajante, já no século XX, o feminismo contribui para a visibilidade e construção da escritora diaspórica do século XXI. Com isso, as narrativas rezendeanas remetem às construções de viajantes anteriores e sua experiência quanto mulher diaspórica que, como destacado no primeiro capítulo, se reflete em seus textos.

Nesta sessão, em relação ao romance estudado, são ressaltados aspectos de escrevivência que, como tema discutido no primeiro capítulo e aqui contextualizado às escritoras viajantes, valorizam a literatura testemunhal pela experiência do deslocamento. Além de possibilitar a aproximação das teóricas Muzart e Duarte (2008), Montañés (2006), Araujo (2008), Ramos (2010) e Ianni (2004) para fundamentar a importância do deslocamento na individualidade de Alice que se liberta da identidade normativa de avó imposta pela filha

quando se permite vivenciar o âmbito público, por séculos negado a maioria das mulheres. Dessa forma, a partir das primeiras representantes desse movimento, o diário surge como veículo de informação capaz de indicar memórias pessoais e sutilezas na narrativa biográfica, como se examina a seguir.

### 3.7 MEMÓRIA E PERCEPÇÃO

A memória e a percepção são interligadas e responsáveis pela constituição dos indivíduos, sendo, essa seção, pautada pelos Estudos Culturais.

A memória e percepção recebem notoriedade no início do século passado. A primeira considera os estímulos armazenados no consciente e inconsciente humano, a segunda faz referência ao processo individual de reconhecimento, seleção, organização e interpretação da informação recebida do ambiente. O cientista e imigrante argentino Ivan Antônio Izquierdo discorre sobre a aquisição de memória como “armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências” (IZQUIERDO, 1988, p. 89). Para o autor, o processo de retenção das memórias sempre é *aprendizado* e a experiência pregressa funciona como lembrança do inconsciente no presente, ou seja, se torna incabível a possibilidade da memória sem aprendizado ou do aprendizado sem experiência. Na percepção, os estímulos sensoriais<sup>45</sup> são concebidos a partir das experiências, o sujeito organiza-se e interpreta seus significados conforme as impressões recebidas do ambiente e que são internalizadas ao longo da existência. As pesquisadoras Aline Batista de Souza e Tania Denise Miskinis Salgado (2015, p. 142), no artigo *Memória, aprendizagem, emoções e inteligências*, consideram a memória como

um sistema complexo e múltiplo combinado por arranjos de codificações ou subsistemas que permitem a armazenagem e recuperação de informações no cérebro. Várias informações presentes no cérebro são utilizadas no resgate da memória, podendo ser classificadas quanto ao tipo de estímulo [sensorial].

Na filosofia, o teórico parisiense Henri-Louis Bergson contribui com a memória e a percepção como figuras indissociáveis em suas pesquisas, mas se dedica de forma exclusiva a individualidade e desconsidera aspectos exteriores. Para ele, a memória corporal e automática denominada *memória-hábito* adquire papel fundamental na escolha de gestos corporais, esse ‘adestramento cultural’ permite ações cotidianas como, por exemplo, cozinhar, comer e andar. Ligado a isso, ele considera a *memória-pura* como a fonte ideal e mais profunda do psiquismo,

---

<sup>45</sup> Visão, audição, olfato, paladar e tato.

conservando no inconsciente o passado que se articula a percepção em situações individuais de vivência. Ecléa Bosi (1979), escritora e psicóloga em *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*, comenta a ação e percepção na teoria de Bergson, imagem-cérebro-ação e imagem-cérebro-representação, indivíduo estimulado com ação motora e indivíduo estimulado sem ação motora, respectivamente.

A percepção aparece como um intervalo entre ações e reações do organismo; algo como um 'vazio' que se povoa de imagens as quais, trabalhadas, assumirão a qualidade de signos da consciência. Em segundo lugar: o sistema nervoso central perde toda função produtora das percepções (tal qual a teria em um esquema biológico determinista) para assumir apenas o papel de um condutor, no esquema da ação, ou de um bloqueador, no esquema da consciência. A percepção difere da ação assim como a reflexão da luz sobre um espelho diferiria da sua passagem através de um corpo transparente. (BOSI, 1979, p. 7)

A defesa de Bergson ao inconsciente, imaterial e espiritual contribui para os estudos da relação entre a memória do passado e a percepção sentida no presente. As imagens passadas (lembranças) estão em constante reorganização na percepção presente que, recoberta, adicionada e substituída, se torna responsável pelo aspecto individual das percepções de cada sujeito. Sob outra face, o sociólogo Maurice Halbwachs considera a memória e percepção, dissonante a Bergson, baseada em “grupos de convívio e grupos de referência” (BOSI, 1979, p. 17.), aspectos como cultura, política, família e sociedade são fundamentos preponderantes das memórias individuais. A teoria do filósofo e do sociólogo, em relação a memória, apesar das dissonâncias, tem em comum acordo o processo de permanência de lembranças, tanto conscientes quanto inconscientes, na reprodução de comportamentos do passado no presente e que são pautadas na assertividade das ações anteriores.

Os teóricos analisados, na sua maioria, fundamentam, com exceção de Bergson, condições internas e externas para a memória e percepção de cada sujeito, concordando na interdependência entre os dois tópicos. As funções cerebrais e o armazenamento de dados são temas de grande interesse e contribuem para o diálogo entre as similaridades e contrapontos para dissertação.

A seção, embora utilize múltiplas áreas do conhecimento, contribui para análise do romance *Quarenta Dias* (2014). De modo direto, o enredo desenvolve-se através da memória e percepção que Alice usa nas ruas e transparece em seu diário. Para Izquierdo (1989), a capacidade memorialística é permitida apenas pela aquisição de experiências, ato substancial no romance, pois Alice aprende caminhos, a gostar de chimarrão, locais para comer, dormir e encontrar seus semelhantes em situação de rua. Se, a memória é formada pela experiência, a

percepção é formada pelos estímulos sensoriais dessa experiência que são internalizadas na individualidade de cada sujeito. Conforme Alice anda pelas ruas gaúchas, as experiências geram estímulos que remetem a terra natal e que são relatadas por ela no diário da Barbie. Apesar da contribuição de Bergson, apenas a individualidade não supre as questões dos sujeitos, tendo o sociólogo Maurice Halbwachs auxiliado mais para a memória e percepção que, no caso da dissertação, relaciona perspectivas individuais e coletivas (BOSI, 1979). E, nessas relações, a personagem experencia a cultura díspar no Sul do Brasil através da experiência diaspórica que se encontra, como será visto a seguir.

### 3.8 A MEMÓRIA NA DIÁSPORA

Nos sujeitos, sobretudo os diaspóricos, a memória possui um dos principais pilares identitários. Para Stuart Hall (2006), as histórias e memórias contadas durante os séculos têm a função de construir a identidade e a relação com a memória, conectando passado, presente e o sentimento de pertencimento. O apego às convicções da sociedade de origem, memória pautada na estabilidade e convivência, proporcionam a confiança nos valores coletivos e nas tradições culturais. No deslocamento para outras regiões, como no caso de Alice, o sujeito precisa negociar os sentimentos, memórias culturais e geográficas da região de origem em sua identidade. No novo lugar (MUZI; COQUEIRO; ZOLIN, 2014; ALMEIDA, 2010; MONTAÑÉS, 2016), como paradoxo entre a memória da terra natal e a necessidade de reterritorialização no local de destino, o exilado sente saudade da estabilidade identitária e cultural.

O exílio não é só um estado físico, espacial e temporal, também é um estado mental. O sentimento de perda primordial remete-nos a um sentimento ainda mais profundo que nos acompanha permanentemente no exílio: a nostalgia, entendida como a melancolia produzida no exílio pelas saudades da pátria. (MONTAÑÉS, 2016, p. 30)

A memória da terra natal, incompatível com a de destino, desencadeia o sentimento de nostalgia. Sujeitos em eterno processo de reivindicação e procura de sobrevivência identitária têm referenciais dissolvidos pela marginalidade cultural, social e política, antes assertiva e agora contraditória, da memória e percepção diaspórica. Na nostalgia, a relação instável com o regresso a terra natal, o desejo de ações afirmativas, amparo e segurança são observadas no indivíduo desterrado. O sentimento de não-pertencimento se soma a perda de experiências corriqueiras e corporais, conscientes e inconscientes. Nesse sentido, o artigo *As cicatrizes do gesto: exílio, vida nua e subjetividade na narrativa 'After Hours', de Cristina Peri Rossi*, de

Carlos Augusto Magalhães<sup>46</sup> (2018), trata o sentimento diaspórico e saudoso em um dos contos da escritora uruguaia de *Espaços Íntimos* (ROSSI, 2017).

A experiência caracteriza-se por ser a esfera na qual a memória acumula impressões, sensações, sentimentos, excitações que jamais se tornam conscientes e que, transmitidos ao inconsciente, deixam nele traços mnemônicos duráveis, isto é, recursos que facilitam a aquisição e a conservação da memória. A memória e a experiência são, assim, elementos preservadores das raízes e da identidade do ser. (MAGALHÃES, 2018, p. 106)

A experiência e memória são artefatos do passado, para além, o passado conserva-se no presente por características inconscientes e determinantes para a individualidade da identidade. Nela, a experiência absorvida pela memória desencadeia-se de forma heterogênea e difere conforme as percepções de cada sujeito. No caso de Alice, a identidade pertencente a João Pessoa não se estrutura da mesma maneira em Porto Alegre, ou seja, a identidade cultural Nordestina não é e não pode ser suprida na região Sul do país. Consonante a isso, Stuart Hall (2003) afirma que a memória não é capaz de conectar memória e localidade atual com igual sentimento de pertença, como no caso do local de origem. O símbolo da desterritorialização de Alice torna-se o novo apartamento por excelência, a protagonista informa na narrativa o descontentamento e o não-pertencimento com o local, buscando nas ruas negociar seu desterro. No romance, a memória diaspórica de Alice é intensificada pela idade que, observada na sequência, é ressignificada pelas memórias da região nordestina.

### 3.9 MEMÓRIA E VELHICE

A experiência passada, guardada na memória, desloca-se para o corpo e exhibe percepções distintas para cada sujeito. Na velhice, as vivências são lembradas quando possível, como um trabalho de reconstituição dos momentos marcantes, gravados na memória e no corpo.

Na teoria considerada por Bergson, na penúltima seção, a *memória-pura* relaciona-se com a percepção inconsciente do corpo e assemelha-se a afirmativa de Clarissa Pinkola Estés (2014), psicóloga e escritora, em *Mulheres Que Correm Com Os Lobos*.

O corpo se lembra, os ossos se lembram, as articulações se lembram. Até mesmo o dedo mínimo se lembra. A memória se aloja em imagens e sensações nas próprias células. Como uma espoja cheia de água, em qualquer lugar que a carne seja

---

<sup>46</sup> Sua pesquisa considera temáticas como a cidade moderna, a cidade contemporânea, o escritor Walter Benjamin, a melancolia, a alegoria, as migrações contemporâneas, o exílio de si, a violência urbana e a subjetividade.

pressionada, torcida ou mesmo tocada com leveza, pode jorrar dali uma recordação. (ESTÉS, 2014, p. 230)

A percepção, para a escritora, está repleta de emoção e seus estímulos desencadeiam antigas sensações e lembranças retidas, “condicionadas e reguladas pela experiência individual” (SILVA, 2009, p. 178), do sujeito. Consciente ou inconscientemente, as memórias são acessadas por processos de estímulo ou no trabalho de rememoração dos idosos. O fato acessado conserva o significado na memória, “essa reserva crescente a cada instante [...] dispõe da totalidade da [...] experiência adquirida” (BOSI, 1979, p. 27) e serve de base para as próximas atitudes e escolhas. De modo simultâneo, a percepção modifica-se e é ressignificada consonante a novas experiências; o paradigma de Ecléa Bosi relaciona a memória do idoso como um livro lido e relido. A justificativa da escritora pauta-se nas mudanças vividas pelo indivíduo, assim como a segunda leitura de um livro salienta detalhes antes ignorados, um trecho antes marcante ou comovente que deixa de ser e o mesmo ocorre com as memórias dos mais velhos. *Memória e Sociedade: a lembrança dos velhos*, ressalta a lembrança não como ato de reviver, mas “refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1979, p. 17). Seguindo a pesquisa de Bosi, os atos de ressignificar o passado e reconstruir o presente geram satisfação ao idoso, porque divide com pessoas próximas ou na escrita suas memórias.

A idade madura de Alice coloca em perspectiva, além das memórias comuns e diaspóricas, a memória da velhice. Segundo Estés (2014), a memória está no corpo e o corpo tem memória, contribuindo às lembranças da personagem que são ressaltadas durante a escrita em seu diário. Para a protagonista, como defende Bosi (1979), o testemunho discursivo da biografia possibilita o autoconhecimento de se refazer pela memória, partilhando pessoas, sentimentos e sensações de tato, olfato, paladar, visão e audição que experenciam desde criança. Para Bosi (1979) e Silva (2009), a carga memorial e perceptiva de Alice permite a ela se adaptar às novas perspectivas diaspóricas e, embora extremamente nostálgica, a personagem permite-se experimentar e reformular sua identidade de mulher nordestina, idosa e, por algum período, em situação de rua.

### 3.10 A IDENTIDADE INDIVIDUAL PELO ESPELHO

Neste capítulo, os temas discutidos fornecem bases teórica para a análise de Alice, protagonista de *Quarenta Dias* (2014), na individualidade diaspórica, memorialística e na condição de sujeito praticante da alteridade.

No romance, Alice muda-se de João Pessoa na Paraíba para Porto Alegre no Rio Grande do Sul e como sujeito da diáspora considera-se exilada<sup>47</sup>. O exílio configura a ruptura do sentimento de pertencimento do indivíduo, abala a identidade pessoal construída na cultura de origem e diferencia-o dos demais no local de destino. O sentimento universal entre os desterrados corresponde a nostalgia e comparações do local de origem *versus* o de destino. Nesse sentido, verifica-se no romance a correlação feita por Alice entre os pássaros de João Pessoa e os migrantes<sup>48</sup>, bem como os novos hotéis paraibanos e o saguão de seu novo prédio<sup>49</sup>. Na migração distanciam-se referenciais de origem fundamentais a identidade, não se conta “mais as horas nem dias” (REZENDE, 2014, p. 238) e o atrito entre os locais coloca o sujeito no entre-lugar, causando crises identitárias no que diz respeito a ambiguidade diaspórica. *Quarenta Dias* destaca esse conflito:

Dormia quando dava sono e acordava quando bem entendia, sem olhar o relógio, o sol já alto vencendo as cortinas do quarto, nos primeiros dias com um vago sentimento de culpa por estar na cama até tarde, sem ter nada que fazer, resquícios da trabalhadora conscienciosa que eu tinha sido até havia pouco tempo, esmaecendo agora rapidamente, eu sem mais nenhum rumo, nem hábito, nem campanhas, nem vínculos neste mundo. Eu, quem? Alice (REZENDE, 2014, p. 87)

Outra característica consiste na negociação e renegociação do sujeito, o migrante busca o sentimento de pertencimento perdido e para isso tenta se adaptar às mudanças culturais do novo local. A protagonista do romance vive opressões de geração<sup>50</sup>, gênero<sup>51</sup>, localidade<sup>52</sup> e classe<sup>53</sup> na urbe, a condição de mulher, idosa, nordestina e moradora de rua durante a quarentena provoca a negociação com o vestuário, modo de agir, alimentação, sono e a relação consigo e

<sup>47</sup> Como nos trechos: “[...] primeiros passos na travessia de minha primeira vida a outra vida, que eu não queria.” (REZENDE, 2014, p. 39) e “Ali parados, nós, de ‘lá’, exilados todos.” (Ibid, p. 140) ‘Lá’ aparece como conceito de deslocamento entre o Nordeste e o Sul do país.

<sup>48</sup> “[...] em João Pessoa as praças do Centro ficam uma festa no mês de junho, bandos de aves migrantes traçando desenhos no céu antes de descerem pra fazer cantar as árvores da praça [...]”. (Ibid, p. 175)

<sup>49</sup> “[...] um dos muitos hotéis que ultimamente brotam de um dia pro outro ao longo das praias de João Pessoa, o que me deu a sensação de ter voltado atrás, teletransportada pro ponto errado [...]”. (Ibid, p. 40)

<sup>50</sup> “[...] ninguém parece ouvir [...] culpa e alívio por mal me olharem.” (Ibid, p. 123)

<sup>51</sup> Minha recusa a ser avó-profissional (Ibid, p. 31)

<sup>52</sup> Fique à vontade... Precisa de ajuda?, bastou pra confirmar, sim, era de ‘lá’, Do Ceará. (Ibid, p. 130)

<sup>53</sup> “[...] meu aspecto deteriorando-se e denunciando minha condição de moradora de rua, até quando?, outras noites, se o frio cedia, o pronto-socorro pra embaralhar meu rastro. (Ibid, p. 213)

com os outros. A reivindicação da identidade feita por Alice nas ruas, espaço público e já comum como mãe solo, teve origem na percepção de pertencimento com a visita de Milena, animada pela conquista da primeira amiga e “contente de ter companhia da [...] própria espécie” (REZENDE, 2014, p. 69), Alice sente-se acolhida com a presença de outra nordestina. A sensação de interação do migrante com sujeitos de tradição e cultura similar gera bem-estar dentro da diáspora, nesse desejo, a protagonista conhece outros nordestinos, tanto quanto ela, forasteiros e *outros* em ambiente Sulista.

Os fragmentos a seguir marcam a representatividade nordestina buscada e encontrada por Alice na urbe gaúcha: “[...]deu um passo pro lado e a vi, brasileirinha como eu” (REZENDE, 2014, 130.), e com a afirmação de que: “[...] aqui tem muito paraibano” (p. 204). Ambos os trechos são comemorados por Alice, na floricultura e na periferia respectivamente. O encontro com referenciais culturais de João Pessoa e demais regiões do Nordeste, possibilitado pelas interações sociais, parte das deambulações de Alice pela cidade. A deambulação, entre as errâncias, torna-se o mais próximo para descrever o deslocamento da protagonista em Porto Alegre, ela transita a passos pacientes, adapta-se a cultura, segue o ideal antropófago do deambulado<sup>54</sup>, relata as experiências urbanas no diário, absorve as dissemelhanças e transforma em interação com pessoas e locais.

Várias vezes, porém, me reaparecia a necessidade de procurar por Cícero, talvez apenas pra marcar compasso naquela andança fluida e dar-lhe de novo algum sentido, fazia de conta que ia em busca dele e tomava um ônibus qualquer, até um terminal de onde partiam outras linhas pra os municípios em torno de Porto Alegre, descia no ponto final e recomeçava a peregrinar, olhando o que houvesse, avenidas ou becos, perguntando por Cícero Araújo apenas quando precisava de uma senha pra me aproximar e falar com alguém. Cícero não me faltava nunca, cumpria com perfeição sua função de álibi, dócil, mudando de endereço segundo minhas necessidades ou fantasias. Eu caminhava, via, ouvia, cheirava, lambiscava o que se apresentasse, até a beira da cidade esbarrar no campo ou na mata e então, esgotada tomava o caminho de volta, cochilando no ônibus até chegar a meus cantos costumeiros de pouco noturno. (REZENDE, 2014, p. 214)

Nas errâncias, o prazer do movimento pela cidade instiga o deambulado e atrai sua atenção para novas experiências, Alice refere-se à urbe: “como se ela [...] agarrasse e não [...] quisesse mais largar, arrastando, rua-rio de novo” (REZENDE, 2014, p. 65), e no trecho: “rua, outra vez sem destino” (p. 65), continuando pela calçada. A protagonista acumula diáspora e errância na urbe, percebe as diferenças linguísticas para se referir ao pão d’água quando questionada: “quer um cacetinho?” (REZENDE, 2014, p. 160) e as climáticas: “um vento mais

---

<sup>54</sup> O uso do termo antropófago relaciona-se com as reivindicações do manifesto de 1922 e na semana de arte moderna no Brasil.

frio me fez fugir da sombra” (p. 176) e: “outras noites, se o frio cedia, o pronto-socorro” (p. 213) para se abrigar das baixas temperaturas de Porto Alegre.

O errante da deambulação, visto no movimento antropofágico, absorve o mundo através do tato, olfato, paladar, visão e audição, os cinco sentidos usados são tributos da memória sensorial. No exílio de Alice, os estímulos conscientes e inconscientes da memória são notados pela audição: “como a voz de Penha na rodoviária, a estranheza desafiante e inquietadora do exílio recente” (REZENDE, 2014, p. 201), ou: “pra refazer-me com a sonoridade da fala da minha terra” (p. 132) e ainda: “ouvindo, gozando aquela fala que era, sim, pura Paraíba, sertão, dava pra ouvir” (p. 203). Nesses trechos, a protagonista acessa as memórias da terra natal pela escuta da pronúncia nordestina, no caso do olfato: “dava pra sentir até os cheiros da terra” (REZENDE, 2014, p. 203), na visão: “bastara ele chegar mais perto do balcão e a luz da porta da rua iluminar-lhe o rosto, era de ‘lá’” (p. 201) ou: “vi a placa, que sorte! Av. João Pessoa, [...] logo me doeu a saudade, querendo a minha casa” (p. 166). A experiência do paladar com comidas típicas da Paraíba: “tapioca com coco, [...] café e refresco de cajá” (REZENDE, 2014, p. 204) na casa de Josélia, e tátil: “induzida pelos guardanapos garatujados” (p. 177) lembra-se “da livraria Shakespeare and Company, em Paris” (p. 177) e dos meses de estadia na Europa.

A memória e percepção da personagem, além da localidade paraibana, volta-se à memória profissional de educadora e leitora voraz, citando a escritora brasileira Elvira Vigna na epígrafe para justificar a decisão da errância: “... é assim. Você quer alguma coisa e vai. Mesmo que não faça o menor sentido. Mesmo se você para no meio, espantada, repetindo na cabeça tudo que existe pra não continuar. E mesmo se estiver chovendo” (REZENDE, 2014, p. 175). Alice exemplifica e expressa diversas vezes a relação da literatura com sua identidade individual, nas memórias, experiências e percepções aborda a necessidade de ler e escrever, mesmo nos dias de quarentena e errância.

Fui pro fundo, sentei-me numa escadinha baixa entre as prateleiras e retomei a ociosa atividade de ler uma página aqui, outra ali, dei com um trecho que falava de mim naquele momento, quis anotar, procurei por algum papelzinho nos bolsos da calça, achei um ticket da registradora da padaria, catei um toco de lápis na bolsa. [...] Continuei passeando e fuçando nas estantes, achando mais frases que estavam ali de propósito pra mim, gostaria de copiar, impedida pela falta de papel [...] dei com uma mesinha [...] e um belo maço de guardanapos de papel, daqueles bem baratos, lisinhos, perfeitos pra meus furtos de palavras. (REZENDE, 2014, p. 176-177)

A cada capítulo do romance a protagonista refere-se na epígrafe a escritores ou escritoras, citados treze e dezoito vezes respectivamente. *Quarenta Dias* (2014) compara a

personagem Alice com a protagonista de *Alice no país das Maravilhas* de Lewis Carrol (2002), relacionando ambas como sujeitos diaspóricos e relativos a *mundos avessos*.

Os mundos invertidos correspondem a procura da identidade usurpada pela dominação masculina, Alice de Lewis Carrol (2002) com o casamento e Alice de Maria Valéria Rezende (2014) com o futuro neto. A similaridade literária é percebida pela análise de sensações errantes e diaspóricas de perda, exílio, negociação da identidade, desconfiança e deslocamento. O exemplo: “como se eu estivesse encolhendo, mesmo sem ter tomado nenhum xarope desconhecido feito a minha xará inglesa [...] encolhi-me ainda mais, Alice diminuindo, diminuindo” (REZENDE, 2014, p. 39-40), exhibe a confusão com o desconhecido e a desterritorialização da protagonista. O gato de *Alice no País das Maravilhas* e Cícero de *Quarenta Dias*, seguido pela professora Alice, são metáforas da reivindicação de ambas as identidades, a procura de Alice pelo impalpável e escorregadio Cícero Araújo, como no trecho: “esfumado de novo, meu gato de Cheshire”. (REZENDE, 2014, p. 161).

A identidade líquida ou identidade pós-moderna, Zygmunt Bauman (2001) e Stuart Hall (2006) respectivamente, expressam a necessidade de mutabilidade do sujeito na negociação e renegociação feita por Alice. Pois, após grande resistência, prova o chimarrão símbolo cultural do Rio Grande Sul: “tomei meu primeiro gole do amargo, [...] amargava mais do que eu esperava, me aqueceu, gostei” (REZENDE, 2014, p. 223). Na adaptação do vestuário: “sem me importar com a combinação das peças, como qualquer morador de rua que se preze, aperfeiçoamento do ‘physique du rôle’, integrando-me na paisagem dos sem-teto da cidade” (REZENDE, 2014, p. 218). Na identidade profissional, a transformação na forma de leitura: “sem deter-me em nenhum, dispersiva como nunca achei que poderia me tornar, a professora Póli, sempre tão centrada, leitora disciplinada de capa a capa, diluindo-se rapidamente, azoeirada no fluxo de movimento incessante” (REZENDE, 2014, p. 171).

O deslocamento, o exílio, as negociações e a relação com os outros são fundamentais para Alice, a protagonista recebe ajuda na busca por Cícero, embora não o encontre, transita pela urbe e permite-se pelos cinco sentidos a alteridade. Nos primeiros dias de errância e procura por Cícero, passa mal no pronto-socorro e conhece Zelima: “a boa samaritana me conduziu, gentil. Vamos sentar um pouco na escadinha que tu precisa descansar” (REZENDE, 2014, p. 148). Nesse exemplo, Alice recebe acolhimento de alguém que se coloca em seu lugar, no próximo trecho resume parte da experiência na urbe e coloca-se no lugar dos demais.

Lola, Arturo, foram só os primeiros, depois vieram tantos outros! Fui aprendendo, ficando mais e mais igual a eles, quase todos os dias conseguia achar Giggio, tão menino!, eu, de novo mãe, por um momento, os olhos dele sempre úmidos a ponto de

escorrer, sempre a mesma queixa, O Pai me jogou pra fora de casa porque eu sou artista, Que arte é a tua, Giggio?, Não sei ainda, só artista, o Pai me jogou na rua. Ao Giggio faltavam o pai e uma arte, à Catarina, carregando sempre seu enorme bebê de vinil, nu, mas quase novo, limpo dos inúmeros banhos que ela lhe dava no lago do Parque Farrroupilha, gemendo sempre Quero um menino, preciso de um menino... E este, Catarina, não é teu? Este não é de verdade. Nunca descobri o que lhe teria acontecido, terá algum dia tido seu menino?, sumiu como Cícero, deixou-a como a minha menina?, fugiu ela de tudo, como eu? (REZENDE, 2014, p. 237)

A negociação da identidade diaspórica possibilita a Alice se libertar do desgosto do primeiro momento como exilada, permitindo interações e alteridades na experiência errante. Ela representa a resistência dentro da dominação masculina e capitalista, aperfeiçoando sua consciência crítica de classe, geração, gênero e localidade na deambulação, como vistos acima. A memória de Alice proporciona a *Quarenta Dias* (2014) riqueza de detalhes nos relatos, os elementos sensoriais destacados são contundentes nas percepções, vivências e memórias da personagem, fundamentando a ressignificação do desterro no romance.

## 4 ALICE EM ROMARIA

Neste capítulo são investigados os coletivos no romance *Quarenta Dias* de Maria Valéria Rezende (2014). Objetiva-se observar o modo como o romance se apresenta e, sobretudo, os grupos sociais pertencentes a Alice a partir dos quarenta dias de romaria<sup>55</sup>.

O exílio forçado e coagido por Nora gera na protagonista frustrações e desestabiliza suas identidades. A reclusão feita no novo apartamento, após os primeiros dias de desterro, motiva o ato de resistência da protagonista. Ela rebela-se e reivindica, de forma inconsciente no primeiro momento, sua negociação com a diáspora quando decide buscar por Cícero<sup>56</sup>. O deslocamento relaciona a urbe de origem à urbe de destino de Alice, a realidade cultural dispar e a semelhança de opressões sociais que interligam os cenários caóticos e displicentes da urbanização do país.

No romance ressalta-se o precário sistema social e normativo da dominação masculina e capitalista, a pobreza, a depreciação de sujeitos sem poder aquisitivo, a repressão do golpe militar brasileiro e a literatura de resistência produzida nessa época.

### 4.1 DIÁSPORA: IDENTIDADE COLETIVA

Nesta seção, os sujeitos pós-modernos e diaspóricos são percebidos na partilha cultural de construções identitárias, bem como a relação entre as identidades locais e de forasteiros na urbe cultural.

No capítulo anterior, Stuart Hall (2006) divide os sujeitos a partir de três concepções: o sujeito do iluminismo e individual, o sujeito sociológico e interacionista, e o sujeito pós-moderno como “celebração do móvel” (HALL, 2006, p. 13) ou representante da “identidade flutuante” (BAUMAN, 2005, p. 19). O sujeito deslocado da globalização, descrito pelos dois teóricos, encontra-se no entre-lugar da cultura de origem e a de destino. Na diáspora, os indivíduos e coletivos são plurais, conservam, dividem e adquirem costumes pela relação de troca, experienciando nas cidades a opressão e a diversidade cultural.

---

<sup>55</sup> Relação entre a romaria feita a Juazeiro do Norte para encontro com o ‘Padim Ciço’ e a romaria feita por Alice para encontrar o personagem Cícero.

<sup>56</sup> Referência ao padre cearense, Cícero Romão Batista ou Padim Ciço, envolvido em causas política e sociais entre o final do século XIX e início do século XX. A devoção dos fiéis, manifestada em romaria, celebrava a religiosidade das promessas, agradecimentos e benções pedidas ao sacerdote.

O aspecto heterogêneo da pós-modernidade diaspórica gera conflitos entre moradores locais e exilados, o desejo pela unificação e antigos costumes limita relações de partilha e reconhecimento individual e coletivo. Produzidos no discurso e nas relações de poder, o pertencimento e estruturas hierárquicas regionais são definidas pelas culturas, costumes, hábitos, rituais, convenções sociais, semelhanças, experiências e traumas. As coletividades são formadas nas relações de poder que, incentivadas por discursos regionais de unidade, excluem as identidades sociais e estrangeiras dos migrantes (MIRANDA, 2013; SANTIAGO, 2000). Os sujeitos deslocados e migrantes, como Alice, localizados no entre-lugar do espaço-tempo, salientam as ideologias locais como resistentes ao seu acolhimento (MAGALHÃES, 2018). A separação entre *nós e outros*, abordada nos capítulos anteriores, fortalece nas identidades locais a hegemonia, negando aos desterrados a legitimação cultural e discriminando-os pela presente diferença identitária.

Aconteça o que acontecer a uma cidade no curso de sua história, e por mais radicais que sejam as mudanças em sua estrutura e seu aspecto no decorrer dos anos ou dos séculos, há um traço que permanece constante: a cidade é um espaço em que os estrangeiros existem e se movem em estreito contato. Componente fixo da vida urbana, a onipresença de estrangeiros, tão visíveis e tão próximos, acrescenta uma notável dose de inquietação às aspirações e ocupações dos habitantes da cidade. Essa presença, que só se consegue evitar por um período bastante curto de tempo, é uma fonte inexaurível de ansiedade e agressividade latente – e muitas vezes manifesta. O medo do desconhecido - no qual, mesmo que subliminarmente, estamos envolvidos - busca desesperadamente algum tipo de alívio. As ânsias acumuladas tendem a se descarregar sobre aquela categoria de ‘forasteiros’ escolhida para encarnar a ‘estrangeiridade’, a não-familiaridade, a opacidade do ambiente em que se vive e a indeterminação dos perigos e das ameaças (BAUMAN, 2009, p. 36-37).

Para Stuart Hall (2003), o preconceito com diferenças culturais e identitárias são refletidas na pobreza, na falta de oportunidade educacional e empregatícia para os exilados e seus descendentes. Em sentido semelhante, o sociólogo Octávio Ianni (2004, p. 161) nota as condições de labuta dos migrantes como “extremamente adversas” e as “menos qualificadas social e economicamente”, pois:

são desempregados, desabrigados, refugiados, perseguidos, desamparados. São indivíduos e familiares, grupos e coletividades. São muitos, milhares, milhões. Movem-se em todas as direções, atravessando territórios e fronteiras, nações e continentes, culturas e tradições. São migrantes, emigrantes, imigrantes, retirantes, errantes. Parecem tangidos por algo imponderável e invisível, escondido nas condições de vida e de trabalho, no meio de guerras e revoluções, nos desastres ecológicos e nas epidemias, mesclando carências e esperanças (IANNI, 2004, p. 161).

A exclusão e a exploração econômica e social dos desterrados pelos nativos, recorte da migração à dissertação, costuma acompanhar práticas racistas, sexistas e xenofóbicas.

Nesses atos, a justificativa genética torna-se comum, a tentativa tem por finalidade fixar a biologia como destino e exclui qualquer espaço para mudanças discursivas padronizadas socialmente. Ou seja, caracteriza-se o sujeito excluído sem contestar os conceitos pré-estabelecidos na narrativa local, poupa-se da reflexão cultural sobre estereótipos e nega aos indivíduos a socialização adequada.

Os coletivos regionais, quando opositores a povos estrangeiros, reforçam fronteiras físicas e simbólicas para proteger o lar e/ou a cultura da ameaça diaspórica. Entretanto, o processo de globalização, iniciado com as navegações, torna inviável um território unificado e sem transformações na “modernidade líquida” (BAUMAN, 2009, p. 35). Stuart Hall (2003) percebe como inevitáveis essas transformações e, mesmo com a rigidez de nativos, afirma a solidificação de movimentos políticos e o reconhecimento de culturas plurais na luta contra as injustiças sociais. Consonante a isso, em *O local da cultura*, Homi K. Bhabha (1998) constata o crescente envolvimento político de grupos exilados e a validação de culturas plurais. Os movimentos coletivos e perspectivas de entre-lugar, como visto no primeiro capítulo, possibilitam às políticas e teorias pós-coloniais suscitar expressiva união a favor dos direitos humanos, tornando a diáspora e seus efeitos necessárias pautas mundiais.

Para Hall (2003), Bauman (2009) e Ianni (2004), as coletividades diaspóricas, observadas e experienciadas, são confrontadas na urbe a partir da cultura díspar de exilados e nativos, sendo discurso recorrente na narrativa de *Quarenta Dias* (2014). No romance, a protagonista desloca-se pelos espaços periféricos e centrais, construindo através da alteridade a identidade coletiva necessária na diáspora. Com a outridade dicotômica (ALMEIDA, 2015; GRADA, 2019), vista nas seções anteriores, os nativos gaúchos baseiam-se em estereótipos que, condicionados pelo discurso de poder local, conferem aos migrante nordestinos prejuízos socioeconômicos e condições precárias de labuta, educação e direito, consequentes de discriminações culturais e contextualizadas no romance rezendeano pela pobreza urbana.

O processo globalizador reproduz de maneira sistemática a normatização de coletivos, sobretudo, identidades em exílio e sem pertença cultural no novo local. A manipulação identitária na pós-modernidade é divergente entre os grupos com e sem poder aquisitivo na diáspora, ou seja, identidades padronizadas e não-padronizadas pelo capital (HALL, 2003). Para além, o aspecto manipulador do Estado invalida quaisquer grupos sem poder aquisitivo e, com isso, comercializa identidades ideais e submissas ao desejado padrão coletivo, observado a seguir.

## 4.2 CAPITALISMO: IDENTIDADE DE CONSUMO

Nesta seção, o capitalismo é observado como ideologia normatizadora e produtora de identidades consumistas na sociedade pós-moderna.

O capitalismo busca o lucro e, como discutido no primeiro capítulo, a aquisição de bens privados. O domínio desse sistema econômico tem início após o século XIV com o fim do feudalismo, época marcada pelo começo das grandes navegações e da primeira globalização (HALL, 2006; BAUMAN, 2005). Seis séculos depois, o capitalismo, adaptado às mudanças mundiais, controla e padroniza identidades coletivas para consumo deliberado de produtos. A dicotomia, fonte de domínio capitalista e masculino<sup>57</sup> classifica os sujeitos, entre outros para esta seção, como produtivos, improdutivos, consumistas e não-consumista na sociedade pós-moderna.

Para Stuart Hall (2003) e Homi K. Bhabha (1998), os países de Primeiro Mundo são beneficiados pelo deslocamento de trabalhadores de Terceiro Mundo, a mão-de-obra desvalorizada e a condição insalubre mantêm os desterrados em profissões de base. A exploração da labuta migrante, os direitos trabalhistas escassos e sustentados pelo ideal capitalista depreciam as identidades coletivas de exilados pela *outridade*<sup>58</sup>. De maneira oposta, países subdesenvolvidos têm limitações de poder, desigualdade estrutural, imposição do modelo Ocidental e pouca autonomia pela maciça indústria primária. Os Estados Unidos, representante do capitalismo neoliberal e considerado um dos países mais poderosos do Primeiro Mundo, propaga sua hegemonia na venda de produtos, linguagens e moda que, estruturadas para normatizar, dosam o ritmo cotidiano de outros países (EWALD; SOARES, 2007). Nesse sentido mercadológico, o professor da Universidade do Estado da Bahia, Carlos Augusto Magalhães relaciona o capital globalizado à agilidade urbana.

O capitalismo tem realizado a reificação e a aceleração do ritmo da vida, como também tem estabelecido mecanismos que possibilitam o encurtamento das distâncias, fenômenos que desencadeiam a sensação de que o mundo se torna cada vez mais próximo e mais diminuto. Além dos eficientes meios de transportes que literalmente diminuem as distâncias, a tecnologia sofisticada dos veículos de comunicação possibilita que imagens sejam disponibilizadas simultaneamente aos acontecimentos por elas reproduzidos (MAGALHÃES, 2018, p. 104).

O sistema capitalista altera a dinâmica do cotidiano e proporciona benefícios e prejuízos com sua rapidez. Na modernidade líquida, a comunicação via internet passa a ser um

<sup>57</sup> Ver primeiro capítulo da dissertação, *Crítica Literária Feminista*.

<sup>58</sup> Ver segundo capítulo, *Alice através do espelho*.

meio eficiente de informação, utilizada por parte da população mundial, em geral aquela com poder aquisitivo e residente em regiões centrais, representa considerável mudança tecnológica e, nas últimas décadas, uma ferramenta facilitadora na compra de mercadorias. A informação, o entretenimento e a geração de capital transformam a internet, como antes a televisão, o jornal e a revista, em meios de propagação consumista e mecanismo de controle social. A mídia detém poder de influência e rege o mundo capitalista pela hegemonia, modo de troca entre capital e manipulação, o parâmetro dado por ambos tem em si um discurso de ordem social. Nos comandos explícitos ou sutis do enunciado, a linguagem ou conjunto de palavras de ordem formata identidades e sistematiza comportamentos de consumo e labuta coletiva (ALMEIDA, 2008; CANEIRO, 2019; DAVIS, 2016; HOOKS, 2019; KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2017).

Paola Berenstein Jacques (2012) em *Elogio aos Errantes*, reconhece as identidades formadas pelo alto consumo e disseminadas pelos meios de comunicação. A autora reitera a tese da socióloga brasileira Ana Clara Torres Ribeiro referente à manipulação do corpo e o consumo de bens nas cidades capitalistas. Para ela, o termo *corpo-produto* associa-se a expectativa de realizações identitárias através da compra, ou seja, o corpo oscila entre as tendências estabelecidas de consumo, satisfaz-se de maneira volátil e torna infundável a busca por aprovação social (JACQUES, 2012). Opondo-se ao *corpo-produto* da urbe, dobrado, apalpado e objetificado, a autora destaca o *sujeito corporificado* como resistência ao movimento, mas mutável pela pressão midiática, capitalista e desigual das exclusões sociais. O corpo como projeto manipulável torna efêmera a representação de identidades.

Isso possibilita o surgimento de posturas normativas relacionadas à identidade: a fala certa, normal, a maneira cordial de ser e se comportar [...] O marketing tem um papel fundamental na produção e reprodução de tais formas de fala ao prover ao mercado soluções integradas que podem ser identificadas através do posicionamento de ofertas para segmentos de mercado definidos por estilos de vida. Estas ofertas acabam por fazer parte de projetos estéticos de identidade empreendidos pelos consumidores no afã de 'ser' (AYROSA, FIGALE, TUCCI, 2008, 7).

A padronização da identidade coletiva, *corpo-produto*, unifica parâmetros e baseia-se no apelo midiático como molde social do capital. Na relação de poder entre sujeito e consumo, sustenta-se a ideia contínua e intangível de identidades modelo, o produto utilizado garante por tempo determinado realizações e após esse período o objeto se torna velho, ultrapassado e não proporciona mais a satisfação e alegria de outrora. Nessa dinâmica, a identidade consumista necessita de renovação e outras satisfações momentâneas, estruturada como sistema ideológico e parte da sociedade pós-moderna, a sucessão de produtos da moda constitui uma narrativa de

dependência no consumidor e delinea o controle pelo prazer (BAUMAN, 2005; MIRANDA, 2013).

O alto consumo possibilita a exploração e a dependência por afirmações geradoras de pertença e segurança identitária. Nos coletivos exilados, a busca pela reterritorialização<sup>59</sup> agrava o desejo de gasto desproporcional, o entre-lugar<sup>60</sup> de desterro suprime-se pela aquisição de produtos, caso o sujeito tenha poder aquisitivo, causando nas identidades flutuantes o alívio fugaz à perda do território de origem (AYROSA; FIGALE; TUCCI, 2008). Nos corpos comandados e passíveis de articulação, a narrativa exerce papel de ordem e nesse sentido, o filósofo Michel Foucault (1987, p. 163), em *Vigiar e Punir*, define como “dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” pela sociedade normativa.

A identidade de consumo desempenhada pelos coletivos e usada no capitalismo inicia a narrativa de dominação na infância, sendo intensifica conforme a identidade se desenvolve. Zygmunt Bauman (2005) em *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi* observa o movimento midiático, nocivo e indutor de princípios na modernidade líquida. Para o autor, a educação e criação do coletivo consumista é realizada de forma vitalícia e, as instituições paradigmáticas de poder, propagam intenso discurso normativo à aprovação ou desaprovação social (BAUMAN, 2005). Consonante ao sociólogo polonês, o historiador francês Michel de Certeau (1992) em *Invenção do Cotidiano*, pensa o modelo de atitudes sociais aceitas e não aceitas, bem como a produção e a criação de novos e outros consumidores à indústria capitalista.

[A fabricação disseminada] nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas da produção (televisiva, urbanística, comercial etc.) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos consumidores um lugar onde possam marcar o que fazem com os produtos. A produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de consumo: esta é astuciosa, é dispersiva, mas ao invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 1992, p. 39).

A pesquisa dos dois teóricos, Bauman (2005, 2009) e Certeau (1992), baseia-se na urbe como espaço normativo e, embora não apareça nitidamente como manipuladora, a mídia e a indústria produzem identidades necessárias a elas: os consumidores. A promessa de realização pela aquisição transforma a relação entre o capital e a norma, a breve felicidade comprada e a obediência servil asseguram ao capital o equilíbrio social desejado pelo Estado.

---

<sup>59</sup> Ver segundo capítulo: *Alice através do Espelho*.

<sup>60</sup> Ver segundo capítulo: *Alice através do Espelho*.

Tom Zé (1968), músico e compositor brasileiro, soma a coletânea *Grande Liquidação* a música *Parque Industrial* e, ainda nos anos sessenta do século passado, relaciona o excesso de propagandas, o consumo desenfreado e as promessas ilusórias de felicidade feitas pela mídia.

Pois temos o sorriso engarrafado  
 Já vem pronto e tabelado  
 É somente requeutar  
 E usar,  
 É somente requeutar  
 E usar,  
 Porque é made, made, made, made in Brazil.  
 Porque é made, made, made, made in Brazil

A revista moralista  
 Traz uma lista dos pecados da vedete  
 E tem jornal popular que  
 Nunca se espreme  
 Porque pode derramar.

É um banco de sangue encadernado  
 Já vem pronto e tabelado,  
 É somente folhear e usar,  
 É somente folhear e usar. (ZÉ, 1968)

O músico, participante do Movimento Tropicalista e de oposição ao Golpe Militar brasileiro, analisa o desenvolvimento industrial vivido no país e com a música denuncia o corpo como objeto servil do Estado (Foucault, 1998; Bauman, 2009; Hall 2006; Certeau, 1998). Hoje, cinquenta e três anos após crítica de Tom Zé, o capitalismo intensifica-se e o estímulo midiático amplia seu domínio, reiterando modelos identitários de consumo e produção. A padronização imposta pelo Estado, de modo dicotômico, dualiza coletivos produtivos e não-produtivos, assim como consumidores e não-consumidores. No caso de sujeitos não-normativos, sem labuta ou de baixo poder aquisitivo, as condições de invalidade social e expressiva exclusão identitária são estruturadas aos coletivos periféricos e marginalizados pelo capitalismo.

No romance *Quarenta Dias* (2014), Alice opõe-se a estrutura capitalista, mas a sistematização das identidades coletivas permeia toda a narrativa. Hall (2006), Bauman (2009), Jacques (2012), Certeau (1998) e Magalhães (2018), em níveis diferentes, teorizam o estímulo da mídia e capital global como fonte de controle identitário coletivo. Desde o primeiro momento no novo apartamento, nas viagens de ônibus entre o centro e a periferia gaúcha, na rodoviária e nas críticas a disparidade social urbana, a protagonista mostra-se desconfortável com as normatizações capitalistas e a dominação masculina. Para ela, a identidade de avó exigida pela filha Nora, mídia e sociedade, como tantas mulheres idosas, marcam a fuga da padronização identitária quando se desloca ao público. As experiências opressivas de Alice com o gênero,

geração e localidade são intensificadas pela classe durante a quarentena nas ruas gaúchas que, observada a seguir, fundamenta parte da dissertação.

#### 4.3 PERIFERIA, A PEDIR MILAGRES

Nesta seção, a condição da periferia e a contínua esterilização política e social das vias públicas recebe destaque.

O poder aquisitivo regulado pelo sistema capitalista estabelece processos de acolhimento ou exclusão na urbe e, como visto anteriormente, são agravados no caso da diáspora. Zygmunt Bauman (2005) em *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi* relata as identidades baseadas e estruturadas pelo poder socioeconômico.

Num dos polos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro polo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha de identidade, que não tem direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros - identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam... (BAUMAN, 2005, p. 44).

O apelo mercadológico, observado na última seção, induz à aquisição de objetos, conceitos, cirurgias e estilos de vida como formadores de identidades na modernidade líquida. A compra obrigatória delas divide os sujeitos entre válidos e inválidos, consumidores e não consumidores do sistema socioeconômico Ocidental. O escasso poder aquisitivo de sujeitos desabastados determina a exploração do trabalho, a exclusão social e as reconfigurações geográficas da urbe (BAUMAN, 2005; SILVA, 2009). Na estrutura das cidades, o “pobre é excluído não porque o barrem ou expulsem, mas porque o submetem a uma série de restrições, que vão da má vontade e do riso à impossibilidade de adaptação [social]” (CANDIDO, 2006, p. 30). Nesse caso, o poder da mídia estende-se as instituições governamentais de ordem, os proletários facilmente substituíveis na indústria e comércio recebem características banais, simbólicas e arquitetadas no imaginário cultural para controle de identidades individuais e coletivas.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> Bell Hooks (2017) em *O Olhar Oposicional* pondera sobre os estereótipos dados aos pretos para diminuí-los e estabelecer diferenças de superioridade e inferioridade entre raças. A crítica analisa os linchamentos ocorridos no início do século XX nos Estados Unidos e, apesar da lacuna temporal, pode-se relacionar as opressões entre cor e classe ainda fomentadas pelo sistema capitalista e patriarcal, expondo gênero, localidade e geração como

A demarcação identitária, conforme opressões, é realizada há séculos de forma simbólica e literal nos centros urbanos, como a remoção de antigos escravizados no século XIX, a destruição de cortiços no início do século XX e que seguem as diretrizes da modernidade europeia.

O saneamento não era só urbano, mas também social, e sobretudo visava o controle do espaço e a criação da cidade burguesa, assim como acontecera em Paris. [...] Os mais pobres, que viviam nas habitações coletivas, foram expulsos do Centro para habitar as recém-criadas favelas” (JACQUES, 2012, p. 63-64).

No século XXI, as opressões repetidas pelo sistema socioeconômico e, como visto na seção anterior, aprimoradas pela mídia segregacionista desenvolvem o comércio da segurança e moradia a partir da violência urbana. No capitalismo, o estereótipo de periféricos fundamenta-se para garantir o consumo da seguridade social.

As autênticas ou supostas ameaças à integridade pessoal e à propriedade privada convertem-se em questões de grande alcance cada vez que se consideram as vantagens e desvantagens de viver num determinado lugar. Elas aparecem em primeiro lugar nas estratégias de *marketing* imobiliário. A incerteza do futuro, a fragilidade da posição social e a insegurança da existência - que sempre e em toda parte acompanham a vida na modernidade líquida, mas têm raízes remotas e escapam ao controle dos indivíduos - tendem a convergir para objetivos mais próximos e a assumir a forma de questões referentes à segurança pessoal: situações desse tipo transformam-se facilmente em incitações à segregação-exclusão (BAUMAN, 2009, p. 41).

No paralelo entre segurança pessoal e segregação, Zygmunt Bauman (2009) nota o poder midiático e imobiliário como agentes interligados ao consumo residencial de coletivos. O discurso público da violência transforma a periferia em inimiga social que, incentivada pelo lucro comercial, induz à aquisição de serviços de proteção privada e a estigmatização de coletivos sem poder aquisitivo. A consequência dessas estruturas urbanas, formatadas pelo discurso e relação de poder, segregam o *Outro* a partir do *Nós*. Se os locais centrais concentram oportunidades, saúde e maior segurança, a periferia condiciona o oposto, locais em condições precárias de moradia, saúde e segurança. Percebe-se no ato de residir a polarização de coletivos com poder aquisitivo e coletivos sem esse privilégio, ou seja consumidores e não consumidores, grupos validados pelo Estado consumidor e grupos invalidados socialmente no sistema capitalista.

No contexto de *Quarenta Dias* (2014), Alice transita entre o centro e a periferia constatando disparidades sociais que, semelhantes a João Pessoa, delineiam as opressões de classe no Brasil. O destaque periférico do romance permite observar a exclusão geográfica e

---

vistos no primeiro e segundo capítulo da dissertação. Com isso, destaca-se a vulgarização de coletividades oprimidas como sistema de controle da norma socioeconômica Ocidental.

social de coletivos sem poder aquisitivo. Para Bauman (2009), a indução ao estilo de vida consumidor estabelece polos hierárquicos na sociedade, tema recorrente na narrativa rezendeana e salientado no romance objeto de estudo. Durante a estadia de Alice nas ruas, a nordestina percebe as formas de exclusão dos pobres de espaço urbanos, como os olhares e risos que são experienciados por Alice na rodoviária, no ônibus e nas praças gaúchas. Para além do olhar, Jacques (2012) observa a violência física e simbólica da expulsão de sujeitos sem poder aquisitivo das regiões centrais da urbe. Nessa exclusão histórica, a protagonista e seus semelhantes representam o saneamento social do século XXI, ressaltando novamente a exclusão geográfica e social de coletivos oprimidos pela dominação masculina capitalista.

Nas margens urbanas, depósito de grupos não-normatizados, as relações de poder são solidificadas e os discursos segregatórios são propostos pelo Estado e mídia. A comercialização da segurança estrutura-se a partir de estereótipos coletivos de sujeitos improdutivos que, sem consumo econômico e expulsos de regiões centrais, seja pela violência simbólica ou física suscitam identidades inválidas ao coletivo normatizado. Alice sofre opressões de gênero, localidade, geração e classe durante as semanas em situação de rua, pertencendo a grupos sem algum poder aquisitivo e que experienciam condições precarizadas de subsistência nas cidades.

#### 4.4 SITUAÇÃO DE RUA

As ruas da urbe, apesar de públicas, são projetadas e vigiadas para controle estatal e privado. Sua função concentra-se na passagem frenética e breve dos caminhantes, a ida ao trabalho, à escola, ao mercado ou o retorno para casa no fim do dia são movimentos produzidos com destino próprio e pertencem aos sujeitos inseridos no sistema socioeconômico capitalista. No outro extremo, impossibilitados ou resistentes a tais atos e destinos fixos, as identidades em situação de rua não dispõem de um lar para retorno no início da noite, comida em horários fixos ou o banho quente para higiene básica. Esta seção ressalta os indivíduos e grupos sem participação na produção econômica, a exclusão e silenciamento de seus corpos e a arquitetura segregacionista da cidade, consentida e acentuada pela dominação masculina Estatal e midiática.

Os coletivos em situação de rua, ameaçados e sem infraestrutura básica utilizam espaços públicos fixos ou provisórios para morada (LOPES; BORDA; REIS, 2003). Na dissertação de Mayk Machado (2016), o autor destaca a vivência de pessoas nas ruas a partir da Idade Média, urbanização e construção capitalista, ponderando como díspar e similar as

identidades coletivas desses residentes. O aspecto heterogêneo do coletivo em situação de rua, apesar de generalizado na pós-modernidade, questiona o local do corpo marginalizado e improdutivo pela sociedade de consumo. A perspectiva homogênea denigre as diferenças não adaptáveis ao sistema monetário, a desumanização e despersonalização de identidades controladas pelo Estado e mídia distanciam coletivos em situação de rua e coletivos de consumo, impossibilitando interações entre ambos.

As identidades impostas e estereotipadas, vistas na seção anterior e aplicáveis neste caso, são mecanismos narrativos manipuláveis e condicionados para excluir indivíduos de baixo ou nenhum poder aquisitivo, silenciando-os. Ignorados pelo governo, marginalizados pela mídia, invalidados pelo capital e criminalizados pela repulsa social, os indivíduos em situação de rua são julgados a priori de suas atitudes, ou seja, antes de cometer qualquer crime ou agressão são culpabilizados de imediato (FRAZÃO, 2010).

Nesse sentido, Zygmunt Bauman (2009) nota o julgamento das disparidades feitas pelos cidadãos de 'bem' à necessária manutenção da ordem e norma coletiva. Para tanto, o autor de *Confiança e Medo na Cidade* concentra-se na classe, nos sujeitos supérfluos e observa neles o destino compulsório dado pelo Estado (BAUMAN, 2009).

Não se somam a qualquer categoria social legítima, indivíduos que ficaram fora das classes, que não desempenham alguma das funções reconhecidas, aprovadas, úteis, ou melhor, indispensáveis, em geral realizadas pelos membros "normais" da sociedade; gente que não contribui para a vida social. [...] Não são mais encarados como pessoas que seriam "reeducadas", "reabilitadas" e "restituídas à comunidade" na primeira ocasião, mas veem-se definitivamente afastadas para as margens, inaptas para serem "socialmente recicladas": indivíduos que precisam ser impedidos de criar problemas e mantidos a distância da comunidade respeitosa das leis (BAUMAN, 2009, p. 24-25).

A exclusão social preestabelecida pelas diferenças causa nos sujeitos modelo a fuga de palavras e alteridades, jamais dedicadas a indivíduos fora do padrão urbano. Embasada em *A modernidade Líquida* de Bauman (2001), Zolin, Muzi e Coqueiro (2014) ponderam as sociedades contemporâneas como locais de criação e anulação de estranhos. Para elas, “se o contato físico com estranhos não pode ser evitado, pelo menos ele pode ser despido da ameaça de diálogo e interação” (ZOLIN; MUZI; COQUEIRO, 2014, p. 441), ou seja, embora vistos, sujeitos em situação de rua nunca são ouvidos fora dos seus já marginalizados coletivos. O desprezo cíclico preserva a norma e, pouco se questiona a humanidade ou a parcela conivente na desigualdade da urbe, mesmo se indagado pela imagem de abandono, os indivíduos logo ignoram-na para prosseguir com compromissos e objetivos diários.

A polarização urbana divide centros e periferias conforme o poder aquisitivo estabelecido como parâmetro social, os locais de vivência são distintos e coexistem isolados na sistematização urbana. Alguns são residentes de luxuosos condomínios com câmeras de segurança, arames farpados e vigias para afastar marginais e criminosos. Outros, reduzidos a figura de marginais destoantes no cenário ideal e, embora impelidos, representam um número crescente e demasiado nas cidades pós-modernas.

A figura atual de uma marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massa. [...] Essa marginalidade se tornou maioria silenciosa. Isto não quer dizer que ela seja homogênea. Os processos pelos quais se efetua o reemprego de produtos ligados juntos em uma espécie de língua obrigatória têm funcionamentos relativos a situações sociais e relações de forças (CERTEAU, 1998, p. 44).

O historiador francês Michel de Certeau (1998) observa a internalização da cultura como geradora de padrões. No sentido semelhante a Bauman (2009), o autor associa o silenciamento e a fuga de interações sociais como supressão social. Além da exclusão simbólica, as construções arquitetônicas concebidas pela convivência paradigmática efetuam a privação física de locais públicos. O propósito privativo dessas edificações fomenta a neutralização de disparidades, espaços antes acessíveis são transformados em shoppings centers voltados a consumidores e vias expressas contrárias aos pedestres representam a segregação camuflada de desenvolvimento social. Segundo a urbanista estadunidense Nan Ellin (1997 apud BAUMAN, 2009, p. 73), esses locais baseados na artificialidade são engenhos “à prova de mendigo”, a arquitetura discriminatória distância e esvazia a identidade de locais na urbe.

A radicalidade desse Outro urbano se torna explícita sobretudo nos que vivem nas ruas – moradores de rua, ambulantes, camelôs, catadores, prostitutas, entre outros – e inventam várias táticas e astúcias urbanas em seu cotidiano. Aqueles que a maioria prefere manter na *invisibilidade*, na *opacidade* e, que, não por acaso, são os primeiros alvos da assepsia promovida pela maior parte dos atuais projetos urbanos espetaculares, pacificadores, ditos revitalizadores (JACQUES, 2012, p. 16).

No livro *Elogio aos errantes*, Paola Berenstein Jacques (2012) considera o público como espaço de esterilização social transformado em territórios opacos (ETGES; CARISSIMI, 2014, p. 46). Segundo Jacques (2012) e Certeau (1998), a invisibilidade<sup>62</sup> e o silenciamento, respectivamente, são fatores causais do controle social. Consonante a isso, o filósofo Homi K. Bhabha (1998) interroga a identidade através do lugar da imagem, discurso e disciplina social, como visto nas discussões anteriores, posicionadas conforme estratégias estruturais e

---

<sup>62</sup> O termo invisibilidade utilizado pela autora e Homi K. Bhabha, na sequência, refere-se como metáfora a realidade de sujeitos excluídos e abandonados pelo sistema capitalista e estatal.

institucionais de poder. O domínio e a manutenção da norma, para o autor, são “instâncias interativas que simultaneamente marcam a possibilidade e a impossibilidade da identidade, a presença meio da ausência” (BHABHA, 1998, p. 87). Com a invisibilidade social, os sujeitos em situação de rua têm a auto presença do Eu apagada, “em termos do qual funcionam os conceitos tradicionais de agência política e domínio narrativo” (BHABHA, 1998, p. 93). Ou seja, o filósofo percebe a partir das formas de invalidação e exclusão social a invisibilidade de indivíduos subalternos, sem autonomia financeira e opostos a hegemonia do consumo.

De modo consonante, na literatura, a protagonista de Maria Valéria Rezende (2014) destaca os sujeitos em situação de rua, a relação deles com a cidade, a arquitetura segregatória e o menosprezo dos demais passantes com as diferenças sociais e o corpo abjeto. Nesta seção, Zygmunt Bauman (2009), Michel de Certeau (1998), Paola Jacques (2012), Homi K. Bhabha (1998) e Muzi, Coiquiro e Zolin (2014) relacionam a cidade e seu crescimento desenfreado com as suas consequências ao coletivo marginal, contextualizando a narrativa rezendiana. No romance, Alice vive quarenta dias em situação de rua, conhece Arturo, Lola, Giggio e outros na mesma condição, experienciando através da identidade marginalizada e sem renda a violência simbólica e física dos não-normatizados.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento cultural e tecnológico coincide com a aparição de favelas e a intolerância com indivíduos sem poder aquisitivo. Dessa forma, pela pressão ou pelo medo, os sujeitos normatizados resistem a interação urbana e os ideais capitalistas validam os consumistas e invalidam sujeitos oprimidos pela classe. Para além das opressões de classe e localidade, a polarização das identidades a partir de opressões o gênero se intensificam em *Quarenta Dias* (2014), como visto a seguir.

#### 4.5 MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Nesta seção são analisadas as identidades de mulheres em situação de rua, os motivos condicionantes desse contexto e as violências agravadas conforme outros marcadores sociais de opressão.

A essencialização da identidade coletiva corrobora para estereótipos e torna fundamental percebê-las a partir das diferenças e similaridades vivenciadas pelos grupos. As opressões sofridas por esses coletivos são destaque no artigo *Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua* de Lopes, Borba e Reis (2003), e na dissertação *Mulheres no contexto da rua: A questão do gênero, uso de drogas e a violência* de

Mayk Machado (2016). Para ambas as pesquisas, a situação de rua, em sua maioria, origina-se de condições financeiras e econômicas precarizadas, antes mesmo do deslocamento às ruas. As profissões autônomas, como de boleira, costureira, doceira, engomadeira, doméstica e prostituta são as mais frequentes nos estudos realizados. Além de aspectos econômicos, influem fatores como falta de suporte social, conflitos familiares e violências cotidianas no lar, como estupro, parceiro agressivo e condição de gênero.

No contexto familiar dessas mulheres, a figura limitadora e/ou controladora de algum parente ou companheiro costuma ser comum dentro do lar. Com isso, motivadas pela tristeza, a rua torna-se opção atrativa em relação às violências sofridas no âmbito privado. Impedidas de alcançar a autonomia desejada, seja econômica ou psicológica, escolhem as ruas e se distanciam das amarras cotidianas causadoras de traumas morais, físicos e psicológicos. Em sentido semelhante, Priscilla Ribeiro Biscotto (2015) na dissertação *Viver em Situação De Rua: Experiência de mulheres que utilizam o albergue para pernoitar*, a autora pondera a violência de gênero e as condições de vulnerabilidade na rua.

A mulher em situação de rua – em razão do predomínio da população masculina – precisa conviver em um contexto repleto de preconceitos e violência, o que muitas já vivenciavam antes de perderem seus lares. O rompimento com a família é extremamente presente na vida dessas mulheres, sendo prevalentes as situações de violência doméstica, sexual e moral, que impulsionam a ida para as ruas. [...] A vida na rua exige que as mulheres lidem, cotidianamente, com uma diversidade de situações que envolvem diretamente a relação com seu corpo, sexualidade e, em alguns casos, com o cuidado do filho. Envolve ainda a necessidade de lidar com um estereótipo construído com base na imagem feminina considerada ideal – da mulher, mãe e cuidadora – presente tanto no senso comum quanto nas políticas públicas, que valorizam o papel da mulher dentro da família (BISCOTTO, 2015, p. 32).

A vivência subalternizada das mulheres no lar repercute na experiência pública. As doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez indesejada, o período menstrual e estupro são algumas das violências mais comuns às mulheres em situação de rua. Nos dados de 2007 e 2016, elas representam apenas 18% da população de rua no Brasil e 13% da população de rua em Porto Alegre, respectivamente (MACHADO, 2016; SARMENTO; PEDRONI, 2017). Apesar da baixa percentagem, as opressões vividas por elas retratam a hierarquização social da dominação masculina e, tanto simbólica quanto física, a violência urbana é marcada pela desigualdade de classe e gênero.

Os eixos opressivos de cor, geração e educação também são elementos de vulnerabilidade às mulheres em situação de rua. Segundo dados do *Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome*, 53% da população de rua tem entre 25 e 44 anos,

69% se consideram afrodescendentes, 17,1% não leem ou escrevem e 8,3% assinam apenas o próprio nome (BRASIL, 2007). Essas violências se assemelham as identificadas nas periferias, a falta de acesso educacional, a população afrodescendentes, idosos e crianças em moradias de alto risco, bem como a violência de gênero. Ou seja, os coletivos em situação de rua precedidos por desigualdades na periferia se encontram em condições mais severas de carência e desprovidos do auxílio Estatal nos espaços públicos.

Os homens em situação de rua quando questionados sobre a condição das mulheres no mesmo contexto afirmam que: "ser mulher na rua é mais difícil, muito mais cruel" (LOPES; BORBA; REIS, 2003, p. 51). Para Alice, no romance *Quarenta Dias* (2014), a dominação masculina e capitalista deseja a identidade exclusiva de avó no âmbito privado, todavia o trauma e repulsa pela determinação alheia condicionam-na as ruas. Conforme Machado (2016) e Lopes, Borba e Reis (2003) fundamentam, a violência psicológica influi na escolha das mulheres em situação de rua. Na narrativa rezendeana, a personagem opta pelo âmbito público para se distanciar da identidade una e maternal exigida de mulheres idosas. Nesse sentido, as opressões de gênero, geração e localidade, já experienciadas no lar, são somadas a classe quando Alice recorre às ruas gaúchas.

Nesta seção são destacados os fatores condicionantes, opressivos e de movimento da personagem às ruas gaúchas. Os eixos de subordinação como classe, geração, cor e localidade se fragilizam caso somados ao gênero, acentuando violências distintas para identidades na mesma condição. Na próxima seção, as opressões de gênero vinculam a violência e a memória da protagonista e de Arturo com a ditadura militar brasileira e argentina, respectivamente.

#### 4.6 MENINA OLHE PRA FRENTE, MENINA TOME CUIDADO

O título desta seção faz referência a música *Menina, amanhã de manhã* de Tom Zé, composta a partir da linguagem metafórica e comum a época para burlar a censura militar.

Contrário à Ditadura Militar, o compositor apresenta a denúncia da violência cotidiana e, nos últimos versos, a sensação de intimidação e falta de ar<sup>63</sup> proveniente da tortura. Logo, as

---

<sup>63</sup> [...] *Menina a felicidade/ é cheia de ano/ é cheia de eno/ é cheia de ino/ é cheia de onu/ menina, a felicidade/ é cheia de an/ é cheia de en/ é cheia de in / é cheia de on/ menina a felicidade/ é cheia de a /é cheia de e/ é cheia de i/ é cheia de o/ é cheia de a/ é cheia de e/ é cheia de i/ é cheia de o.* (Tom Zé, 1972, álbum *Se o caso é chorar*)

memórias e identidades coletivas da repressão e a Comissão Nacional da Verdade de 2012<sup>64</sup>, oficializada no governo de Dilma Rousseff, são consideradas.

O Período da Ditadura Militar Brasileira inicia-se em 31 de março de 1964 e, conhecido como Golpe de 64, a repressão põe fim à democracia do país e ao governo presidido por João Goulart de Almeida. A redemocratização do Brasil efetiva-se somente após duas décadas com o Movimento das Diretas Já que culmina nas eleições indiretas de 1985 e nas eleições diretas de 1989. A eleição por voto popular, vinte e nove anos após a última votação democrática<sup>65</sup>, elege à presidência Fernando Collor de Melo que assume o cargo em 1990.

As práticas sociais e as memórias coletivas da ditadura brasileira, recorrentes dos traumas, são assistidas no século XXI como assunto não resolvido. O desaparecimento de familiares e amigos, as torturas, a perda, a constante ameaça psicológica e, sobretudo, a impunidade dos responsáveis conduz a história da repressão a discursos coniventes e amenizadores da realidade vivida no país. Segundo Ecléa Bosi (1979), psicóloga e escritora brasileira, as memórias sociais construídas de forma unilateral são discursos de poder e, coerentes ou não com os fatos, validam o conhecimento propagado como verdadeiro (HOOKS, 2019; DAVIS, 2016; RIBEIRO, 2017; CANEIRO, 2019; KILOMBA, 2019).

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘universos de significado’, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a História. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos. No outro extremo, haveria uma ausência de elaboração grupal em torno de certos acontecimentos ou situações. A rigor, o efeito, nesse caso, seria o de esquecer tudo quanto não fosse ‘atualmente’ significativo para o grupo de convívio da pessoa. É o que sucede às vezes: os fatos que não foram testemunhados ‘perdem-se’, ‘omittem-se’, porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente. (BOSI, 1979, 27)

No caso brasileiro, as memórias coletivas estabelecidas pelas instituições de poder são marcadas pela negação e falta de discussão com período. A tortura, principal mecanismo da repressão e memorialístico, acentua-se a partir de 1968 com Ato Institucional Número 5 ou AI-5 (JACQUES, 2012). O ato concede ao governo do general Costa e Silva poder absoluto em relação aos Estados e municípios, confisco de bens, fim de direitos políticos, anulação de habeas-corpus, fim de mandatos de parlamentares e recesso do Congresso Nacional.

---

<sup>64</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi integrada por sete conselheiros - José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha – designados pela presidenta Dilma Rousseff no período de 2012 a 2014.

<sup>65</sup> 1960 com Jânio Quadros

Segundo a Comissão Nacional da Verdade, os “grupos ou instituições que procuravam organizar as classes populares: sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, associações de moradores em bairros pobres e, ainda, o trabalho de padres e religiosos junto a esses mesmos grupos” (BRASIL, 2014, p. 104) ficavam vulneráveis as represálias do Estado. Qualquer manifestação, reunião ou discussão em prol de direitos humanos, se denunciada ou descoberta pelos militares<sup>66</sup>, gerava retaliações aos participantes ou familiares dos participantes. A frequente agressão e invasão de domicílios sem autorização judicial desrespeitava a segurança do lar e, às vezes, era estendida aos demais moradores do recinto, como mulheres grávidas, idosos, crianças e doentes que, com ou sem vínculo aos opositores, sofriam desde abusos psicológicos até assassinatos executados pelos militares. A desigualdade de gênero, cor, localidade, geração e classe piora durante o regime. Caso desviante da norma desejada, as identidades de mulheres consideradas imorais<sup>67</sup> eram expostas a tortura e seus corpos já desvalorizados, padeciam de maneira igual ou pior a de opositores do governo.

Como a violência se organiza através das hierarquias sociais e das relações sociais de poder – elas próprias constitutivas da sociedade, das identidades coletivas e individuais –, a estruturação baseada na hierarquia de gênero e sexualidade transparece na violência estatal do período explicitando, por exemplo, o caráter tradicionalmente sexista e homofóbico da formação policial e militar, que constrói o feminino como algo inferior e associa violência à masculinidade viril. Treinados para agir com brutalidade e imersos em uma cultura de grupo e institucional em permanente tensão com o respeito aos direitos humanos, os integrantes do aparato de repressão indicados nos relatos de violência sexual aparecem como incapazes de reconhecer liberdades civis básicas, atuando como transmissores da violência, da extremidade de poder para a ponta desempoderada, não importando se a violência direcionava-se contra homens ou contra mulheres. Isso fica claro quando se dá voz às vítimas. Nas narrativas das mulheres, por exemplo, aparecem sistematicamente relatos de humilhações, maus-tratos e torturas sofridas, acompanhados de referências explícitas ao fato de que haviam se afastado de seus ‘lugares de esposa e mãe’ e ousado participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino (BRASIL, 2014, p. 404).

Nesse período, o governo busca o retorno às tradições dicotômicas do público e privado<sup>68</sup>, homens e mulheres respectivamente, como representantes de polos opostos na sociedade. A dominação masculina e militar brasileira, contrária à segunda onda do

---

<sup>66</sup> Na dissertação *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*, Denis de Miranda observa o militar como sujeito cartesiano e, como visto no segundo capítulo desta dissertação, Stuart Hall o analisa como indivíduo binário e voltado a centralização do conhecimento. Para o crítico jamaicano, o sujeito cartesiano representa a identidade simplista do século XVI e inexistente na globalização de hoje.

<sup>67</sup> Consideradas assim as prostitutas, as adúlteras, as esposas e as mães ligadas a vida pública, por exemplo.

<sup>68</sup> Ver primeiro capítulo *A Crítica Literária Feminista*.

feminismo<sup>69</sup>, caracteriza-se pelo desejo de hegemonia e silenciamento de oprimidos ou desajustados através da tortura.

A violação de direitos humanos e crimes contra a humanidade cometidos na Ditadura Militar, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, confere ao “Estado [de hoje] prevenir, investigar, reparar as vítimas e punir responsáveis” (BRASIL, 2014, p. 287) pelos atos, bem como o direito à memória e à verdade negada a familiares e amigos de mortos, torturados e desaparecidos. A Comissão Nacional da Verdade criada em 2012 visa esclarecer os fatos e violências cometidas na ditadura que, dividida em três volumes, retrata a necessidade das memórias coletivas e a conscientização de atos executados contra a população brasileira.

Na repressão, a violência apresenta-se como principal penalidade coercitiva do Estado. As ficções rezendeanas costumam retratar essas condições, como em *Outros Cantos* (2016) e *Quarenta Dias* (2014). Para Alice, a memória ditatorial representa a perda do marido e, embora ela não tenha sofrido violências físicas durante o período, revive a violência psicológica pelo constante silenciamento do Estado. O relatório da Comissão da Verdade, mesmo que sem finalidade punitiva, representa a consciência da violência acarretada pelo Golpe e a valorização, tão necessária, da democracia brasileira. A literatura de Maria Valéria Rezende expressa a vivência ditatorial de coletivos, que como ela, experienciaram a repressão. Nessas narrativas de resistências, hoje e no período, a escrevivência e a produção artística representam o contexto social do país, destacando a união entre a resistência popular e literária à dissertação.

#### 4.7 ESCRITA: RESISTÊNCIA LITERÁRIA NA DITADURA

Como visto na seção anterior, as represálias ditatoriais fragmentaram movimentos de resistência por meio de diversas violências. Nesta seção, a expressão artística da escrita literária e a relação texto e escritor, oposta à ideologia normativa e militarizada do Golpe, é destacada.

Na ditadura militar, décadas de sessenta a oitenta do século passado, escritoras e escritores latinos do Cone Sul<sup>70</sup> transformam a coerção política e repressiva em literatura de resistência. A transgressão ao discurso hegemônico, consolidada pelo ato da escrita, subverte as identidades coletivas esperadas e exigidas pelo Estado ditatorial. Neste período, a literatura

---

<sup>69</sup> Neste período, a segunda onda do feminismo visava a liberdade, a igualdade salarial, o uso de contraceptivos, o direito ao aborto e a discussão de pautas sociais.

<sup>70</sup> A ditadura militar na América do Sul, século passado, representa ataque conjunto a democracia de países como Argentina entre 1976 e 1983, Chile entre 1973 e 1990, Uruguai entre 1973 e 1985, Peru entre 1963 e 1975, e simboliza a repressão, violência, desigualdade e tortura ao Cone-Sul.

é produzida como mecanismo de denúncia ao horror social. A criação ficcional divide-se entre exilados e residentes do país, um na denúncia internacional, o outro na denúncia nacional e escrita metafórica para realizar publicações. No Brasil e fora dele, a escrita de resistência associa realidade e ficção, a reflexão sociopolítica proposta pela literatura questiona crimes cometidos contra a humanidade e a situação violenta, instigando o pensamento crítico dos leitores. O poeta e contista Pedro Tierra (2019), escritor da resistência, comenta no prefácio de *Pesadelo: Narrativas dos anos de chumbo* o vínculo entre política e literatura. Para ele, o escritor cria por intermédio da ficção a verdade e detalha particularidades irrelevantes aos demais.

Por isso a criação literária adquire uma dimensão de testemunho histórico que os memorandos burocráticos não alcançam. Assim, a responsabilidade e o compromisso do escritor com o que escreve assumem uma condição definidora de sua própria existência como agente social e como artista. (TIERRA, 2019, p. 19)

A literatura de resistência sintetiza experiências opressivas vividas e observadas durante os anos de Golpe. A relação entre escritor, sociedade e escrita, criticada pela literatura tradicional<sup>71</sup> e insurgente ao sistema normativo, questiona as agressões ditatoriais e contraria a homogeneidade desejada por eles. Na tese *Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Júlio Cortázar e Marta Traba*, Amanda Pérez Montañés (2006) destaca o desejo dos militares pela literatura sem diálogo social e a proibição de discussões literárias, tidas como subversivas. Assim, os artistas da resistência brasileira assumem a condição de intermediários entre sociedade e arte, Lygia Fagundes Telles, Ana Maria Machado, Beatriz Bracher, Paulo Leminski, Ferreira Gullar e Maria Valéria Rezende, por exemplo, transmutam o horror em arte.

Na resistência, os opositores articulam-se dentro de suas classes profissionais quando possível. A literatura de Maria Valéria Rezende, ex-docente e alfabetizadora, narra em *Outros Cantos* (2016) a tentativa da protagonista na instrução de jovens e adultos no vilarejo ficcional de Olho d'Água. A região nordestina, sem condições básicas de sobrevivência contextualiza a dificuldade de ensino em áreas esquecidas pelo governo militar. As narrativas da autora, embora não biográficas, são baseadas nas coletividades experienciadas na ditadura e metamorfoseadas nas suas produções literárias (SANT'ANA, 2020). A resistência a normatização política e estética no Golpe de 1964 e, sobretudo, a relação entre literatura, ditadura e sociedade são analisadas na narrativa de *Quarenta Dias* (2014), bem como as demais seções do capítulo.

---

<sup>71</sup> Capítulos anteriores: *A Crítica Literária Feminista* e *Alice através do Espelho*

#### 4.8 TODA CIDADE É ROMARIA

Os conteúdos abordados nas seções anteriores fundamentam a análise do romance *Quarenta Dias* (2014) pela perspectiva de coletividades. O plural utilizado no termo coletivo, coletivos, considera aspectos em comum entre Alice e personagens de diferentes individualidades no romance, mas que partilham situações comuns na sociedade brasileira.

As identidades coletivas de Alice, para dissertação, destacam a experiência diaspórica dela e outros desterrados em Porto Alegre. De modo geral, as migrações estão relacionadas pela vulnerabilidade de classe, como os personagens Galo, Penha, Ceará das Redes e, mesmo, Cícero Araújo. No caso da protagonista, a diáspora marcada pela opressão de gênero e geração se associa com os demais a partir da condição de desterro e, “tão longe de casa” (REZENDE, 2014, p. 120), distingue coletivos a partir do discurso de poder. O advérbio de lugar *lá* empregado na narrativa determina a diferença de localidade entre nativos, *nós*, e migrantes, *outros* (REZENDE, 2014). No discurso usado pelo porteiro para apresentar Alice a diarista Milena: “vão se dar bem, que ela é *brasileirinha*, assim como a senhora” (REZENDE, 2014, p. 66) enfatiza ambas como não pertencentes ao território gaúcho, *outras*, díspares na identidade do local.

Na diáspora, a protagonista observa grupos de exilados em situações precárias. A fragilidade financeira, tema frequente na ficção da autora, apresenta em *Quarenta Dias* (2014) por exemplo, as opressões de gênero, cor, localidade e classe experienciadas pela diarista Milena. Essa personagem, mulher preta, nordestina e periférica busca com a migração melhores condições socioeconômicas à família. No entanto, segundo Octavio Ianni (2004), a labuta de diarista e na cooperativa de reciclagem configuram trabalho indocumentado e de base para economia, sendo usual a exilados sem poder aquisitivo como Milena e outras no romance.

Seguindo a precariedade da labuta, para Bauman (2009), Bhabha (1992) e Hall (2006), a falta de poder aquisitivo torna a periferia destino comum aos migrantes. O preço acessível, diferente de imóveis centrais, correlaciona geografia urbana e poder aquisitivo. As classificações dicotômicas, como visto no primeiro capítulo e na seção *Periferia, a pedir milagres*, costumam estereotipar coletivos e categorias, como opressões de gênero, localidade, classe e geração experienciadas pela protagonista.

A protagonista manifesta a insatisfação com a normatização imposta pela filha, parentes e amigos para sair de João Pessoa. O caderno da Barbie, um dos poucos objetos vindos na bagagem, marca a relação da personagem com o padrão social e, para além de guardar seus

segredos, a boneca representa o oposto de Alice. A juventude, a riqueza, a moda e os cabelos loiros da Barbie destoam da imagem não-padronizada da personagem. Entristecida pelas imposições sociais acatadas, compara a objetificação de seu corpo ao da boneca e questiona: “Diga-me, Barbie, você que nasceu pra ser vestida e despida, manipulada, sentada, levantada, embalada, deitada e abandonada à vontade pelos outros, você é feliz assim?, você não tem vergonha?, eu tenho vergonha de ter cedido, estou lhe dizendo, vergonha” (REZENDE, 2014, p. 42). No romance, a boneca simboliza o capital e a norma, contrária a essas identidades consumidoras ou *corpos-produto*, a protagonista deprecia a decoração do novo apartamento e a tentativa da filha em discipliná-la.

Fui tangida por entre poltronas e sofás brancos atulhados de terríveis almofadas de todos os tons entre o rosa-bebê e o roxo-quaresma, grandes cubos, paralelepípedos, prateleiras, tudo branco ou preto, por cima de um tapete branco e felpudo. Custei a reconhecer, numa prateleira preta, parte de meus velhos livros deslocados e encabulados naquele cenário emergente de novela de televisão, entre coisas impessoais, aqui e ali a mancha cor de jerimum ou vermelho-sangue de algum objeto igualmente *geométrico* e sem sentido, *sem história* nem nexos, coisas espalhadas a esmo ou segundo uma intenção inteiramente alheia e incompreensível pra mim. Será que minha filha contratou um decorador modernoso, daqueles que as próprias lojas de móveis ‘*planejados*’ oferecem? Imagine, Barbie, até um suposto enfeite, de louça, na forma de um peão de jogo de xadrez, branco, enorme, mais de trinta centímetros de altura, estava lá, servindo de apoio pra os livros. Cheguei a rir por dentro da ironia. [...] Assumi, consciente e *disciplinadamente*, a atitude, que eu já vinha ensaiando havia algum tempo, do ET ingênuo sendo bem recebido por terráqueos benevolentes. (REZENDE, 2014, p. 41)

O relato de Alice enfatiza a arquitetura do apartamento e a insatisfação com a mudança, ambos executados para controlá-la, são determinantes quando decide reivindicar o espaço público que, antagônico às identidades de mulheres idosas, representa a resistência da protagonista com a tentativa de padronização identitária estabelecida por Nora. A desaprovação de Alice com o ‘lar’, moderno e abundante em cores, repete-se quando analisa a extensa variedade de produtos para consumo na loja de 1,99.

Enveredei pelos corredores daquele espaço enorme de prateleiras cheias de tralha chinesa, coreana, paraguaia, ou “made in” qualquer fundo quintal ou barracão de *exploração* de *pobres* bolivianos, frascos e potes de plástico dos mais variados formatos, vai alguém saber pra que devem servir!, aquelas cores agressivas que aos poucos estão recobrando quase o mundo todo, inutilidades revestidas desse seu cor-de-rosa berrante, Barbie, ou cor de verde-rã-de-desenho-animado, púrpura-de-bispo, amarelo-gema-de-ovo-de-capoeira, jerimum-maduro-quase-passado, vermelho-melancia, azul-elétrico, todas as inutilidades e mínimas utilidades baratas, pilhas de caixas de suas falsificações, Barbie, se é que há Barbies que não sejam falsificações. (REZENDE, 2014, p. 168)

A narrativa ressalta as condições exploratórias de labuta e identidades invalidadas pelo escasso poder aquisitivo. Os coletivos periféricos, corpos construídos a partir de estereótipos

conforme Silva (2009), Candido (2006) e Bauman (2009), permanecem como ponto focal da fobia social e são estruturados a partir de aparências identitárias fomentadas pelo Estado. Na ficção, a protagonista retira-se do estabelecimento: “por não suportar o olhar do dono que se tornava hostil” (REZENDE, 2014, p. 225) e, nesse caso, *Quarenta Dias* (2014) observa maneiras simbólicas e discursivas da expulsão social. Essa sistematização fornece os parâmetros *Nós e Outros*, já discutidos, como ordem urbana segundo o poder de consumo.

Para Alice, a divisão econômica e a desigualdade social são fundamentais ao sistema capitalista que, “iguais em toda parte”<sup>72</sup>(REZENDE, 2014, p. 149), caracterizam a disparidade de classe. No romance, locais descritos como de “violência e solidariedade, pobreza e necessidade [...] a pedir milagres” (REZENDE, 2014, p. 120) ou periféricos, se destacam pela vulnerabilidade social de coletivos sem alimentação, segurança ou educação, contextualizada por Alice entre as capitais de Porto Alegre e João Pessoa. Segundo Ana Cristina Campos (2020), 10,3 milhões de brasileiros enfrentam insegurança alimentar grave. Alice experencia essa condição se alimentando com dez reais<sup>73</sup> ao dia que, por vezes partilhada com a amiga Lola (REZENDE, 2014), oportuniza refeições baratas e sem valor nutritivo, comuns aos grupos sem poder aquisitivo.

[O] meu aspecto deteriorando-se e denunciando minha condição de moradora de rua, até quando?, outras noites, se o frio cedia, o pronto-socorro pra embaralhar meu rastro, o corpo dolorido mas o banheiro limpo e um banho de gato, cacetinho na chapa da padaria próxima, mais um sono no parque ou longas sestas extemporâneas nos confortáveis ônibus da Carris, [...] Salgadinhos e cachorros-quentes mastigados às pressas ou com exagerada lentidão, a depender do interesse, dos assentos disponíveis ou do cansaço das pernas. (REZENDE, 2014, 214)

No sistema capitalista normatiza-se, invalida-se, invisibiliza-se e discrimina-se coletivos sem participação econômica. A deambulação, vista no segundo capítulo, permite a análise do cenário urbano, sobretudo, de grupos em situação de rua.

Continui por semanas minha *romaria* pelo avesso da cidade, explorando livremente todas as brechas, quase *invisíveis* pra quem vive na superfície, pra cá e pra lá, às vezes à tona e de novo pro fundo, rodoviária, vilas, sebos e briques, alojamentos, pronto-socorro, portas de igrejas, de terreiros de candomblé, *procurando meus iguais*, por baixo de viadutos, das pontes do arroio Dilúvio, nas madrugadas, sobrevivente, sesteando nas praças e jardins, debaixo dos arcos e marquises, sob as cobertas das paradas de ônibus desertas, vendo o mundo de baixo pra cima, *dos passantes, apenas os pés*. Nem sei mais quantas vezes levei ao Borges, ao Bento, ao Protásio, ao Nilo, ao Osvaldo a minha desaparência. (REZENDE, 2014, p. 235)

<sup>72</sup> Neste trecho, Alice lembra o diálogo com uma aluna e pondera, a partir da estrutura capitalista, a semelhança social, pobres e ricos, em países com o mesmo sistema socioeconômico.

<sup>73</sup> Díspar dos demais personagens em situação de vulnerabilidade e sem seguridade aquisitiva, Alice utiliza a conta bancária para alimentar-se durante sua romaria.

Na narrativa, Alice adapta-se as identidades periféricas e altera a aparência sem se importar: “com a combinação das peças” (REZENDE, 2014, p. 218) e, optando pelo vestuário, assemelha-se às demais coletividades desfavorecidas da metrópole. O poder do discurso hegemônico, por exemplo, impossibilita Alice e outros passantes sem poder aquisitivo de utilizar a sala vip na rodoviária, a aparência deles, segundo ela “invisível”, denuncia-os como corpos “not vip” (REZENDE, 2014, p. 184) e sem prerrogativa para ocupar tal lugar. Os corpos contrários à hegemonia do consumo, não normativos, são julgados como corpos abjetos no romance. Silenciados e invisíveis, conforme Certeau (1998) e Bhabha (1998) respectivamente, esses corpos improdutivos possuem aparência disformes a idealização Estatal, ou para Foucault, não são corpos dóceis à sociedade.

Às mulheres em situação de rua, em geral, rompem o vínculo com o lar a partir da falta de poder aquisitivo, violências físicas, sexuais, psíquicas ou morais. No romance, Alice distancia-se de casa motivada pela opressão geracional e violência psicológica da filha. A conduta opressora de Nora representa a dominação masculina, o propósito de normatizar a identidade coletiva de avó na mãe, considerando sua idade, invalida o reconhecimento identitário e rompe com a alegoria de lar da personagem. O “não voltar” (REZENDE, 2014, p. 218) de Alice, mesmo que por quarenta dias, fomenta a resistência a identidade normativa que se ressignifica na partilha com as coletividades oprimidas em Porto Alegre.

As identidades sociais do período ditatorial brasileiro unem a protagonista ao personagem Arturo, sobrevivente da Ditadura Militar argentina e em condição de rua no Brasil. No romance, as identidades e memórias coletivas (BOSI, 1979; JACQUES, 2012) marcam os traumas compartilhados, ambos com o desterro e perda de entes queridos. Dessa maneira, Alice associa a identidade coletiva e opositora de Arturo com a de Aldenor.

Na minha cabeça um motonero, um tupamaro, me fazia lembrar aqueles que a gente escondia em casa durante uns dias, Aldenor não vendo outra saída, Trata-se de salvar a vida de um companheiro, você entende?, mas tem de ser absolutamente segredo, o maior cuidado possível pra não pôr em perigo você e a menina, ele sabe disso, ele vai ficar quieto trancado no quarto, traga a menina pro nosso quarto e esqueça que ele existe, só se lembre dele pra dar as refeições, pode fazer, morto de cansado, é questão de vida ou morte, se não eu não lhe pedia isso. Atravessaram minha cabeça. Voando, essas conversas, os companheiros e ‘compañeros’, eram tantos!, de toda parte, sem fronteiras naqueles anos, [...] o olhar, sob o estreito fecho de luz que vinha do poste em frente, um olhar que eu conhecia, ao mesmo tempo meio louco e muito terno, como o de tantos daqueles companheiros de Aldenor refugiado na nossa casa, talvez nos próprios olhos de Aldenor. (REZENDE, 2014, p. 223)

As memórias e percepções coletivas da resistência ditatorial derivam das experiências de perda e luto dos personagens. Se a protagonista se move para urbe motivada pela violência

psicológica, a situação de rua do argentino constitui-se por violências morais, físicas e psicológicas oriundas da ditadura.

Eu já sabia o bastante, sim, Montonero na juventude, os ‘compañeros’ desaparecidos, caindo mortos rente a ele, o pavor, a perda dos laços, a fuga louca pela fronteira, sem documentos nem contatos, o desatino, Porto Alegre, a rua como destino. (REZENDE, 2014, p. 228)

De maneira paralela, a repressão no Cone Sul da América Latina envolve as identidades de Alice e Arturo, ele no movimento opositor argentino e ela escondendo<sup>74</sup> companheiros brasileiros em casa. A atuação da protagonista na ditadura, embora indireta pela filha recém-nascida, opõe-se a norma esperada pelo Estado. Nesse período, a opressão de gênero no ambiente privado exige identidades subalternas às mulheres e, tangida pela dominação masculina, a violência estende-se ao ambiente público. Nele, as profissionais de rua ou com ligações políticas opositoras, identidades destoantes do padrão social feminino, pertenciam ao escopo de violências, sobretudo sexuais e praticadas por militares.

A agressão física, comum às mulheres opositoras da época, não acontece com Alice, por romantização narrativa ou não, a protagonista vive a violência psicológica ao perder o marido.

A tragédia do desaparecimento de Aldenor, das minhas noites em claro, do aperreio com as notícias, sempre truncadas pelos chiados do rádio em ondas curtas, sobre sequestro, torturas, execuções, desaparecimentos, dos pesadelos com gente ferida sangrando até a morte no meio de alguma selva. (REZENDE, 2014, p. 30)

Sem autoridades de poder para recorrer e reivindicar o corpo do marido, da mesma forma que muitos familiares de coletivos desaparecidos e citados no terceiro volume do Relatório da Comissão da Verdade, a personagem suporta o trauma em silêncio, tanto no período ditatorial como no tempo presente do romance, pois não pode enterrar o marido.

A literatura de Maria Valéria Rezende ressalta problemas e opressões sociais do país. *Quarenta Dias* (2014) dedica-se a questionar identidades estabelecidas e diretrizes sociais impostas na dominação masculina, a objetificação do corpo das mulheres e a invalidação de grupos não consumistas ou não-padronizados se destacam. As identidades coletivas de idosas, nordestinas, periféricas e pretas, observadas no romance, pouco ocupam a literatura tradicional, sobretudo, os grupos em situação de rua. Na quarentena narrativa, a validação de sujeitos e culturas plurais desconstroem a norma dicotômica e temas como a ditadura, a situação de rua,

---

<sup>74</sup> Ver primeiro capítulo *A Crítica Literária Feminista*, relação autora e personagem, Maria Valéria Rezende e Alice.

as identidades múltiplas e o padrão normativo denunciam a condição estrutural de visibilidade literária e social.

## 5 CONCLUSÃO

Para fundamentar a dissertação, os processos de leituras e releituras literárias e teóricas foram desenvolvidas, objetivando pesquisar identidades individuais e coletivas de Alice no romance *Quarenta Dias* (2014).

Inicialmente, as condições pertinentes às mulheres foram pensadas para embasar o contexto das escritoras e, por meio de Mary Wollstonecraft (2016) e Frederick Engels (1984), foram constatados questionamentos em relação as normas dicotômicas. Engels (1984) acreditava no combate a opressão de classe e Wollstonecraft (2016) no direito das mulheres à educação como saídas únicas para sanar todas as disparidades sociais. Todavia, mesmo que os escritores do século XIX propusessem novas perspectivas, a relação desigual no combate às opressões tornaram suas teorias limitantes para a presente pesquisa.

Assim, a partir de leituras feministas do final do século passado XX e início deste, como Grada Kilomba (2019), bell hooks (2017; 2019), Angela Davis (2016), Sueli Carneiro (2019), Carole Pateman (1993), Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2014) múltiplas opressões foram observadas às identidades da protagonista de Maria Valéria Rezende. Na dissertação, a maioria dos escritores utilizados foram pós-coloniais, ou seja, os estudos estiveram voltados à desconstrução de formações culturais polarizadas. Para isso, de modo a descentralizar a padronização da dominação masculina foram pensadas às opressões como eixos de subordinação interligados e interdisciplinares à literatura de Maria Valéria Rezende. Na desconstrução do discurso colonial foram ressaltados aspectos pertinentes à conjuntura social, entendendo que a situação das escritoras do início do século XXI está relacionada às escritoras do século XIX e XX.

No século XIX, a literatura escrita por mulheres mantinha-se dicotomizada. As dicotomias entre a escrita transgressora e subordinada se constituíam pelo domínio masculino, às escritoras estavam presas a dois paralelos: atendiam aos desejos do cânone sendo subordinadas ou escreviam outros gêneros, para além do romance, e eram transgressoras. Essa separação se polarizava a outras: às mulheres respeitáveis do lar e as pecadoras das ruas, às mulheres belas e jovens e às mulheres feias e velhas estavam presentes na literatura e potencializavam o padrão desejado pela arte androcêntrica. Para as escritoras, as limitações impostas causaram doenças e influíram nas suas marcas textuais. A constante busca em agradar o cânone e se desvencilhar da condição de produzir uma literatura menor não aconteceu e nem

poderia, o aspecto fálico exigido e a dicotômica relação de poder impossibilitaram a igualdade literária no período.

Nas teorias da Crítica Literária Feminista, o poder da linguagem demonstra aspecto relevante à maioria das teóricas. O vínculo entre as opressões de gênero, classe, localidade e geração, objetos de estudo na dissertação, fomentaram grande disparidade à situação literária do século XIX. No século XX, a desigualdade literária foi analisada através das coletâneas propostas por Italo Moriconi em *Os Cem melhores Contos Brasileiros do Século* (2000) e *Os Cem Melhores Poemas Brasileiros do Século* (2001) que apresentam poucas escritoras, sendo elas brancas, moradores de regiões centrais e com algum poder aquisitivo. Adrienne Rich (2012, 2017), Gilbert e Gubar (2017), Constância Lima Duarte (2003, 2008, 2009), Zahidé Muzart (2002, 2017), Susana Funk (2016) e Norma Telles (2010, 2013) consideraram a dominação masculina como responsável pela criação e execução de narrativas androcêntricas na literatura. O privilégio unilateral de escritores brancos, heterossexuais, moradores de regiões centrais e com poder aquisitivo foram ressaltadas ao cânone literário masculino, tendo a pesquisa de Regina Dalcastagnè (2003, 2010, 2012) destacado as mesmas opressões no final do século XX e início do XXI também com a publicação e alcance midiático.

Para o início do século XXI, os eixos de subordinação opressivos das escritoras fundamentaram a relação entre a escrita e autora. As vivência e ficções de Maria Valéria Rezende objetivaram, segundo ela e através da literatura, observar a condição identitária como plural. As experiências da autora foram atribuídas a sua escolha pela docência e vida eclesiástica, as viagens, as pessoas, as culturas, os países e o Sertão foram essenciais para construção de seus romances e contos que, segundo ela, não aconteceriam caso tivesse se casado. De modo semelhante, as teorias e narrativas diaspórica desta pesquisa advém, em maioria, de escritores diaspóricos (BAUMAN, 2001, 2005, 2009; BHABHA, 1992, 1998; HALL, 2003, 2006; ROSSI, 2017), bem como a produção de estudos feministas costumam partir de mulheres como citadas anteriormente, ou seja, identidades de autores e produções são interdependentes a dissertação.

As personagens rezendianas demonstraram resistência às dicotomias coloniais, as propostas da autora aproximaram-se da análise pós-colonial pois introduziram narrativas contra a dominação masculina e capitalista. Alice em *Quarenta Dias* (2014) opta pela situação de rua, Maria de *Outros Cantos* (2016) é opositora da ditadura militar brasileira, Irene em *O voo da guará-vermelha* (2014) é prostituta e Rosálio, ou nem-ninguém dentro da sociedade normativa, deseja ser poeta. As identidades múltiplas nas narrativas rezendeanas foram frequentes,

justificando a busca da pesquisa em pensar a protagonista de *Quarenta Dias* (2014) como plural.

As teorias de Hall e Bauman em relação as diferenças identitárias embasaram a formação de Alice para a dissertação. A crítica as dicotomias, a fragmentação do sujeito deslocado, a diáspora e a negociação foram essenciais para compreender os sentimentos e ações da protagonista, porque ela as negocia a partir do momento que conhece Milena. No início da narrativa, a escolha em habitar as ruas acontece pela violência psicológica que sofre com a diáspora forçada, representando a opressão de gênero e geração, bem como de classe como sujeito em situação de rua. Nela, o sentimento de estar fora de lugar ocorre pelas diferenças culturais que experienciou em Porto Alegre. As diferenças identitárias, comuns no local de origem, são intensificadas no local de destino. Como sujeito híbrido na pós-modernidade, sentindo a exclusão e as rupturas individuais e sociais, a crise de identidade provoca seu movimento em busca da adaptação, mesmo que em primeiro momento se faça de modo inconsciente, ela percorre os territórios da capital gaúcha para se sentir pertencente e encontrar semelhantes.

Na deambulação (JACQUES, 2012), a protagonista absorve pelos cinco sentidos a urbe, ela conversa, ouve histórias, saboreia comidas de ambas as culturas, Paraíba e Rio Grande do Sul, adapta seus conhecimentos ao local de destino e torna-se um sujeito traduzido entre a periferia e a região central urbana (HALL, 2003). A protagonista rejeita a normatização identitária de avó dentro da dominação masculina e capitalista, mostra-se resistente a esse consumo e expõe uma visão crítica da condição social urbana no romance (BAUMAN, 2009; HALL, 2005; IANNI, 2004; MONTAÑÉS, 2006). Sua alteridade produz-se pela e através da errância, partindo da observação e interação com a deambulação para se relacionar com outras identidades locais e diaspóricas. Se no início de sua quarentena a protagonista se sente amargurada pela diáspora forçada, no decorrer da narrativa ela experiencia as diferenças e reinventa suas identidades. O movimento das mulheres para o público, com início no século XIX (ARAÚJO, 2008; DUARTE; MUZART, 2008; GAZOLLA, 2008), foi e ainda é motivo de exclusão no século XXI às mulheres, sobretudo, idosas e diaspóricas em situação de rua à pesquisa.

Na rua, Alice acessa suas memórias a partir das experiências e aprendizagens com o local de destino, suas percepções de João Pessoa são metaforizadas para Porto Alegre que, apesar das diferenças, são traduzidas para sua reterritorialização. Em relação a memória, percepção e experiência (IZQUIERDO, 1989; BOSI, 1979; ESTÉS, 2014), a opressão de

localidade intensifica-se na protagonista pela idade. Alice refaz, da mesma maneira que com a diáspora, suas percepções na condição de idosa, seu corpo relembra de João Pessoa, do marido Aldenor, dos anos como docente, o nascimento da filha, hoje adulta, e a reconstrução de sua identidade de idosa.

A tradução (HALL, 2006) de sua identidade se dá pela troca com os demais sujeitos em situação de rua, a condição deles e dela durante a quarentena e que, constantes na narrativa, acompanham a reflexão sobre as normas capitalistas e da dominação masculina. Alice sai de casa e abandona o padrão desejado de idosa no lar, bem como ao longo da narrativa observa a exploração e excessos do capitalismo, associando aos indivíduos diaspóricos opressões de classe, cor e geração entre os espaços limítrofes de Porto Alegre. O desconforto social de sujeitos normativos com coletivos invisibilizados (BHABHA, 1992, 1998) ou silenciados (CERTEAU, 1998) advêm das diferenças e poucas vezes do incômodo com as identidades das pessoas que vivem as opressões, sendo ignorados nos locais que habitam e desprezados pelas díspares experiências e eixos de subordinação, como Alice, Lola e Arturo em *Quarenta Dias* (2014).

As opressões vivenciadas por Alice em relação a ditadura militar brasileira aproximam-na de Arturo com a ditadura militar argentina pela alteridade. Ambos possuem percepções traumáticas do período, as memórias das violências físicas e psicológicas associam-se as experiências de perda décadas depois da repressão, ele com o país e ela com o marido. Maria Valéria Rezende narra também em *Outros Cantos* (2016) as violências ditatoriais que a personagem Maria vive, bem como ela entre as décadas de sessenta e oitenta do século passado. Assim, a dissertação demonstra o vínculo entre as opressões e a narrativa nos romances rezendeanos, a recuperação memorialística de individualidades e coletividade das opressões históricas brasileiras, a resistência a normatização do consumo desenfreado e a dominação masculina que estruturam todos os outros eixos de subordinação vivenciadas na literatura e identidades brasileiras.

As opressões vivenciadas por personagens de identidades pós-modernas, como Hall assinala, foram intrínsecas na dissertação. As questões individuais e sociais mostraram-se inseparáveis pois refletiam umas às outras sob diferentes eixos de subordinação. A ida de Alice às ruas remete a sua vivência, desde cedo, mesclando o público e privado como locais políticos e reivindicados quando sente a perda identitária. A protagonista exprime-se como um sujeito individual e coletivo dotado de várias identidades conforme necessita, sendo cada uma delas inseparável da outra.

No decorrer da dissertação, a maior preocupação foi não tornar a pesquisa dicotômica, desconstruindo a norma e pluralizando os personagens que Maria Valéria Rezende traz a vida, tentando respeitar suas múltiplas identidades e afirmar Alice como sujeito plural. Diaspórica, mulher, idosa, nordestina, em situação de rua pela violência psicológica, professora aposentada, resistente as demandas opressoras da dominação masculina e capitalista, opositora durante a ditadura militar brasileira, leitora voraz, forte, independente, mãe, amiga, curiosa, com faltas e excessos dentro de si, amor pelo próximo, traduzida, deambuladora, escritora de seu diário, ouvinte, territorializada, desterritorializada, reterritorializada, aprendiz, questionadora da condição humana, sendo semelhante e díspar de toda aquela gente que “grita e anda pra lá e pra cá e chora e xinga e gargalha e geme e mijá e sorri e caga e fede e canta e arenga e escarra e fala e fode e fala e vende e fala e sangra e se vende e sonha e morre e ressuscita sem parar” (REZENDE, 2014, p. 14). Alice é eterna reinvenção.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES, Josiane Peres. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Revista Conhecimento Online**, [s. l.], v. 1, p. 36-44, jan. 2017.

ALMEIDA, Leonardo Pinto de. **Literatura e subjetividade**: reflexões sobre a linguagem e o exercício da liberdade. IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14418.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de; BEZERRA, Simone Maria. **ESCREVIVÊNCIA**: escrita, identidade e o eu feminino negro em ponciá vicêncio de conceição evaristo. **Rios**: Revista Científica da Faculdade Sete de Setembro, [s. l.], n. 22, p. 10-39, abr. 2019. Disponível em: <https://www.unirios.edu.br/revistarios/internas/conteudo/resumo.php?id=429>. Acesso em: 16 out. 2020.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. **Cartografias contemporâneas**: espaço, corpo, escrita. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 689-700, ago. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2013000200019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200019&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 nov. 2020.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. O legado da rememoração: traços e vestígios memoriais nas américas. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 58-79, jun. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-106X2013000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2013000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 02 nov. 2020.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Mulheres tão diferentes que éramos: a escritora contemporânea e as narrativas cosmopolitas na aldeia global. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. p. 12-22.

AMARAL, Pauliane; RODRIGUES, Rauer Ribeiro. **As memórias de si**: a subjetividade na literatura brasileira contemporânea. Scripta UNIANDRADE, v. 12, p. 85-105, 2014. Disponível em: <https://uniandrade.br/revistauniandrade/index.php/ScriptaUniandrade/article/view/537/350>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

ARAÚJO, Nara. Verdad, poder y saber: escritura de viajes femenina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 1009-1029, dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300019&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 nov. 2020.

AYROSA, Eduardo André Teixeira; FIGALE, Juliana Marques; TUCCI, Flora. Problematizando identidade e subjetividade em estudos sobre consumo. In: **XXXII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro: EnANPAD, p. 1-12, 2008.

BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [s. l.], n. 51, p. 22-40, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2316-4018512>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/elbc/n51/2316-4018-elbc-51-00022.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980a.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980b.

BELLIN, Greicy Pinto. A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem. **Revista FronteiraZ**, São Paulo, n. 7, p. 1-11, dez. 2011.

BIGIO, Susana Moreira de Lima. O corpo interditado: a sexualidade de uma mulher velha em Lygia Fagundes Talles. DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. p. 135-150.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.

BISCOTTO, Priscilla Ribeiro. **Viver em situação de rua**: experiência de mulheres que utilizam o albergue para pernoitar. 2015. Dissertação (Mestrado em Cuidado em Saúde) — Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.7.2017.tde-08052017-094246. Acesso em: 1 dez. 2020.

BHABHA Homi K. A questão do "Outro": diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 177-204.

BHABHA Homi K. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: TAO, 1979.

- BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade. In: BRANDÃO, Izabel et al. (orgs.). **Traduções da cultura**; perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL: Editora da UFSC, 2017. p. 661-684.
- BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli. **Traduções da Cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL, Editora da UFSC, 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório anual de avaliação**. Brasília, DF: MDS, 2007.
- BRASIL. Governo Federal. (ed.). **Política Nacional Para Inclusão Social Da População Em Situação De Rua**. Brasília, Df: [s. n.], 2008.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**: relatório. v. 1. Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa**. Brasília, DF: MDS, 2018.
- CALVINO, Italo. **Assunto encerrado**: discurso sobre literatura e sociedade. Tradução Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CAMPOS, Ana Cristina. IBGE: insegurança alimentar grave atinge 10,3 milhões de brasileiros. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 17 out. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ibge-inseguranca-alimentar-grave-atinge-103-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- CANDIDO, Antonio. Degradação do espaço: estudo sôbre a correlação funcional dos ambientes, das coisas e do comportamento em L'Assommoir. **Rev. Let.**, São Paulo, v.46, n.1, p.29-61, jan./jun. 2006.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 10<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.
- CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- CARROLL, Lewis. **Alice no país das maravilhas**. Tradução Clélia Regina Ramos. Petrópolis: Arara Azul, 2002.
- CASALI, Jéssica Pereira; GONÇALVES, Josiane Peres. Pós-estruturalismo: algumas considerações sobre esse movimento do pensamento. **Redd – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 84-92, 1 jun. 2018. REDD - Revista Espaço de Dialogo e Desconexao. <http://dx.doi.org/10.32760/1984-1736/redd/2018.v10i2.11344>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/11344>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- CERTEAU, Michel de. **A arte de fazer invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: Sof, 2015. p. 13-42.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da literatura: literatura e senso comum**. Tradução: MOURÃO, Cleonice Paes Barreto; SANTIAGO, Consuelo Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pai presente e certidões**. CNJ, 2012. Disponível em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cnj/cartilha\\_pai\\_presente\\_indice.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cnj/cartilha_pai_presente_indice.pdf). Acesso em: 14 de abril 2019.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando (novamente) os debates. DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. p. 200-233.

DALCASTAGNÈ, Regina. Sombras da cidade: o espaço na narrativa brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 21. Brasília, janeiro/junho, 2003. p. 33-53.

DALCASTAGNÈ, Regina. Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo. DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. P. 40-64.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro/Vinhedo: Editora da UERJ/Horizonte, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, dez. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 08 dez. 2020.

DUARTE, Constância Lima. As viagens de Nísia Floresta: memória, testemunho e história. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 1047-1060, dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300021&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 jun. 2020.

DUARTE, Constância Lima; MUZART, Zahidé Lupinacci. Pensar o outro ou quando as mulheres viajam. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 1005-1008, dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300018&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 dez. 2020.

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. A mulher de letras: nos rastros de uma história. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2009. Disponível

em: <http://www.ufjf.br/revistaipotese/files/2009/10/a-mulher-de-letras.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Trad. Waldéa Barcellos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

ETGES, Virginia Elisabeta; CARISSIMI, Eduardo. Territórios luminosos e territórios opacos – uma análise à luz das contribuições de Milton Santos. **REDES - Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 44-64, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EWALD, Ariane Patrícia; SOARES, Jorge Coelho. Identidade e subjetividade numa era de incerteza. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 12, n. 1, p. 23-30, Apr. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2007000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2007000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2007000100003>.

FARIAS, Mariana Nunes Ribeiro de. **Da margem para o centro da aula**: leituras e discussões sobre a representação feminina em contos de Maria Valéria Rezende. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Linguagem e Ensino, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

FERREIRA, Ermelinda Maria Araújo. Leituras do corpo feminino na arte: do classicismo à Biopaisagem, de Ladjane Bandeira. DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. p. 151-173.

FOGAL, Alex Alves. É possível saber que horas são no entre-lugar?. **Em Tese**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 74-86, set. 2015. ISSN 1982-0739. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/8208>. Acesso em: 10 jan. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/1982-0739.21.1.74-86>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAZÃO, Thereza Christina Jardim. **O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística) — Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FRITZEN, Gecielli Estefania. **O empoderamento feminino através do trabalho em Vasto mundo (2001) e Outros cantos (2016) de Maria Valéria Rezende**. 2019. Tese (Doutorado em Literatura) — Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FUNCK, Susana Bornéo. **Crítica literária feminista: uma trajetória**. Florianópolis: Insular, 2016.

GAZZOLA, Ana Lúcia Almeida. O Brasil de Marianne North: lembranças de uma viajante inglesa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 1031-1045, dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300020&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 set. 2020.

GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan. Infecção na sentença: a escritora e a ansiedade de autoria. In: BRANDÃO, Izabel et al. (orgs.). **Traduções da cultura**; perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 188-209.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria et al. A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira: contribuição das narrativas de familiares de presos políticos. **Psicologia e Saber Social**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 103-119, jun. 2012. ISSN 2238-779X. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/3249>. Acesso em: 06 jan. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2012.3249>.

GÓIS, Edma Cristina de. O peso da memória: a representação do corpo gordo em Cíntia Moscovich. DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. p. 124-134.

GOMES, Renato Cordeiro. Janelas indiscretas e ruas devassadas: duas matrizes para a representação da cidade. **Revista Dispositiva**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 2-16, maio/out. 2012.

GUARDIA, Sara Beatriz. Literatura e escrita feminina na América Latina. In: **Anuário de literatura**, Florianópolis, vol. 18, n. esp. 1, p.15-44, 2013.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANCIAU, Nubia Jacques. O entre lugar. In: FIGUEIREDO, E. **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: Editora UFJF/Niterói: EdUFF, 2005.

HERMES, Ernani Silverio; PORTO, Ana Paula Teixeira. Uma leitura da memória em Quarenta Dias, de Maria Valéria Rezende. In: HOFFMANN, Adriane Ester; PICOLOTTO, Emanoeli Ballin (org.). **ACTA Novos olhares: leitur@, ensino e mundo digit@l**. Frederico Westphalen: Uri Frederico Westhp, 2017. p. 218-229.

HOOKS, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. Tradução Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. O olhar oposicional: espectadoras negras. In: BRANDÃO, Izabel *et al.* **Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, Editora da UFSC, 2017.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**, [S. l.], n. 3, p. 145-154, 1989. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25490>. Acesso em: 28 out. 2020.

IANNI, Octavio. Uma longa viagem . **Tempo Social**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 153-166, 2004. DOI: 10.1590/S0103-20702004000100009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12421>. Acesso em: 14 nov. 2020.

IBGE. **Pesquisa nacional de saneamento básico 2017**: abastecimento de água e esgotamento sanitário. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: educação 2018. [s. l.]: IBGE, 2019.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, ago. 1989. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 jan. 2021.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador : EDUFBA, 2012.

KAMITA, Rosana Cássia. **Mulher e Literatura**: uma relação tão delicada. In: MONTEIRO, Maria da Conceição; LIMA, Tereza Marques de Oliveira (Org.). Entre o estético e o político: a mulher nas literaturas de línguas estrangeiras. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006. p. 281-290.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEAL, Danielle da Silva; SANTOS, Ana Cristina dos. Construção de identidade em Quarenta Dias de Maria Valéria Rezende. **Revista Aquila**, [s. l.], v. 9, n. 21, p. 141-152, ago./dez. 2019.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. O OLHAR DO OUTRO. **Projeto História**, São Paulo, v. 23, p. 209-215, nov. 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10718>. Acesso em: 21 nov. 2020.

LIVE de Cabeceira com Maria Valéria Rezende. [S.L.]: PUCRS, 2020. (71 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GJCX7PNTvww>. Acesso em: 2 jan. 2021.

LOPES, Roseli Esquerdo; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; REIS, Tiy De Albuquerque Maranhão. Um olhar sobre as trajetórias, percursos e histórias de mulheres em situação de rua. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 38-53, 2003.

LOTH, Laura Wandelli. **Por uma flânerie do século XXI**. In: 1º Seminário Nacional Discurso, Cultura e Mídia, 2012, Palhoça. Anais 1º Seminário Nacional Discurso, Cultura e Mídia. Palhoça: Editora da Unisul, 2012.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 27 out. 2020.

MACHADO, Mayk Diego Gomes da Glória. **Mulheres no contexto da rua**: a questão do gênero, uso de drogas e a violência. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MAGALHÃES, Carlos Augusto. As cicatrizes do gesto: exílio, vida nua e subjetividade na narrativa “After Hours”, de Cristina Peri Rossi. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [s.l.], v. 28, n. 2, p. 101-118, jun. 2018. ISSN 2317-2096. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/13084>>. Acesso em: 12 jan. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2317-2096.28.2.101-118>.

MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília : Ipea, 2013.

MASSOTTI, João Paulo. **Repressão, censura e silenciamentos**: a ditadura militar brasileira aos olhos de caio fernando abreu. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Departamento de Linguística, Letras e Artes, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2016.

MELO, Natália Calais Vaz de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. Condições de vida dos idosos no Brasil: uma análise a partir da renda e nível de escolaridade. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 25, n.1, p. 4-19, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014a. p. 17-30.

MIGUEL, Luis Felipe. A igualdade e a diferença. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 63-78.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014c. p. 79-92.

MIRANDA, Denis de. **A construção da identidade do oficial do exército brasileiro**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=21902@1>. Acesso em: 13 dez. 2020.

MOI, Toril. Quem tem medo de Virginia Woolf? Leituras feministas de Woolf. Tradução Vera Ribeiro In: BRANDÃO, Izabel et al. (Orgs.). **Traduções da cultura**: perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 280-303.

MONTAÑÉS, Amanda Pérez. **Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Júlio Cortázar e Marta Traba**. 2006. Tese (doutorado em Ciências Humanas) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MORICONI, Italo (org.). **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

MORICONI, Italo (org.). **Os cem melhores poemas brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MUZART, Zahidé Lupinacci. À sombra da outra: a segunda mulher na literatura. In: DUARTE, Constância Lima; ASSIS, Eduardo de; BEZERRA, Kátia da Costa (org.). **Gênero e representação na literatura brasileira: ensaios**. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras Estudos Literários UFMG, 2002. p. 131-139

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. In: RODRIGUES, Carla, RAMOS, Tânia, BORGES, Luciana (orgs.). **Problemas de Gênero**. Coleção Ensaios brasileiros contemporâneos. Rio de Janeiro: Funarte, 2017.

MUZI, Joyce Luciane Correia; COQUEIRO, Wilma dos Santos; ZOLIN, Lúcia Osana. Narrativas da diáspora feminina contemporânea: uma leitura de *Algum lugar*, de Paloma Vidal. **Letrônica**, v. 7, n. 1, p. 435-451, 4 ago. 2014.

NASCIMENTO, Silvana. A cidade no corpo: Diálogos entre corpografia e etnografia. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 01-12, 2016. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/3316>. Acesso em: 12 nov. 2020.

NEVES, Ana Lúcia Maria de Souza; MELO, Bruno Santos. A representação da velhice em *Quarenta dias*, de Maria Valéria Rezende. **Revista Letras Raras**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 122-147, abr. 2018. ISSN 2317-2347. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1020>>. Acesso em: 10 out. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v7i1.1020>.

OLIVEIRA, Cândida de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. A produção de subjetividades no romance e na entrevista midiática: rastros do autobiográfico e da escrita feminista de maria valéria rezende. **Letras de Hoje**, [S.L.], v. 53, n. 2, p. 212-222, 30 jul. 2018. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2018.2.29122>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/29122>. Acesso em: 13 dez. 2020.

OLIVEIRA, Leopoldo O. C. de. Subjetividade e literatura: o "sujeito fraturado" e a criação literária contemporânea. **Magma**, [S.L.], n. 8, p. 43-53, 19 dez. 2003. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2448-1769.mag.2003.64467>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/magma/article/view/64467>. Acesso em: 3 nov. 2020.

PAIVA, Juliana Silveira. **A representação feminina no romance outros cantos, de Maria Valéria Rezende**. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

PAIVA, Juliana Silveira; PEREIRA, Andrea Cristina Martins. A mulher possível do sertão de Outros Cantos, de Maria Valéria Rezende. **Travessias Interativas**, São Cristóvão, v. 8, n. 16, p. 215-229, dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/article/view/10287>. Acesso em: 21 set. 2020.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATERSON, Janet M.. O sujeito em movimento: pós-moderno, migrante e transnacional. **Letras de Hoje**, [S.L.], v. 50, n. 2, p. 179-184, 13 jul. 2015. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2015.2.21339>.

PEREIRA, Maria do Rosário A. Corpo feminino e envelhecimento na obra de Lygia Fagundes Telles. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 56, e5610, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182019000100308&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182019000100308&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 dez. 2020.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Literatura brasileira contemporânea: verdades do plural**. In: Anais do II Congresso de Língua e Literatura. Joaçaba: UNOESC, 1988.

RAMOS, Tânia Regina Oliveira. Talentos e formosuras: novas vozes, novos espaços. DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. p. 32-39.

RESENDE, Beatriz Vieira de; DAVID, Nismária Alves. A cidade e a escrita do corpo em *Quarenta Dias*. **Contexto**, Vitória, n. 30, p. 6-30, fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/13736>. Acesso em: 4 set. 2020.

REZENDE, Maria. **Substantivo feminino**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

REZENDE, Maria Valéria. **Quarenta Dias**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014a.

REZENDE, Maria Valéria. **O voo da guará vermelha**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014b.

REZENDE, Maria Valéria. **Outros cantos**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016a.

REZENDE, Maria Valéria. Maria Valéria Rezende fala hoje, na Bienal, sobre uma escrita periférica. [Entrevista cedida a] Nahima Maciel. **Correio Braziliense**, [s. l.]: 22 out. 2016b. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2016/10/22/interna\\_diversao\\_arte,554212/maria-valeria-rezende-fala-hoje-na-bienal-sobre-uma-escrita-periferi.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2016/10/22/interna_diversao_arte,554212/maria-valeria-rezende-fala-hoje-na-bienal-sobre-uma-escrita-periferi.shtml). Acesso em: 19 jan. 2020.

REZENDE, Maria Valéria. Maria Valéria Rezende: “As pessoas pensam que freiras são bobinhas. Como podem escrever literatura?”. [Entrevista cedida a] Camila Moraes. **El País**, São Paulo: 23 fev. 2017a. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/cultura/1487625634\\_391058.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/cultura/1487625634_391058.html). Acesso em: 21 set. 2020.

REZENDE, Maria Valéria. Cresci achando que ler e escrever eram coisas normais da vida cotidiana. [Entrevista cedida a] Da Casa. **Blog da Companhia**, [s. l.]: 01 fev. 2017b. Disponível em: <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Cresci-achando-que-ler-e-escrever-eram-coisas-normais-da-vida-cotidiana>. Acesso em: 27 jul. 2020.

REZENDE, Maria Valéria. Conheça o Mulherio das Letras, articulação de autoras por igualdade no mercado editorial. [Entrevista cedida a] Helô D'Angelo. **Cult**, [s. l.]: 09 jun. 2017c. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/mulherio-das-letras-grupo-nacional-de-autoras-por-igualdade-no-mercado-editorial/>. Acesso em: 11 set. 2020.

REZENDE, Maria Valéria. Revista Malembe entrevista a escritora Maria Valéria Rezende. [Entrevista cedida a] Mabel Dias. **Senhora das Palavras**, [s. l.]: 18 ago. 2017d. Disponível em: <https://senhoradapalavrasblog.wordpress.com/2017/08/18/revista-malembe-entrevista-a-escritora-maria-valeria-rezende/>. Acesso em: 07 abr. 2020.

REZENDE, Maria Valéria. Maria Valéria Rezende fala sobre literatura e engajamento. [Entrevista cedida a] Nahima Maciel. **Correio Braziliense**, [s. l.]: 10 jun. 2018. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/06/10/interna\\_diversao\\_arte,687418/escritora-maria-valeria-rezende-fala-sobre-engajamento-e-feminismo.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/06/10/interna_diversao_arte,687418/escritora-maria-valeria-rezende-fala-sobre-engajamento-e-feminismo.shtml). Acesso em: 19 jan. 2020.

REZENDE, Maria Valéria. Maria Valéria: mulheres escrevem sobre tudo. [Entrevista cedida a] Felipe Nunes. **Diário da Região**, [s. l.]: 20 out. 2019. Disponível em: [https://www.diariodaregiao.com.br/\\_conteudo/2019/10/cultura/literatura/1169963-maria-valeria--mulheres-escrevem-sobre-tudo.html](https://www.diariodaregiao.com.br/_conteudo/2019/10/cultura/literatura/1169963-maria-valeria--mulheres-escrevem-sobre-tudo.html). Acessado em: 2 out. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. In: **Revista internacional de direitos humanos**. SUR 24 - v.13 n.24. p. 99-104. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/feminismo-negro-para-um-novo-marco-civilizatorio/>>. Acesso em: 20 jan.2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

RICH, Adrienne. Quando da morte acordamos: a escrita como re-visão. Tradução: Susana Bornéo Funck. In: BRANDÃO, Izabel et al. (Orgs.). **Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017. p. 64-83.

ROSSI, Cristina Peri. **Espaços íntimos**. Tradução Adriana Carina Camacho Álvarez. Rio de Janeiro: Gradiva Editorial, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Tradução Rolando Roque da Silva. [s. l.]: eBooksBrasil, 2002. *E-book*. Disponível em: <https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SAAVEDRA, Carola. O fantasma da literatura feminina. In: **Anuário de literatura**, Florianópolis, vol. 18, n. esp. 1, p. 45-48, 2013.

SAID, Edward Wadie. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANT'ANA, Renata Cristina. Os Sem-lar: uma leitura do sujeito deslocado na obra *Quarenta Dias*, de Maria Valéria Rezende. In: **XV Encontro da Associação Brasileira de Literatura Comparada - ABRALIC**, 2016, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos do XV encontro ABRALIC, 2016. p. 2204-2215. Disponível em: [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016\\_1491264878.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491264878.pdf). Acesso em: 3 out. 2020.

SANT'ANA, Renata Cristina. Quarentas dias em território selvagem: a crítica feminista e a literatura de Maria Valéria Rezende. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 11., 2017a, Florianópolis. **Seminário Internacional**. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-12.

SANT'ANA, Renata Cristina. O sujeito migrante, a mulher e a rua: um estudo sobre a representação da relação entre identidade e espaço na literatura brasileira contemporânea. In: **XV Congresso Internacional da ABRALIC - Textualidades Contemporâneas**, 2017b, Rio de Janeiro. Anais do XV Congresso Internacional da ABRALIC - Textualidade Contemporâneas, 2017b. v. 02. p. 2526-2533. Disponível em: [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017\\_1522191656.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522191656.pdf). Acesso em: 29 out. 2020.

SANT'ANA, Renata Cristina. “THANK YOU, BARBIE!”: o não-lugar do corpo velho na sociedade contemporânea. In: Anais do VIII Seminário Internacional e XVII Seminário Nacional Mulher e Literatura: transgressões, descentramentos, subversão, 8., 2017c, Salvador. **Seminário Internacional**. Salvador: Ufba, 2018. p. 385-397.

SANT'ANA, Renata Cristina. A mulher e a rua: identidade fora do lugar. **Revista Darandina**, [s. l.], p. 1-14, 23 set. 2019. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.34019/1983-8379.2017.v10.28264>.

SANT'ANA, Renata Cristina. Literatura e ditadura no Brasil: estilhaços da memória no romance *Outros Cantos* de Maria Valéria Rezende. **Mediação**, ano V, n. 10 p. 53-64. jan./jun. 2020.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26.

SANTINI, Juliana. “Um lugar fora de lugar”: a mulher e o sertão em Maria Valéria Rezende. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 55, p. 267-284, dez. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182018000300267&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182018000300267&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 14 jan. 2021.

SANTOS, Mayara Stéphanie Barbieri dos. Construções identitárias em “Quarenta Dias” (2014), de Maria Valéria Rezende. **Akrópolis: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**,

Umuarama, v. 27, n. 2, p. 119-126, 23 dez. 2019. Universidade Paranaense.  
<http://dx.doi.org/10.25110/akropolis.v27i2.7613>.

SARMENTO, Caroline Silveira; PEDRONI, Gabriela. Vulnerabilidade e resistência: um estudo sobre as mulheres em situação de rua em porto alegre. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em:  
[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499472587\\_ARQUIVO\\_VulnerabilidadeeresistenciauestudossobreasmulheresemsituacaoderuaemPortoAlegre.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499472587_ARQUIVO_VulnerabilidadeeresistenciauestudossobreasmulheresemsituacaoderuaemPortoAlegre.pdf).  
 Acessado em: 28 out. 2020.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. p. 174-187.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade**: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 28, p. 169-195, jun. 2009. Disponível em  
 <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 24 out. 2019.

SILVA, Paula Tárzia Fonteles; LIMA, José Expedito Passos. O observador dos panoramas e o flâneur: reflexão sobre a obra Paris, a capital do século XIX de Walter Benjamin. **Cadernos Walter Benjamin**, [s. l.], n. 13, p. 74-84, jul./dez., 2014. Disponível em:  
[https://gewebe.com.br/pdf/cad13/caderno\\_06.pdf](https://gewebe.com.br/pdf/cad13/caderno_06.pdf). Acesso em: 17 out. 2020.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no deserto. Tradução de Margarida Esteves Pereira. In: MACEDO, Ana Gabriela (Org.). **Gênero, identidade e desejo**: antologia crítica do feminismo contemporâneo. Lisboa: Cotovia, 2002.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 11 out. 2020.

SOUSA, Aline Batista de; SALGADO, Tania Denise Miskinis. Memória, aprendizagem, emoções e inteligência. **Revista Liberato**: educação, ciência e tecnologia, Novo Hamburgo, v. 16, n. 26, p. 141-151, jul./dez., 2015. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132515>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SOUSA, Fernando Ponte de. **Política de memória histórica**: um estudo de sociologia histórica comparada. Florianópolis: UFSC, 2011.

SOUZA, Marcos Aurélio dos Santos. **O Entre-Lugar e os Estudos Culturais**. Travessias, Cascavel, v. 1, n. 1, dez. 2007. ISSN 1982-5935. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2748>. Acesso em: 13 jan. 2021.

STOLL, Daniela Schrickte. **Deslocamentos urbanos na literatura brasileira contemporânea de autoria feminina**. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Literatura, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

STOLL, Daniela Schrickte. A resignificação do conceito de lar em Quarenta Dias, de Maria Valéria Rezende. **Macabéa - Revista Eletrônica do Netlli**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 18-30, 5 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.47295/mren.v8i1.1834>. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MacREN/article/view/1834>. Acesso em: 30 nov. 2020.

SYLVESTRE, Fernanda Aquino. Resgatando identidades por meio da solidariedade e da literatura: uma análise das personagens Rosário e Irene em O voo da guará vermelha, de Maria Valéria Rezende. **Caligrama: Revista de Estudos Românicos**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 123-142, set. 2014. ISSN 2238-3824. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/5490>. Acesso em: 13 out. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.19.1.123-142>.

TELLES, Lygia Fagundes. A mulher escritora e o feminismo no Brasil. in: RODRIGUES, Carla, RAMOS, Tânia, BORGES, Luciana (orgs.) **Problemas de Gênero**. Coleção Ensaios brasileiros contemporâneos. Rio de Janeiro: Funarte, 2017.

TELLES, Norma. Paisagens de letras e palavras. **Anuário de Literatura**, [S.L.], v. 18, p. 49-70, 2 set. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7917.2013v18nesp1p49>.

TELLES, Norma. Fios comuns em novos percursos e territórios. DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (org.). **Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Horizonte, 2010. p. 188-199.

TIERRA, Pedro. **Pesadelo**: narrativas dos anos de chumbo. São Paulo: Autonomia Literária; Fundação Perseu Abramo, 2019.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. – 3.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

VIDAL, Paloma. **A história em seus restos**: literatura e exílio no Cone Sul. São Paulo: Annablume, 2004.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução Ivania Pocinho Motta. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZANDONÁ, Jair; RAMOS, Tânia Regina Oliveira; MUZART, Zahidé Lupinacci. Mulher e literatura, mulheres e literatura. In: **Anuário de literatura**, Florianópolis, vol. 18, n. esp. 1, p.09-14, 2013.

ZÉ, Tom. **Parque Industrial**. São Paulo: Continental, 1968. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A3UP4JUVoms>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ZÉ, Tom. **Menina, Amanhã de Manhã**. São Paulo: Continental, 1972. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gXJ1gPhcaRw>. Acesso em: 14 abr. 2020.